

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

O LAZER NOSSO DE CADA DIA: na Estrutural e em Brasília

Autor: Werles Xavier de Oliveira

Brasília, 2017

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

O LAZER NOSSO DE CADA DIA: na Estrutural e em Brasília

Autor: Werles Xavier de Oliveira

Dissertação apresentada ao Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília/UnB como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre.

Brasília, fevereiro de 2017

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

O LAZER NOSSO DE CADA DIA: na Estrutural e em Brasília

Autor: Werles Xavier de Oliveira

Orientadora: Doutora Ana Cristina Murta Collares (UnB)

Banca:

Prof.^a Dr.^a Christiane Machado Coelho (UnB)

Prof. Dr. Breitner Luiz Tavares (FCE/UnB)

Agradecimentos

Há pouco mais de doze anos vi-me ante a necessidade/obrigação de abandonar o curso de Ciências Sociais na Universidade Federal de Uberlândia a fim de dar respostas às ditas necessidades materiais da existência. Devo dizer que foi com angústia que tive de interromper aquilo que à época era, e ainda hoje o é, a minha mais profunda realização intelectual. Isso é o bastante para demonstrar o valor simbólico que representa para mim concluir este trabalho.

Seria injusto não externar aqui os meus sinceros agradecimentos àqueles que de alguma forma, ainda que indiretamente, contribuíram para que eu chegasse a este ponto de minha caminhada.

Desse modo, agradeço à minha mulher e filho pela compreensão que tiveram comigo diante de todos aqueles tempos que lhes subtraí de minha companhia. Da mesma forma, aos meus amigos e demais familiares que me deram forças para seguir adiante nessa empreitada.

Um agradecimento especial aos meus amigos Fernando, Marcelo e Heitor. Os dois primeiros interlocutores privilegiados que tive ao longo da pesquisa; o último auxiliando-me a manejar alguns dos valiosos recursos da informática.

Sou muito grato ao corpo docente do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília, o qual não me canso de elogiar pela sua altíssima qualidade. Em especial a alguns dos Professores que têm tido uma grande influência em minha caminhada: Professor Edson Farias, Professora Mariza Veloso e Professor Luís de Gusmão.

À Professora Ana Cristina Collares que gentilmente acolheu a minha orientação em um momento bastante delicado do curso. Espero não tê-la desapontado.

Aos Professores Breitner Tavares e Christiane Coêlho que gentilmente aceitaram participar da qualificação de meu projeto e da defesa de minha dissertação.

Aos servidores do Departamento de Sociologia pela presteza com que respondiam às minhas reiteradas solicitações.

Aos colegas do mestrado faço uma *mea culpa* por não ter tido o tempo que gostaria para interagir mais com vocês.

À inspiração divina que me guiou.

E ao saudoso Professor Brasilmar Ferreira Nunes, *in memoriam*, a quem dedico as linhas que se seguem.

Em 2013, ainda na graduação eu fui fazer Teorias Sociológicas Marxistas, e logo na 1ª aula aparece na sala um professor que acabara de chegar do Rio de Janeiro com uma proposta de curso insólita: estudar TSM a partir da leitura na íntegra do Capital. De imediato, de posse de meus preconceitos, indaguei-me: de onde foi que saiu este fundamentalista com uma proposta de catecismo tão incomum para os dias de hoje?

Para minha grata surpresa tivemos um ótimo curso, aulas profundas, alegres, suaves, demonstrando de forma magistral que profundidade não é sinônimo de complexidade, sabedoria mesmo é tornar leve a densidade dos conteúdos, talvez por isso mesmo as suas aulas eram tão bacanas. Ao final do curso posso dizer que gostei daquele sujeito.

Algum tempo depois, em 2015, no primeiro semestre, agora já no mestrado, desorientado em busca de um orientador, ali de novo estávamos nós, agora na Sociologia Urbana. Novamente tivemos um excelente curso e não tive dúvidas, fui bater à sua porta.

O Professor Brasilmar gentilmente me recebeu e eu mal abri a boca em busca de orientação e ele de pronto, com um ar paternal no sentido afetivo desta palavra, não só disse que poderia orientar-me como mostrou-se entusiasmado com o meu projeto sobre Renda e lazer em comunidades pobres. Fiquei muito feliz, pois a um só tempo tinha o orientador e mais uma pessoa que acreditava na viabilidade da pesquisa.

Eu não tive a oportunidade de dizer isto a ele, mas naquela tarde, com aquele voto de confiança o Professor Brasilmar colocou em meu próprio espírito a confiança de que eu precisava para seguir em frente no mestrado, dando uma linda lição de educador, aquele que inspira.

Nessa saudosa tarde ele também não perdeu tempo, municiou-me com uma farta literatura para que a pesquisa pudesse ter andamento imediato, gostei daquela atitude. O curioso é que o Professor Brasilmar, enquanto estudioso da sociologia urbana, não disse uma única palavra quanto aos próprios trabalhos por ele desenvolvidos, com o tempo os descobri por mim mesmo para minha alegria.

Concluir para mim o mestrado além de prestar uma singela homenagem à memória do Professor Brasilmar, também tem o significado daquele espírito da dádiva de que nos falava Mauss, será uma forma de retribuir àquele voto de confiança a mim dado. Obrigado Mestre!

“A sociologia é a minha cachaça” BFN (último encontro).

Assim os céus, a terra e todo o seu exército foram acabados.
E havendo Deus acabado no dia sétimo a obra que fizera,
descansou no sétimo dia de toda a sua obra, que tinha feito.
E abençoou Deus o dia sétimo, e o santificou; porque nele
descansou de toda a sua obra que Deus criara e fizera.
(Gênesis, 2:1-3)

Na sociedade comunista, onde cada um não tem uma esfera de
atividade exclusiva, mas pode aperfeiçoar-se no ramo que lhe
apraz, a sociedade regula a produção geral, dando-me assim a
possibilidade de hoje fazer tal coisa, amanhã outra, caçar pela
manhã, pescar à tarde, criar animais ao anoitecer, criticar após o
jantar, segundo meu desejo, sem jamais tornar-me caçador,
pescador, pastor ou crítico. (Karl Marx)
(Marx, 1999, p. 47)

Enquanto estas laboriosas e irascíveis formiguinhas cultivam
com solicitude tenaz o mito do trabalhador indefeso,
completamente dedicado ao escritório e à empresa, apostando
tudo na competitividade, na luta pelo poder, no incremento do
maior enriquecimento da própria empresa, uma massa crescente
de cigarras bem informadas tomou consciência de que a
sociedade pós-industrial é fundada no tempo livre, no lazer, no
ócio, na valorização do próprio fim de semana e das próprias
férias, muito mais do que na planificação das vendas ou dos
investimentos dos outros. (Domenico De Masi)
(De Masi, 2000, p. 308)

Dedicatória

Ao Professor, Mestre e Amigo Brasilmar Ferreira Nunes

(In memoriam).

RESUMO:

Este estudo tem como objeto o tempo livre e o lazer nas sociedades contemporâneas, abordando especialmente o lazer em contextos sociais de baixa renda como o da Cidade Estrutural no Distrito Federal. Nesse sentido, busco compreender como agentes sociais reagem às imposições ao gozo de seu tempo livre ditadas por seu baixo nível de renda no que tange à satisfação de suas necessidades de lazer. Em outros termos, busco responder como os moradores da Estrutural satisfazem suas necessidades de lazer com poucos recursos. A fim de obter um parâmetro de comparação ou elemento de contraste buscou-se estudar também o lazer em um contexto de classe média como o do Plano Piloto/Brasília. Dessa forma, a pesquisa aborda temas como a história do lazer, dinheiro, consumo, racionalidade e mercantilização das relações sociais, tempo de trabalho e tempo de lazer, as relações entre o lazer e o desvio, a religião e a TV etc. Os resultados desta pesquisa ratificam a importância dos estudos sobre o lazer nas sociedades contemporâneas, revelando, por exemplo, os caminhos encontrados pelos moradores para usufruírem seus lazers a despeito do condicionamento da renda na Estrutural. Já no Plano Piloto/Brasília, a necessidade de evasão, de fuga do cotidiano, ativada pelo recurso à renda, ganhou destaque, revelando algumas das respostas encontradas pelos habitantes para satisfazerem esse anseio e mostrando ainda o impacto do projeto urbanístico nas sociabilidades engendradas na Capital. Por fim, o estudo também possibilitou expandir em alguma medida os limites teórico-conceituais da sociologia do lazer ante o confronto com a realidade empírica observada.

Palavras-chave: Tempo livre – Lazer – Estrutural – Plano Piloto – Sociologia do Lazer

ABSTRACT:

This study focuses on the uses and conceptions of free time and leisure in contemporary societies, addressing especially leisure in low income social contexts such as the so called *Structural City* in the Federal District. In this sense, I try to understand how social agents react to the impositions to the enjoyment of their free time dictated by their low level of income. In other words, I try to answer how the residents of the *Structural City* meet their leisure needs with few resources. In order to obtain a parameter of comparison or contrast element, we also sought to study leisure in a middle-class context such as the central part of the city of Brasilia, known as Plano Piloto. In this way, the research approaches themes such as the history of leisure, money, consumption, rationality and mercantilization of social relations, working time and leisure time, the relations between leisure and deviance, religion and TV etc. The results of this research confirm the importance of studies on leisure in contemporary societies, revealing, for example, the ways found by individuals in different contexts to enjoy their leisure despite the income conditioning in the *Structural*. In Plano Piloto / Brasilia, the need for evasion and escape from daily life, activated by income, gained prominence, revealing some of the answers found by the inhabitants to satisfy this desire and showing the impact of the city's urban project on the sociabilities engendered in the Capital. Finally, the study also allowed to expand in some measure the theoretical-conceptual limits of the sociology of leisure pre-existing to the confrontation with the said observed empirical reality.

Keywords: Leisure time - Leisure - Structural - Pilot Plan - Sociology of Leisure

Sumário

Introdução	1
Discussão Metodológica	5
Capítulo 1 - Tempo livre, lazer, consumo e alienação	8
1.1 Mais tempo livre ou mais dinheiro?	8
1.2 Ficção ou realidade?	12
1.3 Um lazer mercantilizado?	15
1.4 E o que nos diz a teoria sociológica?	16
Capítulo 2 - O desenvolvimento histórico da sociologia do lazer	31
2.1 A pré-história da sociologia do lazer	31
2.2 Dumazedier e a fundação da sociologia do lazer	34
2.3 A sociologia do lazer no Brasil	41
2.4 O tempo livre na sociedade pós-industrial	47
Capítulo 3 - Tempo livre e lazer no Plano Piloto	51
3.1 O indivíduo e a cidade simmelianos	51
3.2 Uma caminhada desinteressada	60
3.3 Parque Olhos D'água: um parque Zen	64
3.4 Tempo obrigatório a serviço do lazer	66
3.5 Uma família com incompatibilidade de horários	70
3.6 O lazer da família e o lazer do indivíduo	73
3.7 Um antídoto para a <i>atitude blasé</i>	74
3.8 Eixão do lazer	79
3.9 Uma feira livre para turistas?	80
Capítulo 4 - Tempo livre e lazer na Cidade Estrutural	82
4.1 Trabalho ou lazer?	82
4.2 O lazer e a vulnerabilidade social dos jovens	84
4.3 O jogo das três bolas	93
4.4 Um estabelecido	97
4.5 Um outsider	103
4.6 Existe um lazer “desviante”?	107
4.7 A feira livre de domingo	110
4.8 Compromisso sócio-espiritual ou lazer?	115
4.9 Lazer ou Compromisso sócio-espiritual?	119
4.10 O lazer e a TV	122

4.11 Ruas em ebulição	126
Capítulo 5 - Experimentando o reduto nativo	129
5.1 A maldição dos estudiosos do ócio	129
5.2 Uma noite no Brasa Viva	130
5.3 Entre um chopp e outro... ..	132
Considerações Finais.....	136
Referências bibliográficas	139
ANEXO I: Roteiro de Entrevista	144
ANEXO II: Caderno de Imagens	148

Introdução

“É entre a lembrança e o esquecimento que se move a estrutura mental dos indivíduos.” (Brasilmar Ferreira Nunes, 2004, p. 86)

Lançar-me a um estudo que almeja discorrer sobre realidades sociais tão díspares de alguma forma coloca-me diante de parte de minha própria existência, os vinte e cinco primeiros anos dela passados na periferia de Uberlândia-MG, em “*áreas pobres e degradadas*” como dizia White (2005, p.19,348), não muito diferentes da Cidade Estrutural¹ aqui do Distrito Federal, objeto primordial deste trabalho. Já nos últimos sete anos tenho vivido e trabalhado² em Brasília³, cinco deles na Asa Sul. Esta também será objeto deste estudo: a “*cidade jardim*”, a “*ilha da fantasia*” como lembrava Nunes (2004, p. 43,62).

É a partir desta vivência pessoal que busco enquanto observador compreender as sociabilidades engendradas nestes dois espaços sociais tendo como referência o usufruto do tempo livre por seus moradores no que tange a suas práticas de atividades de lazer.

Tenho ciência que, se por um lado a familiaridade com estes contextos trouxe vantagens à pesquisa, por outro demandou-me uma necessidade de provocar um estranhamento, fugindo de um olhar já cansado do meu próprio cotidiano, como forma de restituir a curiosidade e o brilho nos olhos que precedem a pesquisa científica. Desse modo, a prática da neutralidade axiológica foi um empreendimento de difícil manejo, o qual requereu a prática constante do exercício da vigilância epistemológica.

A questão central subjacente a este estudo é compreender como agentes sociais reagem às imposições ao gozo de seu tempo livre ditadas por seu baixo nível de renda no que tange à satisfação de suas necessidades de lazer?

¹ Cidade Satélite situada a aproximadamente 10 quilômetros de Brasília. Daqui por diante diremos também apenas Estrutural.

² Atualmente sou servidor público efetivo do Senado Federal.

³ A Região Administrativa ou RA de Brasília/Plano Piloto é composta pela Asa Norte, Asa Sul, Estação Rodoviária, Setores de Oficinas, Armazenagem e Abastecimento, Indústrias Gráficas, Embaixadas Norte e Sul, Setor Militar Urbano, Clubes, entre outros; Parque Sarah Kubitschek (Parque da Cidade); Área de Camping; Eixo Monumental; Esplanada dos Ministérios e as Vilas: Planalto, Telebrasília e Weslian Roriz. (Fonte: Relatório Codeplan Brasília/Plano Piloto 2013/2014). Daqui por diante os termos Plano Piloto/Brasília serão utilizados de modo intercambiável, podendo-se trocar um pelo outro, e terão como referência as Asas Norte e Sul, locais onde residem a maior parte dos moradores desta RA.

Como desdobramentos dessa questão diretriz, busquei respostas às seguintes questões:

Como se constitui o lazer de pessoas pertencentes a uma região menos abastada do entorno de Brasília – a Cidade Estrutural? Como essas pessoas usam seu tempo livre/lazer? Quais os padrões podem ser encontrados nesse uso e o que o torna singular? Como os moradores da Estrutural satisfazem suas necessidades de lazer com poucos recursos? Quais os usos cotidianos que essas pessoas fazem do seu tempo de lazer?

Ousei ainda neste estudo ao investigar o lazer também em Brasília, desdobrar a questão central e fazer duas indagações, por um lado, quais os padrões comuns ou mesmo semelhantes observáveis no modo como diferentes agentes (tendo como referência distintas rendas) usufruem de seu tempo livre/lazer? De outro lado, tendo em mente um mesmo estrato de níveis de renda, como se apresenta no cotidiano das pessoas um gosto distintivo no que tange ao lazer a despeito de sua identidade de classe?

A hipótese central da pesquisa postula que os níveis de renda condicionam e impõem limites ao usufruto do tempo livre e, por conseguinte, à definição das atividades de lazer, mas não o fazem de modo absoluto; as classes populares desenvolvem estratégias para atendimento de suas necessidades de lazer que não se limitam à dependência absoluta do fator renda.

Como corolário dessa hipótese primeira procurei trabalhar ainda com duas outras hipóteses subsidiárias, quais sejam: existem gostos por lazers comuns a despeito dos diferentes níveis de renda e a existem gostos por lazers divergentes a despeito dos iguais níveis de renda.

Não me resignei a registrar neste trabalho, no caso da Estrutural, uma perspectiva negativa com que comumente somos levados a olhar realidades sociais desprivilegiadas, analogamente ao *Nacional por subtração* de Schwarz (2001), apontando que não têm isso ou não possuem aquilo etc., pois, se é verdade que uma identidade se define por sua negação, por aquilo que não é, não é menos verdade que deva ser apreendida por aquilo que é, por aqueles traços característicos que conferem contorno àquilo que é. É desta perspectiva que abordo o lazer na Estrutural, não pela ausência de infraestrutura adequada, falta de equipamentos públicos, precariedade dos espaços de lazer, vitimização das populações pobres e coisas do tipo, mas pela abordagem dos lazers cotidianos de seus

moradores, vividos e usufruídos não obstante as contingências e os condicionamentos sociais peculiares da realidade social na qual estão inseridos.

Escolhi o tema do lazer por considerá-lo um valor prioritário nas sociedades contemporâneas a despeito da estratificação social, com o que espero mostrar que mesmo as classes sociais menos abastadas buscam no lazer, no descanso, na evasão, na satisfação pessoal, o alívio dos tempos obrigatórios impostos pela vida cotidiana. Ademais, é uma oportunidade para ampliar os estudos sobre o lazer na Capital Federal ao mesmo tempo em que testo os limites da teoria sociológica vigente contribuindo com o seu desenvolvimento.

O texto em si subdivide-se em cinco capítulos, cada qual guardando uma certa autonomia individual relativa com o todo, buscando respeitar o fluxo natural da pesquisa.

O primeiro capítulo, de um modo geral e em caráter preliminar, discute temas como tempo livre, lazer, consumo e alienação. Em um primeiro momento, a partir de dados empíricos da pesquisa, investiga relações entre tempo livre e dinheiro, possibilidade de compra de tempo livre, lazer e mercantilização das relações sociais, alcançando o dilema em que se encontram os entrevistados de Brasília entre a terrível escolha de mais tempo livre ou mais dinheiro e a solução possível por eles apresentada. Em um segundo momento, trato não do lazer em geral, mas do consumo como lazer em particular, sob a ótica de distintas teorias encabeçadas por Karl Marx, Thorstein Veblen, Theodor Adorno e Max Horkheimer, Jean Baudrillard, Mary Douglas e Baron Isherwood e Simmel.

O segundo capítulo, eminentemente teórico, tem como principal objetivo revisitar o contexto histórico do desenvolvimento da sociologia do lazer em busca dos fundamentos teórico-conceituais que perpassarão todo o trabalho, assim como feito no capítulo primeiro. Aqui, encontraremos na sociologia do lazer desenvolvida por Dumazedier a matriz sociológica fundamental da pesquisa.

Após revisitarmos as matrizes sociológicas fundamentais nos capítulos um e dois, a partir do capítulo terceiro discutimos de modo detalhado os aspectos empíricos da pesquisa. Destinamos a este capítulo o estudo do tempo livre e do lazer dos moradores de Brasília, retomando a sociologia das grandes cidades sob a ótica de Georg Simmel, acompanhado por Robert Park, Louis Wirth e pelo Professor Brasilmar Ferreira Nunes. A recorrência a estes aportes sociológicos visa trazer subsídios para a compreensão dos lazeres em uma grande cidade produto de um projeto urbanístico. Após este início histórico/teórico, dirijo-me para os aspectos empíricos investigando temas como espaços

públicos e privados de lazer, preferência por lazeres mercantilizados, racionalidade a serviço do lazer, saídas para a *atitude blasé*, bem como, seguindo as pistas deixadas por Nunes, o impacto do projeto urbanístico de Brasília sobre as sociabilidades engendradas neste espaço, inclusive no que se refere à ativação de determinados lazeres.

No quarto capítulo, contrapondo-se ao estudo do lazer em Brasília examinado no capítulo terceiro, examino o tempo livre e o lazer na Cidade Estrutural, abordando, a partir da investigação empírica, temas como trabalho e lazer, lazer e desvio, lazer e dependência, limites teórico-conceituais da sociologia do lazer, a questão da fluidez da categoria semilazer etc. Usa-se na interpretação deste capítulo, além da sociologia do lazer, fundamentalmente a teoria sociológica do desvio e das relações de poder encabeçada por Howard Becker, Norbert Elias e John Scotson e Gilberto Velho.

Por último, no quinto capítulo, faço uma incursão extravagante no reduto nativo para fazer uma etnografia e também experimentar, por dever de ofício, um e outro dos lazeres dos moradores da Estrutural e do Plano Piloto. Ao que se seguem as considerações finais.

Discussão Metodológica

Quanto à metodologia utilizada, o presente trabalho consiste em uma pesquisa qualitativa em sua essência, mas que faz uso de descrições estatísticas, amparada em relatos etnográficos e entrevistas semi dirigidas feitas com moradores de ambas as localidades.

Estas entrevistas foram precedidas de análise documental dos relatórios produzidos pela Companhia de Planejamento do Distrito Federal – CODEPLAN nos exercícios de 2013/2014. Nesses documentos, em especial na PDAD 2013/2014 – Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios, encontra-se uma farta base de dados relativos ao histórico da Região Administrativa ou RA, características dos domicílios e da população, informações sobre trabalho e rendimento, níveis educacionais, aspectos turísticos etc.

Quanto à escolha dos moradores entrevistados, selecionei-os de modo a contemplar os distintos espaços geográficos dentro da mesma RA, por exemplo, na Estrutural, selecionei homens e mulheres adultos – 25 a 59 anos – e moças e rapazes entre 15 a 18 anos, moradores das áreas central, norte, leste etc. orientando-me pelo perfil sócio-demográfico já dado pela PDAD. Para a Estrutural a PDAD informa população majoritariamente parda/mulata – 53,83%; concentrada na faixa etária de 10 a 59 anos - 75,84; predominantemente evangélica - 46%; nível de instrução fundamental incompleto – 47,29%; a maioria ocupada em serviços gerais – 38,32% e renda domiciliar média mensal em 2,16 salários mínimos ou R\$ 1.465,15.

Já no Plano Piloto, selecionei moradores adultos maiores de 18 anos, residentes nas Asas Norte e Sul. A PDAD informa para essa região população majoritariamente branca - 65,58%; concentrada na faixa etária de 25 a 65 anos - 75%; predominantemente católica - 65,12%; educação superior - 53,34%; a maioria servidores da Administração Pública Federal - 32,65%; renda domiciliar média mensal em 17,6 salários mínimos ou R\$ 12.742,21 etc.

O fato de incluir Brasília neste estudo visa oferecer um parâmetro de comparação ou elemento de contraste para o lazer na Estrutural, além do questionamento sobre se essa população seria mais representativa de um “tipo ideal” de lazer encontrado na literatura. Ao estudar Brasília, teremos a oportunidade também de explorar alguns temas discutidos pelo Professor Brasilmar Ferreira Nunes em suas pesquisas na Capital, especialmente a ideia segundo a qual o projeto urbanístico de Brasília impacta as interações sociais entre os

seus moradores, contribuindo para o reforço da *atitude blasé* já observada em outras capitais.

Apesar da amostra de minha pesquisa ser aleatória, os indivíduos selecionados para a entrevista, na medida do possível, são integrantes do perfil geral encontrado pela PDAD. Para chegar a essas pessoas utilizei da mediação de contatos (informantes) que possuo em ambas as localidades (Estrutural e Plano Piloto), adquiridos ao longo de minha carreira profissional enquanto servidor público na Administração Pública Federal (no caso do Plano Piloto) e de contatos que mantive com moradores da Estrutural ao longo da pesquisa.

A despeito de a pesquisa empírica, principalmente na Estrutural, consistir em trabalho etnográfico, segui também um roteiro (anexo) como tópico guia (Gaskell, 2002) para manter a coerência/comparabilidade dos dados coletados. Isto porque, em muitas das vezes este diálogo com os moradores se deu de modo espontâneo, seja em bares, pontos de ônibus, lanchonetes, dentro de ônibus, nas calçadas enquanto caminhava, na casa dos moradores etc.

Já no Plano Piloto, a facilidade que encontrei na Estrutural para conversar com os moradores não foi observada. Alguns poucos se dispuseram a uma entrevista pessoal, o que levou-me a adaptar o roteiro de entrevista para o formulário do *Google Forms*⁴, com o que pude captar um número de respostas razoável para a identificação de alguns padrões explorados na pesquisa.

Em síntese, são elucidativas do fio condutor das análises desta pesquisa as perspectivas acolhidas em seus trabalhos por White e Magnani.

Nesta pesquisa sobre Cornerville, pouco iremos nos preocupar com as pessoas em geral. Encontraremos pessoas particulares e observaremos as coisas particulares que fazem. O padrão geral de vida é importante, mas só pode ser construído por meio da observação dos indivíduos cujas ações configuram esse padrão. (White, 2005, p. 23)

A preocupação não era trabalhar com uma amostra representativa de acordo com critérios estatísticos, mas chegar a um determinado nível de saturação nos resultados, efeito que obtém quando, a partir de diferentes técnicas, os dados começam a reiterar-se. (Magnani, 2003, p. 107)

⁴ Ferramenta disponibilizada pelo Google para a criação de formulários e captura de resposta via Web.

Nesse sentido, para o trato dos dados colhidos busquei uma análise da conversação e da fala dos entrevistados buscando captar os padrões e a sua ausência no interior do discurso explicando seus significados, seguindo Myers (2008, p. 287), o que me levou a privilegiar uma perspectiva de análise ancorada em três pilares. Primeiro a busca dos sentidos atribuídos pelos moradores aos seus lazeres, em um movimento que me levou a figurar como um intérprete da teoria sociológica produzida pelos próprios atores e presente em suas narrativas. Combinei a isso as minhas próprias observações diretas do campo, e por vezes observações participantes, atentando-me para o contexto social no qual os sentidos dos lazeres se inserem. Por fim, busquei na teoria sociológica elementos para confrontar a minha visão do campo bem como compreender os lazeres vividos pelos moradores.

Capítulo 1 - Tempo livre, lazer, consumo e alienação

“Engano-te enquanto te proporciono gozo” (Karl Marx)

Os bens são neutros, seus usos são sociais; podem ser usados como cercas ou como pontes. (Mary Douglas & Baron Isherwood, 2004, p. 36)

A questão diretriz deste estudo indaga quais as sociabilidades engendradas em contextos de baixa renda, como a Estrutural, relativas ao lazer dos moradores. Entretanto, considerei oportuno, antes de adentrar no contexto da Estrutural propriamente dito, investigar uma realidade social oposta, como Brasília, onde a renda é fator decisivo para a ativação de muitos lazeres que ali se usufrui.

Desse modo, inicio este estudo recorrendo à discussão de temas como consumo, alienação, mercantilização de relações sociais etc., frequentemente relacionados com o lazer, especialmente quando o contexto em questão é de média e alta renda. Farei isso a partir de alguns dos achados empíricos da pesquisa em Brasília.

Assim, de posse da visão clássica e contemporânea da sociologia sobre esses temas, resgatarei o desenvolvimento da sociologia do lazer agregando novos elementos teórico-conceituais para compreender o lazer no Plano Piloto e em seguida na Estrutural.

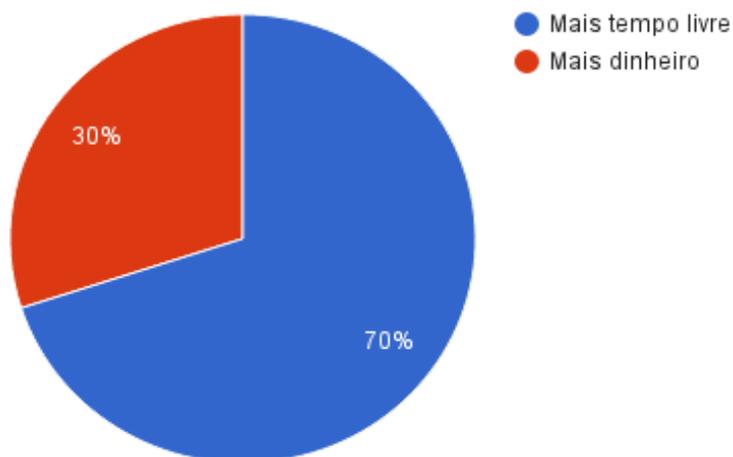
Nesse sentido, abordo neste capítulo, em um primeiro momento, algumas questões atinentes ao tempo livre, pressuposto para a prática do lazer; a importância ou não do dinheiro para a sua prática e ainda a problematização da questão do caráter mercantilizado do lazer, ou o mesmo que dizer o lazer integrado no circuito do mercado de consumo. Farei isso a partir de algumas indagações feitas aos moradores do Plano e um ligeiro contraponto com os moradores da Estrutural. Em um segundo momento, recorrerei à teoria sociológica em busca de elementos para compreender algumas dessas questões trazidas pela pesquisa.

1.1 Mais tempo livre ou mais dinheiro?

Visando captar a importância atribuída pelos indivíduos nos contextos observados⁵ ao tempo livre e à renda, direcionei-lhes 3 perguntas, as quais seguem abaixo acompanhadas das respectivas respostas:

18) Para você o que no momento é mais importante: ter mais dinheiro ou mais tempo livre?⁶

⁵ No Plano Piloto ao todo foram entrevistados 20 moradores adultos.



Ao lançar esta primeira pergunta imaginava que, por ser direcionada a uma população de renda elevada, um percentual bastante alto dos entrevistados tenderiam a apontar para uma necessidade de maior tempo livre. De fato, não estava de todo equivocado, para a maioria deles (70%) o tempo livre é um valor importante em suas vidas, estando de acordo com Dumazedier, o qual aponta a emergência do tempo livre como um valor central nas sociedades contemporâneas frente aos outros tempos sociais.

O que de saída chamou a atenção foi o fato de que um percentual expressivo dos entrevistados (30%) apontou para a necessidade de ter mais dinheiro. O curioso é que tratam-se de respostas de pessoas que já possuem rendas elevadas.

A resposta a esta pergunta na Estrutural⁷ também causou certo espanto, por se tratar de uma das cidades de menor renda domiciliar do DF, esperava encontrar respostas que sinalizassem a premência do dinheiro e, o que se deu foi exatamente o contrário, a maioria (62,5%) apontaram para a importância do tempo livre, próximo à percepção obtida no Plano.

Em seguida, armei 2 cenários, também com idêntico propósito, capturar a importância ou não do tempo livre na vida das pessoas. Vejamos:

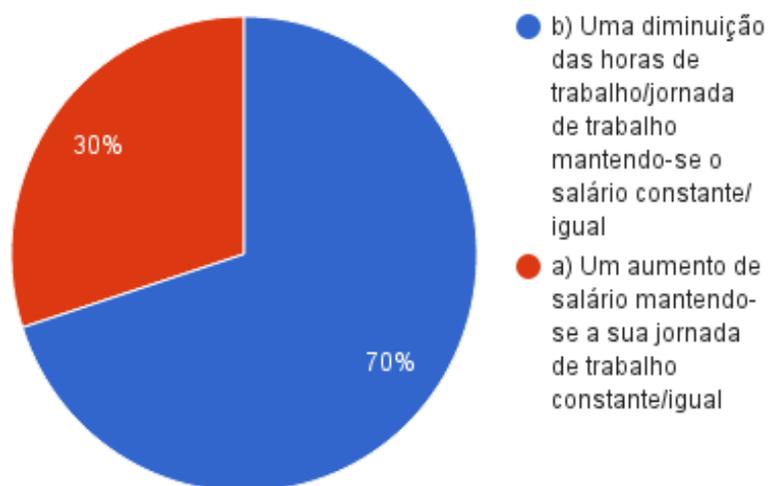
16) O que você preferiria:

- a) Um aumento de salário mantendo-se a sua jornada de trabalho constante/igual?
Ou
- b) Uma diminuição das horas de trabalho/jornada de trabalho mantendo-se o salário constante/igual?

⁶ Seguiu-se aqui a numeração original das questões do roteiro de entrevista anexo.

⁷ Na Estrutural, por dificuldades inerentes ao campo, apenas as respostas de 8 moradores adultos possibilitaram a comparação.

Por exemplo⁸: se hoje você recebe R\$ 15.000,00 por mês e tem que trabalhar 140 horas mensais, qual das 2 opções você escolheria: ganhar R\$ 16.500,00 e continuar tendo que trabalhar 140 horas mensais ou continuar ganhando R\$ 15.000,00 mas agora tendo que trabalhar apenas 126 horas semanais?



Observe-se que neste primeiro cenário o trabalhador apenas ganha, seja salário (alternativa a), seja tempo (alternativa b), diga-se de passagem um cenário pouco comum na vida cotidiana.

Para os moradores do Plano as respostas foram idênticas à questão anterior no que tange à importância do tempo livre, para a maioria (70%) o desejo por mais tempo livre fica evidenciado, mas também deixa claro que para fração considerável (30%) a busca pelo dinheiro é o que sobressai.

Também e mais acentuadamente na Estrutural, a maioria (85%) queixa-se da necessidade de mais tempo livre, desfazendo novamente o equívoco de estabelecer o vínculo automático entre baixa renda e busca pelo aumento da renda em detrimento da busca pelo aumento do tempo livre.

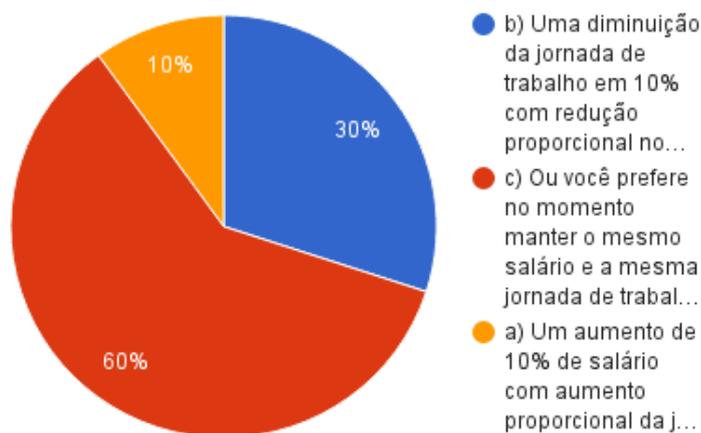
Já no segundo cenário, mais próximo da realidade das políticas trabalhistas de aumento/redução seja das horas de trabalho ou do salário, o trabalhador não tem mais a opção do ganha-ganha (tempo ou dinheiro), se ganha um perde na mesma proporção o outro. Entretanto, neste cenário ele possui a opção de permanecer como se encontra (manter inalterada a renda e a jornada de trabalho). Vejamos:

⁸ Quando da entrevista, os valores das rendas foram adequados às realidades dos entrevistados de modo a captar a importância do aumento da renda ou do tempo livre para as distintas populações, Estrutural e Plano Piloto.

17)O que você preferiria:

- a) Um aumento de 10% de salário com aumento proporcional da jornada de trabalho? Ou
- b) Uma diminuição da jornada de trabalho em 10% com redução proporcional no salário?
- c) Ou você prefere no momento manter o mesmo salário e a mesma jornada de trabalho?

Por exemplo: se você recebe os mesmos R\$ 15.000,00 por mês e tem que trabalhar as mesmas 140 horas mensais do exemplo anterior, qual das 2 opções você escolheria: ganhar R\$ 16.500,00 mas agora tendo que trabalhar 154 horas ou ganhar R\$ 13.500,00 tendo a jornada de trabalho reduzida para 126 horas, ou manter o salário e a jornada de trabalho com estão?



Observe-se que, quando para o trabalhador aumentar o tempo livre (alternativa b) significa ver o seu salário reduzido, o que é o mesmo que dizer que ele tem que pagar para ter mais tempo livre, 30% escolhem esta opção, mas a maioria foge dela (60%), optando por permanecer onde se encontra, receosa de ver a redução do orçamento familiar e os impactos na vida social que isso provoca, como teremos a oportunidade de analisar. Também é de se destacar que 10% estão dispostos a sacrificar tempo livre para terem mais dinheiro.

Na Estrutural, a maioria (66%) mesmo já vivendo com tão pouco ainda estariam dispostos a abrir mão de parte do salário para terem mais tempo livre, enquanto que os demais desejam o inverso.

Conjugando-se as 3 questões, fica evidente a angustiante situação em que se encontra a maioria dos entrevistados. Por um lado a maioria (70%) é desejosa de mais

tempo livre (questões 18 e 16). De outro lado, quando são demandados a sacrificar parte do salário para pagar esse aumento de tempo livre de que são carentes (questão 17), a maioria deles (60%) recua, preferindo manter-se na situação em que se encontram (inalterabilidade de salário e jornada de trabalho). Dos demais, 30% está disposta ao sacrifício da fração do salário pela correspondência no tempo livre, ao passo que 10% quer mais dinheiro ainda que à custa de mais trabalho e menos tempo livre por óbvio.

Não é objetivo da pesquisa tecer essas generalizações para o conjunto dos moradores do Plano Piloto ou da Estrutural, todavia as constatações revelam indícios de que tais generalizações possam ocorrer em um nível mais amplo que o verificado.

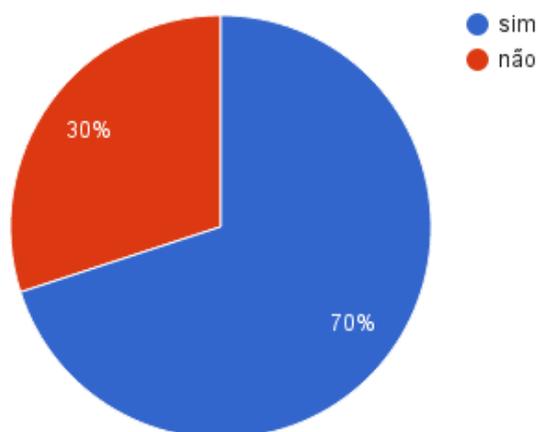
Para os entrevistados da Estrutural, a premência do tempo livre se faz presente, ainda quando se tenha que pagá-lo com os poucos recursos de que dispõem.

Voltaremos a estes resultados quando da discussão com a teoria sociológica.

1.2 Ficção ou realidade?

De modo um tanto quanto insólito lancei aos moradores do Plano uma outra pergunta aparentemente fictícia:

- 24) Caso fosse possível, você estaria disposto a reservar parte de sua renda para comprar tempo a fim de ser utilizado em atividades de lazer ou mesmo outra destinação?



A maioria dos entrevistados (70%) disse que o faria, enquanto 30% respondeu que não. E mais uma vez estamos diante do dilema do morador do Plano entre mais tempo livre ou mais dinheiro. Já foi dito que a maioria deles (47,23%) integram os quadros da administração pública, sendo 32,65% lotados na administração federal e 14,58% na administração distrital, com rendas domiciliares que se aproximam dos 20 salários mínimos (17,6 salários mínimos).

Também é notório na administração pública a farta distribuição de cargos e funções comissionados, além é claro das famigeradas horas extras, os quais juntos e combinados aumentam a remuneração dos servidores. Como não existe almoço de graça e ao brilho do sol sempre acompanha a escuridão da noite, é lhes exigido frequentemente um aumento na jornada de trabalho bem como a assunção de maiores responsabilidades e encargos funcionais vinculados às atribuições que desempenham.

É nesse ponto que reside o pulo do gato que mostra que comprar tempo para muitos destes moradores não é uma mera ficção, trata-se de uma possibilidade real, bastalhes, para tanto, recusar os tais cargos e funções bem como as horas extras, os quais não são lhes impostos ou mesmo objeto de assédio moral ou coisas do tipo, ao menos não na maioria das vezes. Tem-se aí importantes mecanismos de liberação/libertação de tempo livre para muitos destes trabalhadores, mas o fato é que, contraditoriamente, estes recusam-se a utilizar este recurso, por razões diversas a essa (escolha entre mais tempo livre ou mais dinheiro) que, para eles, é uma terrível escolha, como deixa claro um colega de trabalho: *“Mas Werles, o que é que eu vou fazer, estas horas extras pagam a prestação de meu apartamento”*.

Igualmente emblemática é a situação de uma entrevistada, Ana⁹ queixa-se da necessidade de mais tempo livre, desabafa quanto ao excesso de trabalho diário – queixas comuns a 65% dos entrevistados do Plano –, estaria disposta a comprar tempo, sua renda é cobiçada no mundo dos concurseiros (servidora do Senado Federal com renda entre R\$ 8.800,00 e R\$ 17.600,00), mas não abre mão da função comissionada que exerce e das habituais horas extras.

E assim muitos deles garantem o pagamento do apartamento de alto padrão, o automóvel de luxo que é trocado com regularidade, as férias anuais para a Europa e para os Estados Unidos, a frequência a restaurantes requintados, os passeios aos shoppings etc. etc. Ou seja, a garantia do estilo de vida.

É oportuno ainda notar que, este dilema do morador do Plano de desejar mais tempo livre, mas não estar disposto a pagar por ele, pode ainda estar relacionado à ausência de respostas para a pergunta: *“Mais tempo livre para quê?”*. Ou seja, a ideia de desejar mais tempo livre ocorre quase que naturalmente em um primeiro momento, dispensa

⁹ Com vistas a resguardar o sigilo da identidade dos moradores, todos os nomes presentes neste trabalho são designações fictícias para pessoas reais entrevistadas na Estrutural e no Plano Piloto.

reflexão. Entretanto, quando confrontado a ter que pagar por este tempo livre, além deste custo em si, uma reflexão ainda que inconsciente deve ocorrer: o que fazer neste tempo extra obtido de modo a não desperdiçá-lo de maneira inconveniente, de modo que este tempo livre não encontre apenas o vazio? A ausência de respostas a esta pergunta certamente ajuda a compreender a fixação dos indivíduos ao seu tempo obrigatório. Aldous Huxley em Admirável Mundo Novo de forma poética aponta algo análogo.

- Horrível? (referência ao trabalho da classe braçal) Eles não acham. Pelo contrário, até gostam. É leve, de uma simplicidade infantil. Nenhum esforço excessivo da mente nem dos músculos. Sete horas e meia de trabalho leve, de modo algum exaustivo, e depois a ração de *soma* (droga do mundo novo), os esportes, a cópula sem restrições e o cinema sensível. Que mais poderiam pedir? É verdade – acrescentou – que poderiam pedir uma jornada de trabalho mais curta. E, por certo, nós poderíamos concedê-la. Do ponto de vista técnico, seria perfeitamente possível reduzir a três ou quatro horas a jornada de trabalho das castas inferiores. Mas isso as faria mais felizes? Não, de modo algum. A experiência foi tentada, há mais de século e meio. Toda a Irlanda foi submetida ao regime de quatro horas de trabalho diário. Qual o resultado? Perturbações e um acréscimo considerável do consumo de *soma*, nada mais. Essas três horas e meia de folga suplementar estavam tão longe de ser uma fonte de felicidade, que as pessoas se viam obrigadas a gastá-las em fuga pelo *soma*. O Departamento de Invenções está cheio de planos destinados a economizar mão de obra. Milhares de planos – Mustafá Mond fez um gesto largo. – e por que não os pomos em execução? Para o bem dos trabalhadores; seria pura crueldade infligir-lhes folgas excessivas. (Huxley, 1978, p. 128-129)

Isto quer dizer que pode estar implícito na recusa da maioria dos moradores do Plano em pagar por mais tempo livre o sentimento sobre o que fazer nas horas vagas obtidas de modo que este tempo livre extra não se converta em mais tédio. Como teremos oportunidade de observar adiante Gaelzer (1979) sublinha este aspecto ao chamar a atenção para a necessidade de uma verdadeira educação para o usufruto de um lazer saudável.

1.3 Um lazer mercantilizado?

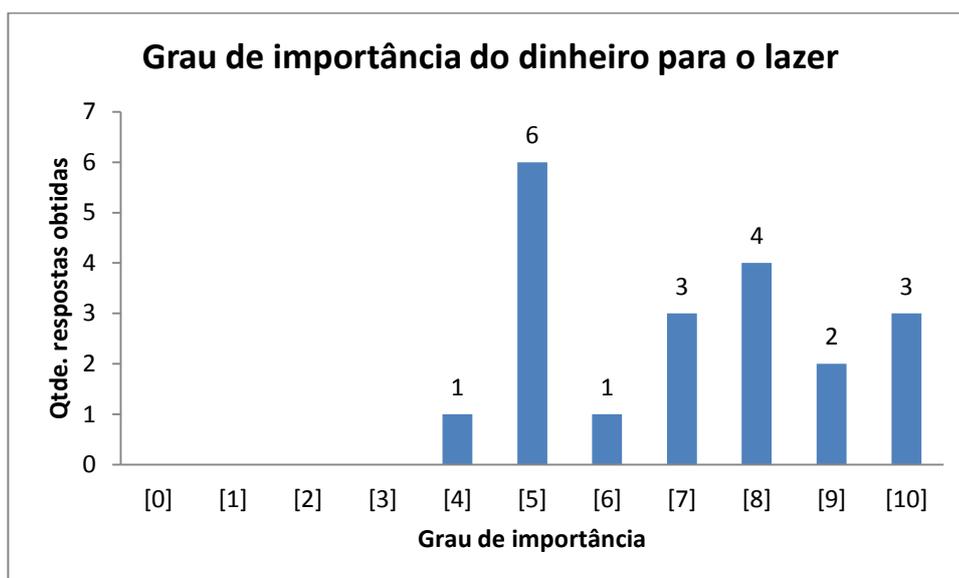
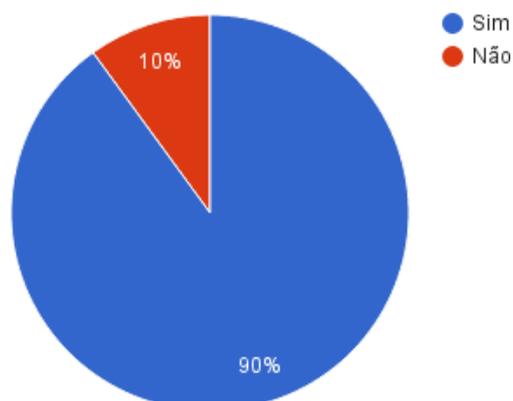
Visando capturar a importância do dinheiro para a satisfação das atividades de lazer dos moradores do Plano e da Estrutural lancei-lhes à queima roupa as 2 questões abaixo:

28) O dinheiro é importante para a participação nas atividades de lazer de seu interesse?

29) Em uma escala de 0 a 10, na qual à medida que se avance no sentido crescente da numeração aumenta-se o grau de importância do dinheiro para a satisfação das necessidades de lazer, qual o grau de importância do dinheiro para a satisfação de suas necessidades de lazer?

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10
0 = sem importância 2,5 = pouco importante 5 = importante 7,5 = muito importante 10 = essencial.

O dinheiro é importante para o lazer?



Para 90% dos entrevistados no Plano o dinheiro é importante para a participação nas atividades de lazer de seu interesse, evidenciando uma forte dependência da moeda na ativação das atividades de lazer. Não por acaso, praticamente todos os entrevistados relataram como espaços típicos de lazer do Plano aqueles relacionados a bares, restaurantes, shoppings, academias, clubes, além dos espaços públicos como parques, vias públicas para caminhadas, Eixão do lazer etc., estes últimos citados por fazerem parte da tradição da cidade, porém, parece haver a preferência pelos espaços privados que dependem do dinheiro.

Também chama a atenção o quão importante é o dinheiro para o lazer dos moradores do Plano. Para 60% dos entrevistados a importância do dinheiro para o lazer figura entre 7 e 10, indo de muito importante a essencial, sendo que para apenas 1 entrevistado essa importância fica abaixo de 5. Suspeito que esse grupo dos 60% seja ainda maior haja vista a tendência verificada em outras pesquisas de muitos dos entrevistados “esconderem-se” no número mediano, neste estudo esse número representou 30% (5 = importante), representando a maior proporção do todo.

Na Estrutural estes números dizem-nos que para 62% dos entrevistados o dinheiro não é importante para o lazer de seus moradores, sendo que para 75% dos entrevistados, quando “forçados” a atribuírem uma importância do dinheiro para o lazer, essa importância ficou entre 3 e 5 (pouco importante a importante). Estes resultados são consonantes com os relatos empíricos dos moradores trazidos pela pesquisa.

1.4 E o que nos diz a teoria sociológica?

Uma vez que muitos dos lazeres nas sociedades contemporâneas inserem-se como mercadorias em uma sociedade de consumidores é mister abordá-lo sob o prisma do consumo a partir da perspectiva de diferentes autores, o que trará elementos para expandir o seu entendimento no geral e do consumo em si em particular.

Remonta ao jovem Marx parafraseando Goethe e Shakespeare a crítica do dinheiro e, por decorrência lógica, do próprio consumo, o qual sublinhava já nos primórdios da sociedade capitalista o fenômeno da alienação, do predomínio da aparência sobre a essência, da forma sobre o conteúdo, das coisas sobre os sujeitos, da ilusão sobre a realidade.

O que é para mim pelo dinheiro, o que eu posso pagar, isto é, o que o dinheiro pode comprar, isso sou eu, o possuidor do próprio

dinheiro. Tão grande quanto a força do dinheiro é a minha força. As qualidades do dinheiro são minhas – [de] seu possuidor – qualidades e forças essenciais. O que eu sou e consigo não é determinado de modo algum, portanto, pela minha individualidade. Sou feio, mas posso comprar para mim a mais bela mulher. Portanto, não sou feio, pois o efeito da fealdade, sua força repelente, é anulado pelo dinheiro. Eu sou – segundo a minha individualidade – coxo; mas o dinheiro me proporciona vinte e quatro pés; não sou, portanto, coxo; sou um ser humano mal, sem honra, sem escrúpulos, sem espírito, mas o dinheiro é honrado e, portanto, também o seu possuidor. O dinheiro é o bem supremo, logo, é bom também o seu possuidor, o dinheiro me isenta do trabalho de ser desonesto, sou, portanto, presumido honesto; sou tedioso, mas o dinheiro é o espírito real de todas as coisas, como poderia seu possuidor ser tedioso? Além disso, ele pode comprar para si as pessoas ricas de espírito, e quem tem o poder sobre os ricos de espírito não é ele mais rico de espírito do que o rico de espírito? Eu, que por intermédio do dinheiro consigo tudo o que o coração humano deseja, não possuo, eu, todas as capacidades humanas? Meu dinheiro não transforma, portanto, todas as minhas incapacidades (*Unvermögen*) no seu contrário? (Marx, 2004, p. 159)

A questão de fundo posta por Marx aqui é a própria natureza primitiva da sociedade capitalista que traz na testa a marca da desigualdade, desigualdade entre os proprietários e não proprietários dos meios de produção (do capital), entre capitalistas e assalariados, mas também a desigualdade que se instaura entre os próprios assalariados, hierarquizando-os. Nessa sociedade de desiguais a mola propulsora do sistema é a posse do equivalente universal, do dinheiro, o qual possibilita o intercâmbio entre os desiguais.

O próprio sistema alimenta uma necessidade ontológica de afirmação do próprio eu fazendo da busca pelo dinheiro um meio de se tornar não apenas igual, mas superior aos demais. Por óbvio que se não disponho de meios próprios para garantir minha subsistência faço-me assalariado e, de posse do dinheiro, satisfaço minhas necessidades do estômago e da imaginação. Ocorre que a posse do equivalente universal, desta chave mestra que abre as portas de mundos possíveis e inimagináveis, alimenta no espírito o desejo de tê-lo em quantias cada vez maiores como uma resposta às carências naturais e tantas outras “carências” que inundam o cotidiano, processo que em seu auge leva o indivíduo à recusa

de aceitar suas próprias limitações, seu próprio ser. “*Mas Werles, o que é que eu vou fazer, estas horas extras pagam a prestação de meu apartamento*”.

Mas não se trata de um jogo do tipo ganha-ganha. Veremos com Simmel que relações sociais monetarizadas induzem o esvaziamento dos conteúdos humanos transacionados e, por indução, o esvaziamento da própria personalidade do indivíduo, nesse sentido é expressiva a linda mensagem veiculada pelo filme *O estudante de Praga*.¹⁰

Como não se trata de um jogo do tipo ganha-ganha, quem não ganha perde e, se não tenho dinheiro devo resignar-me:

Eu, se não tenho dinheiro para viajar, não tenho necessidade alguma, isto é, nenhuma necessidade efetiva e efetivando-se de viajar. Eu, se tenho vocação para estudar, mas não tenho dinheiro algum para isso, não tenho nenhuma vocação para estudar, isto é, nenhuma vocação efetiva, verdadeira. Se eu, ao contrário, não tenho realmente nenhuma vocação para estudar, mas tenho a vontade e o dinheiro, tenho para isso uma vocação efetiva. (Marx, 2004, p. 160)

A esse poder inversor do dinheiro que “*obriga os contraditórios a se beijarem*”, antepondo um véu entre o sujeito e a realidade que o circunda, apresentando-lhe o mundo de modo invertido, Marx atribui o ápice do fenômeno da alienação.

Enquanto tal poder inversor, o dinheiro se apresenta também contra o indivíduo e contra os vínculos sociais etc., que pretendem ser, para si, essência. Ele transforma a fidelidade em infidelidade, o amor em ódio, o ódio em amor, a virtude em vício, o vício em virtude, o servo em senhor, o senhor em servo, a estupidez em entendimento, o entendimento em estupidez. (Marx, 2004, p. 160)

Certamente tem-se aí importantes elementos para se compreender o consumo em geral e o consumo vinculado ao lazer em particular. Este, como vimos, é um lazer fortemente marcado pelo recurso à moeda e parece ser predominante entre muitos dos moradores de Brasília: apartamentos, automóveis, viagens, shoppings etc. etc.

A seu turno, em grande medida, deve-se a Veblen (1988) a responsabilidade pela difusão da ideia do ócio e do consumo conspícuos tendo por base a inveja como sua força

¹⁰ Este belíssimo filme mudo de 1913 retrata uma das formas de pacto mefistofélico em que o protagonista, um pobre estudante, a fim de obter o amor de uma condessa, e também dinheiro e poder, faz-se mercadoria e vende sua própria imagem a uma figura diabólica. A partir de então é atormentado por seu duplo espectral, envolvendo-se em assassinato, jogo de interesses, perda de amor sincero e busca de um meio para reencontrar sua própria essência outrora alienada.

motriz. Para ele, as classes ociosas, movidas pelo sentimento de inveja, colocam-se em uma eterna competição de base pecuniária e emulativa e, ao fazê-lo, arrastam todos os demais indivíduos nessa competição, em uma espécie de jogo do qual nos falava Huizinga (1971), em que a vitória e a glória são marcadas pelo alcance da honorabilidade, da dignidade, prestígio, notoriedade, aumento de reputação, estima social, mediante o ócio e o consumo conspícuos.

Para obter e conservar a consideração alheia não é bastante que o homem tenha simplesmente riqueza e poder. É preciso que ele patenteie tal riqueza ou poder aos olhos de todos, porque sem prova patente não lhe dão os outros tal consideração.

[...] Já se notou que o termo “ócio”, na conotação que tem neste estudo, não implica indolência ou quiescência. Significa simplesmente tempo gasto em atividade não produtiva. Gasta-se o tempo de modo não produtivo, primeiramente, por um sentimento da indignidade do trabalho produtivo e, em segundo lugar, para demonstrar a capacidade pecuniária de viver uma vida inativa. (Veblen, 1988, p. 22-24)

E ele sublinha adiante o consumo conspícuo:

Por ser o consumo dos bens de maior excelência prova da riqueza, ele se torna honorífico; reciprocamente, a incapacidade de consumir na devida quantidade e qualidade se torna uma marca de inferioridade e de demérito.

[...] Para o homem ocioso, o consumo conspícuo de bens valiosos é um instrumento de respeitabilidade. (Veblen, 1988, p. 37-38)

Em um esforço de síntese, Veblen resume a essência subjacente à ideia de ócio e consumo conspícuos:

Do anterior exame acerca do crescimento do ócio e do consumo conspícuos, parece que a utilidade de ambos, para fins de boa reputação, repousa no elemento de dispêndio, a ambos comum. Num caso, o dispêndio é de tempo e esforço; no outro, de bens. Ambos são métodos de demonstrar a posse de riqueza, e os dois são convencionalmente aceitos como equivalentes. (Veblen, 1988, p. 42)

Encontramos ainda em Veblen importantes chaves analíticas para compreendermos os comportamentos contemporâneos relativos ao consumo e ao padrão de vida das pessoas, inclusive no que tange à dificuldade, outrora vista, do dilema do morador

do Plano em ter que escolher entre mais tempo livre ou mais dinheiro, a maioria recusando o aumento do tempo livre à custa da redução proporcional do salário, optando assim por permanecerem no padrão de vida alcançado, o qual vincula-se diretamente à renda e à jornada de trabalho em que se encontram.

É muito difícil diminuir a escala de gastos, já adotada, do que estendê-la em resposta a um aumento de riqueza [...] É notoriamente tão difícil abandonar um padrão de vida “elevado” como baixar um padrão que já é relativamente baixo, apesar de, no primeiro caso, a dificuldade ser de ordem moral, enquanto no último poderá significar a dedução (redução) material dos confortos físicos da existência [...] Mas, enquanto a regressão é difícil, um novo avanço nos gastos conspícuos é relativamente fácil; de fato, ele se processa quase normalmente. (Veblen, 1988, p. 49)

E é assim então que Veblen mostra que a competição, ativada pelos sentimentos de inveja, coloca em movimento o circuito do consumo emulativo capitaneado pelas classes abastadas visando a estima social.

Isso sugere que o padrão de vida, que em geral governa os nossos esforços, não são os gastos ordinários comuns, já alcançados; é o consumo ideal pouco além do nosso alcance, ou cujo alcance requer um certo esforço. O motivo é a competição – o estímulo de uma comparação individual que nos instiga a sobrepujar àqueles que estamos habituados a considerar como pertencentes à nossa classe. A mesma proposição é substancialmente expressa na observação comum (em voga) de que cada classe inveja e compete com a classe logo acima dela na escala social, enquanto que raramente se compara com a que fica abaixo ou muito acima. Isso significa, em outras palavras, que o nosso padrão de decência nos gastos, assim como em outros meios de competição, é determinado pelo que vigora entre os logo acima de nós quanto à respeitabilidade; até que, desse modo, especialmente nas comunidades em que as distinções de classe sejam um tanto vagas, todos os cânones de respeitabilidade e decência, e todos os padrões de consumo derivam, por gradações imperceptíveis, dos usos e hábitos de raciocínios dos da classe social e pecuniária mais elevada – a classe ociosa abastada. (Veblen, 1988, p. 49-50)

Esse estímulo à elevação dos gastos leva não só ao consumo cada vez mais especializado e requintado dos bens sobressaindo-se o valor honorífico sobre o valor de uso propriamente dito dos bens (sua utilidade substancial) como também ao paroxismo de vincular a beleza ao preço caro, como alerta Veblen “*Sem reflexão ou análise, sentimos que o barato é indigno*”. (Veblen, 1988, p. 78).

Retornando à trilha aberta por Marx, o qual sublinhara o fenômeno da alienação, dos prazeres fugazes à custa da essência individual, como fenômeno típico das sociedades modernas, sociedades de consumo, encontramos outros pensadores que, igualmente, realçaram ainda com cores mais fortes esta perspectiva do consumo alienado, bastando citar aqui à guisa de exemplo uma elucidativa passagem de Baudrillard e alguns trechos dos célebres pensadores do famoso Instituto de Pesquisa Social de Frankfurt, Adorno e Horkheimer.

É legítimo, portanto, afirmar que a era do consumo, em virtude de constituir o remate histórico de todo o processo de produtividade acelerada sob o signo do capital, surge igualmente como a era da alienação radical. Generalizou-se a lógica da mercadoria, que regula hoje não só os processos de trabalho e os produtos materiais, mas a cultura inteira, a sexualidade, as relações humanas e os próprios fantasmas e pulsões individuais. Tudo foi reassumido por esta lógica, não apenas no sentido de que todas as funções, todas as necessidades se encontram objetivadas e manipuladas em termos de lucro, mas ainda no sentido mais profundo de que tudo é espetacularizado, quer dizer, evocado, provocado, orquestrado em imagens, em sinais, em modelos consumíveis. (Baudrillard, 1975, p. 328)

Não menos ácidos são Adorno e Horkheimer ao relatarem de modo assombroso o diagnóstico da sociedade de massas, da produção em série, estandardizada, destinada ao atendimento de necessidades uniformes, em que os consumidores, destituídos de vontade própria¹¹, são tidos como meras cifras estatísticas segregados em planilhas de empresas que abarcam os mais diversos segmentos da vida humana.

¹¹ Adorno e Horkheimer em muito lembram aqui o Admirável Mundo Novo de Huxley, sociedade na qual os indivíduos eram condicionados inclusive para serem felizes como demonstra uma das máximas lá contida: “- E esse – interveio sentenciosamente o Diretor – é o segredo da felicidade e da virtude: amar o que se é obrigado a fazer. Tal é a finalidade de todo o condicionamento: fazer as pessoas amarem o destino social a que não podem escapar”. (Huxley, 1979, p. 16)

Cada qual deve se comportar, como que espontaneamente, em conformidade com seu *level*, previamente caracterizado por certos sinais, e escolher a categoria dos produtos de massa fabricada para seu tipo. Reduzidos a um simples material estatístico, os consumidores são distribuídos nos mapas dos institutos de pesquisa (que não se distinguem mais dos de propaganda) em grupos de rendimentos assinalados por zonas vermelhas, verdes e azuis. (Adorno & Horkheimer, 1985, p. 116)

Dentro do espírito emancipatório que marca o projeto intelectual dos pensadores de Frankfurt, em texto mais recente Adorno relativiza o caráter absoluto imposto pela indústria cultural ao consumo alienado, vislumbrando uma resistência, ainda que tímida, dos indivíduos aos mecanismos de nivelamento sócio-cultural.

[...] As pessoas aceitam e consomem o que a indústria cultural lhes oferece para o tempo livre, mas com um tipo de reserva, de forma semelhante à maneira como mesmo os mais ingênuos não consideram reais os episódios oferecidos pelo teatro e pelo cinema. Talvez mais ainda: não se acredita inteiramente neles. É evidente que ainda não se alcançou inteiramente a integração da consciência e do tempo livre. Os interesses reais do indivíduo ainda são suficientemente fortes para, dentro de certos limites, resistir à apreensão (*Erfassung*) total. (Adorno, 2002, p.126)

Contrapondo-se a esta perspectiva que vincula o consumo à alienação, à competição, à inveja e ainda ultrapassando a visão economicista que se contenta com uma ideia utilitário-individualista a qual vincula o consumo à satisfação de necessidades (físicas e espirituais), desejos e exibição, Douglas & Isherwood partem em uma verdadeira cruzada em busca de respostas à pergunta: “*Por que as pessoas querem bens?*”, por que consomem?

Para que possamos absorver a dimensão da resposta dos autores apresento abaixo duas passagens bastante elucidativas a esse respeito:

A vida social, sob todos os aspectos e em todos os momentos de sua história, somente é possível em virtude de um vasto simbolismo. (Durkheim)

O símbolo é a causa e o efeito de toda vida societal. (Maffesoli, 1985, p. 1)

É nesse sentido que Douglas & Isherwood veem o consumo como um ato que vai muito além da busca da satisfação das necessidades biológicas, psicológicas, ao mesmo tempo em que também não se contentam com a visão do consumidor marionete, eternamente à mercê da indústria cultural.

Para estes autores o consumidor é um agente livre e racional que faz suas escolhas em um mundo inteligível, ao fazer essas escolhas ele busca apropriar-se, mediante a posse de bens, dos significados contidos nesses bens e partilhados socialmente. Em outros termos, consumir significa apropriar-se de sentidos sociais partilhados em um grupo, buscar a informação ou um conjunto de informações validadas, legitimadas e relevantes para a comunidade na qual se está inserido.

Desse modo, não que os autores desprezem o consumo físico, emulativo dos bens, mas apresenta-os dotados de sentidos sociais e, portanto, possuí-los é apenas um meio para o estabelecimento e manutenção de relações sociais. Nesta perspectiva, mais importante que capturar o consumo enquanto mera subsistência ou competitividade individual é perguntar-se sobre quais os significados sociais para o uso de determinados bens.

As posses materiais fornecem comida e abrigo, e isso deve ser entendido. Mas, ao mesmo tempo, é evidente que os bens têm outro uso importante: também estabelecem e mantêm relações sociais.

[...]

O desfrute do consumo físico é só uma parte do serviço prestado pelos bens: a outra parte é o desfrute do compartilhamento de nomes. (Douglas & Isherwood, 2004, p. 105, 124)

Pode-se dizer também que apropriar-se destes códigos sociais inscritos por detrás do valor de uso dos bens confere estabilidade, coesão e equilíbrio à vida social e à própria vida pessoal dos indivíduos. Desse modo, adquirir este ou aquele bem pode significar a diferença entre estar a par ou ao largo de um sentido social vigente e compartilhado pelo grupo.

O homem é um ser social. Nunca poderemos explicar a demanda olhando apenas para as propriedades físicas dos bens. O homem precisa de bens para comunicar-se com os outros e para entender o que se passa à sua volta. As duas necessidades são uma só, pois a comunicação só pode ser construída em um sistema estruturado de significados. (Douglas & Isherwood, 2004, p. 149)

A este respeito, essa necessidade humana de interagir socialmente, para a qual os bens constituem-se enquanto importantes “*acessórios rituais*”, dando “*sentido ao fluxo incompleto dos acontecimentos*”, é esclarecedor examinarmos como exemplo um dos lazeres comum à maioria dos brasilienses como a pesquisa pode constatar, as viagens.

Praticamente a totalidade dos entrevistados relataram a habitualidade em fazer viagens turísticas, ao menos uma vez no ano, ou seja, se examinarmos este lazer sobre o prisma da aquisição de um bem como qualquer outro, vemos que o ato de viajar é repleto de significados sociais, pode estar vinculado à necessidade de descanso, evasão da paisagem e do cotidiano monótonos, oportunidade para reunião familiar, etc. Entretanto, chamou-me a atenção o constrangimento relatado por um entrevistado ao dizer que se sentia envergonhado todas as vezes que ouvia os colegas de repartição pública contando suas histórias sobre lugares que visitaram, pessoas que conheceram, coisas que compraram, e ele, ainda pouco dado a viagens.

Ou seja, estar em um ambiente em que viajar é um sentido comum, integrado na vida cotidiana dessas pessoas, não viajar, além de colocar o não viajante em uma condição de outsider e todo o peso que isso acarreta, como teremos a oportunidade de tratar, faz dele um não detentor do código semântico comum que permeia as relações sociais destas pessoas. Em uma palavra, um claro exemplo de coerção social do grupo sobre o indivíduo em que não compartilhar o sentido comum, seja ele qual for, coloca o indivíduo como um mudo em um mundo de falantes.

E o mesmo pode ser dito quanto à frequência à academia, aos shoppings, bares restaurantes, etc. Não tê-los em conta é não partilhar de sentidos comuns para a maioria dos moradores de Brasília, ou o mesmo que ser hipossuficiente em uma língua comum e, por conseguinte, não dispor da moeda de troca apta a estabelecer o intercâmbio cultural nesses meios. Isso, a seu turno, tem seus efeitos, com o tempo o não viajante, o outsider, pode buscar uma adequação de seus padrões valorativos e de sensibilidade aos padrões dominantes no grupo em que está inserido; pode buscar também contrapor aos valores do grupo os seus próprios valores por entendê-los mais nobres, forçando a inserção e busca pela dominância no grupo de novos sentidos sociais; como pode também, no extremo, ante os constantes constrangimentos por sua condição de não viajante romper com o grupo e buscar uma inserção em um novo grupo em que os sentidos sociais que valoriza tenham maior ressonância; questões estas que por si só rendem um estudo à parte.

É por isso mesmo que Douglas & Isherwood consideram o consumo como uma atividade eminentemente social, na qual as pessoas buscam, mediante a posse dos bens, ter acesso a um universo de significados compartilhados socialmente, com o que conferem sentido às próprias existências individuais.

Os autores criticam também a ideia de separação entre bens que satisfazem a necessidades físicas e espirituais, bem como a separação entre bens necessários e bens de luxo, uma vez que todos os bens em seu conjunto são portadores de significados sociais, razão pela qual tais divisões só contribuiriam para estabelecer hierarquias desnecessárias e assim dificultar a sua compreensão.

Os bens que servem às necessidades físicas – comida ou bebida – não são menos portadores de significado do que a dança ou a poesia¹². Demos um fim à conhecida e equivocada distinção entre bens que mantêm a vida e a saúde e outros que servem à mente e ao coração – os bens espirituais. Essa falsa distinção deixa uma grande quantidade de bens de luxo, desnecessários, para serem explicados por uma mistura de credulidade do consumidor e propaganda sinistra. O contra-argumento proposto aqui é o de que todos os bens são portadores de significado, mas nenhum o é por si mesmo. (Douglas & Isherwood, 2004, p. 120-121)

Tome-se como exemplo o fato de que bens tidos como de luxo em outras épocas podem ser tidos absolutamente como necessários nos dias atuais (automóveis, computadores, celulares etc.). Da mesma forma, muitos dos luxos de ontem, hoje tornaram-se peças de antiquário como as cigarreiras de prata e as caixas de rapé citadas pelos autores. E ainda temos o fato de que em uma mesma época o que é luxo para uns pode estar na conta da mais alta necessidade para outros. Ao olhar para a Estrutural não me lembro dos moradores, ao menos a maioria deles, terem citado dentre seus lazeres comuns o hábito de viajar, ao passo que no Plano essa é uma necessidade.

Quando a sociedade é estratificada, os luxos do homem comum podem se transformar nas necessidades das classes mais altas. Como acontece entre as classes sociais, a periodicidade de uso não só separa os bens de classe alta, mas também serve para marcar as diferenças entre classes de pessoas. [...]

¹² “A gente não quer só comida, a gente quer comida, diversão e arte” (Comida - Titãs).

O que podemos dizer, com certeza, é que sempre haverá bens de luxo, pois a hierarquia deve ser marcada. (Douglas & Isherwood, 2004, p. 174,176)

Uma outra importante contribuição feita pelos autores, que certamente contribui para ampliarmos a visão sobre o consumo indo além de julgamentos morais, refere-se à comparação do consumo das famílias com o comércio internacional de bens, segmentando os consumidores segundo a sua predominância de consumo de bens primários, secundários ou terciários.

Seguindo o modelo do comércio internacional, podemos começar procurando três categorias sociais definidas por seu consumo de três conjuntos de bens: primeiro, um conjunto de gêneros de primeira necessidade, correspondendo ao setor primário da produção; o seguinte, um conjunto de tecnologia, correspondendo ao setor secundário da produção; e o terceiro, um conjunto de informação, correspondendo ao setor terciário da produção. A escolha desses termos nos livra das restrições do contraste entre bens necessários e bens de luxo. E nos permite procurar além das necessidades (definidas pela sua reação à renda) pelos tipos definidores de consumo adequados para cada classe social. (Douglas & Isherwood, 2004, p. 247)

A ideia que está posta aqui é que a primeira classe de consumidores (pequena escala) possui um padrão de consumo marcado pela Lei de Engel citada pelos autores, “...segundo a qual a alimentação recebe uma proporção maior da despesa total do que os outros bens.” O que é o mesmo que dizer que boa parte do orçamento familiar concentra-se em bens de primeira necessidade. Já as outras duas classes (intermediária e alta) de consumidores têm um padrão de consumo não só com uma elasticidade de renda mais baixa para os alimentos, como também apresentam uma diversificação maior em seus dispêndios cotidianos, sendo que, os consumidores com padrão de consumo de escala média possuem seus gastos mais concentrados em bens que representam a tecnologia corrente, enquanto que os consumidores de larga escala têm o seu padrão de consumo definido pela propensão dos gastos no conjunto da tecnologia e consumo de informação vinculada à educação e cultura em geral, o que contribui reflexamente para a produção e monopólio dos bens de informação concentrar-se nas classes mais altas, tal como ocorre no comércio entre os países.

Este modelo dos três padrões distintos de consumo baseado no comércio internacional dos bens é importante, mas há que se ter cautela, os limites da segmentação muitas vezes mostram-se fluidos. Veja-se, por exemplo, que as pessoas dos segmentos mais baixos em um determinado período podem sacrificar o orçamento familiar para a aquisição de bens distintivos que estão além de sua escala normal de gastos. Mais ainda que isso, considere-se o caso de um consumidor menos abastado (pequena escala) o qual sacrifica regularmente seu orçamento familiar e, por consequência, a compra de gêneros de primeira necessidade, para poder comprar bens de informação/ distintivos, o sujeito que deixa de comprar uma geladeira, a mistura para a janta, uma roupa para o filho, para consumir um celular moderno ou pagar as infundáveis prestações do automóvel.

Além disso, dentro de um mesmo estrato social, em uma mesma escala de gastos, apesar da verificação da predominância, o consumo comumente se dá de forma combinada. O pobre come, bebe e se veste, busca na tecnologia a facilidade para a vida cotidiana, mas também busca distinção social nos limites das determinações sociais a que estão sujeitos.

Como vimos, a abordagem do consumo pela ótica de Douglas & Isherwood, herdeira da matriz sociológica durkheimiana que é, toma o consumo como um fato constitutivo e mediador de relações sociais marcadas pela posse dos bens enquanto portadores de sentido social no interior de uma coletividade. Ou seja, está presente nesta perspectiva a ideia de função social do consumo, como elemento de coesão, estabilidade e harmonia social, em que a coerção social leva os indivíduos a orientarem o seu consumo por assim dizer ao sentido social predominante, à moda vigente.

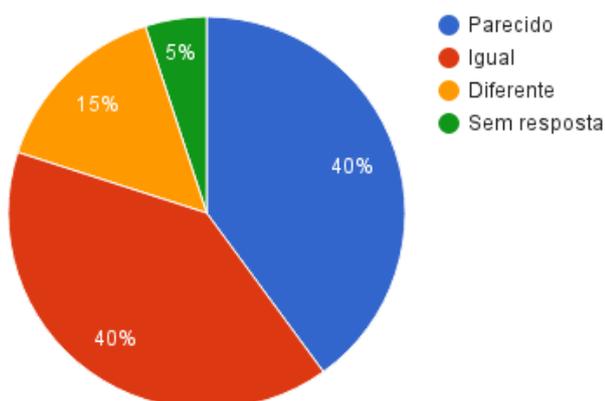
Os bens devem ser vistos como o meio, menos como objetos de desejo do que como fios de um véu que disfarça as relações sociais que cobre. A atenção é dirigida ao fluxo de trocas, e os bens apenas marcam o padrão. (Douglas & Isherwood, 2004, p. 275)

A contribuição dos autores amplia sobremaneira a compreensão sobre o consumo e, nem precisamos acrescentar aqui suas ideias sobre as regras precisas de admissão e exclusão para o acesso ao padrão de consumo de larga escala enquanto importantes armas de exclusão social, seja erguendo barreiras monopolísticas à entrada de novos consumidores mediante o preço alto, por exemplo, etiqueta nos usos dos bens, seja também mediante simplesmente a recusa deliberada destes seletos consumidores em relacionarem-se com consumidores de outros segmentos sociais. Entretanto, se os autores não desprezam fica evidente que aspectos vinculados ao consumo enquanto alienação, emulação, busca

pela honorabilidade, exibição etc., ficam esmaecidos em sua abordagem carecendo de um tempero com a abordagem materialista do consumo vista anteriormente.

Faz-se oportuno também indagar aqui sobre o que exatamente concorre para o estabelecimento dos sentidos sociais buscados pelos indivíduos em seu consumo, o que nos leva a recuperar o fenômeno da moda sob a perspectiva de Simmel. Antes disso, apresento apenas uma de minhas questões de pesquisa que aponta exatamente para um dos aspectos da moda relacionado à igualdade social, à imitação, tão presente nos lazeres dos moradores de Brasília.

30) O modo com você usufrui seu tempo livre/lazer é igual ou mesmo parecido com o modo como outros moradores do Plano Piloto usufruem seu tempo livre? Se diferente, consegue explicar-me o porquê de suas atividades de lazer serem diferentes das atividades de lazer dos outros moradores?



Para Simmel (2014), os indivíduos são movidos por uma dupla tendência psicológica de forças antagônicas, de um lado uma forte tendência para a imitação, para o acompanhamento da multidão, para acomodar-se ao gosto da massa, livrando o indivíduo da responsabilidade de “*carregar-se a si próprio*” e libertando-o da “*tortura e da responsabilidade da escolha*”. Ao mesmo tempo a imitação confere ao indivíduo o apoio, a aprovação social de que necessita para seguir em frente e, de certa forma, não ser “hostilizado” pelos valores do grupo.

De outro lado, não menos forte é a tendência à distinção, à raridade, à busca por diferenciar-se do ordinário, do comum, a recusa dos mecanismos de nivelamento social e o desejo de fazer-se distinto, notável por tudo aquilo que nos diferencia do trivial. Desse modo, imitação e distinção constituem duas faces de uma mesma moeda que modelam o psiquismo humano.

E é alimentando-se desta tensão que o fenômeno da moda aparece em toda a sua essência, e moda enquanto “*o estilo por inteiro*”, sendo o vestuário apenas um exemplo deste fenômeno amplo e disseminado na vida social que confere sentido ao consumo.

Segundo Simmel a moda é um fenômeno de classe por excelência e com isso ele quer dizer que “*modas são sempre modas de classe*”. Para ele, as classes superiores capitaneiam a moda vigente, estabelecem modas, arrastando atrás de si as classes logo abaixo na hierarquia social. Dito de outro modo, as elites dirigem o gosto na busca pela distinção social, e com isso auferem o prestígio e as honrarias sociais. As classes menos abastadas, a seu turno, desejosas de também compartilharem desta estima social, ainda que em menor escala, olham para cima e, seguindo na trilha aberta pelos outros, orientam o seu consumo para a moda vigente.

As modas dos estamentos superiores diferenciam-se daquelas dos estratos inferiores, e são prontamente abandonadas quando os últimos passam a se apropriar das mesmas. A moda é uma forma peculiar dentre aquelas formas de vida, por meio das quais se procura produzir um compromisso entre a tendência para a igualdade social e a tendência para marcar a distinção individual. Nessa essência fundamental da moda, ordenam-se os traços psicológicos que nele observamos. (Simmel, 2014, p. 160-161)

Desta forma, os fenômenos de moda tendem a se reproduzirem ao longo do tempo ativando o circuito do consumo, haja vista que tão logo uma moda se espraia socialmente ela deixa de ser moda, o que leva, por sua vez, à busca de novas formas de se discernir socialmente do comum dos indivíduos. Perseguir uma moda nesse sentido, a um só tempo confere ao indivíduo uma dupla satisfação pessoal: usufruir uma moda que lhe traz distinção/prestígio e saber que possui aprovação social explícita no desejo da massa de acompanhá-lo. Tal satisfação é tanto maior quanto maior seja a distância da multidão do grupo seletivo que vive uma determinada moda, tendendo a arrefecer-se à medida que a moda vai sendo apropriada pela grande massa.

A essência da moda reside no fato de que sempre apenas uma parte do grupo a pratica; a totalidade, no entanto, fica a meio caminho dela. Ela nunca é, mas é sempre um vir a ser. Tão logo ela seja dominante, ou seja, tão logo aquilo que apenas alguns poucos praticavam passe a ser praticado por todos sem exceção, como

elementos do vestuário ou das formas de contato social, não se pode mais falar em moda. (Simmel, 2014, p. 162-163)

Para Simmel ainda, mesmo aquele que se opõe à moda, obtém a sua individualidade não por si mesmo, mas pela “*mera negação do modelo social*”, ou seja, o fenômeno da moda demonstra nossa dependência em relação a ela seja seguindo a multidão, seja abstendo-se de fazê-lo.

E quanto à criação de novas modas Simmel atribui-as à inventividade que frequentemente associa-se a personalidades extraordinárias que, ao ousarem, atribuem sentidos a novas direções, com o que estabelecem o ritmo de uma nova marcha social.

É oportuno frisar que, não obstante a profundidade, atualidade e a comodidade do modelo simmeliano para a análise do fenômeno da moda, observa-se que a realidade empírica nem sempre guarda uma correspondência estrita a esta perspectiva, principalmente no que se refere à moda ser ditada pelo andar de cima na hierarquia social e copiada pelo andar de baixo, bastando para tanto dizer que, o movimento inverso, ainda que não seja tão comum, também ocorre, o andar de baixo também produz moda. Mais que isso ainda, a possibilidade de modas criadas pelo andar de baixo serem apropriadas pelo andar de cima, ressignificadas e usufruídas pelas elites como elementos distintivos. Embora Simmel pareça ter percebido essa possibilidade, não desenvolveu suas análises nessa direção, delegando tal tarefa aos sociólogos de hoje.

Com Douglas e Isherwood vimos que o consumo aponta para a apropriação de sentidos cujos bens representam apenas os suportes destas verdadeiras gramáticas sociais que orientam a vida cotidiana. Com Simmel vimos como o fenômeno da moda é decisivo para estabelecer esses sentidos contidos nos bens de que nos falamos Douglas e Isherwood. Desse modo, alcançamos uma melhor condição para uma compreensão mais ampla não só do consumo, mas do próprio lazer enquanto fenômeno social que também se insere no circuito do consumo em uma sociedade de mercado, mas que a ela não se resume.

Assim, buscaremos agora delinear uma noção de lazer – que sobretudo no caso das classes mais abastadas parece vincular-se de modo predominante ao consumo – para em seguida utilizar os instrumentos teóricos colhidos buscando compreender melhor as distinções entre o lazer buscado pelos habitantes do Plano Piloto e da Estrutural.

Capítulo 2 - O desenvolvimento histórico da sociologia do lazer

Eles (artesãos das antigas corporações) tinham tempos livres para gozar as alegrias da terra, para fazer amor, para se divertirem, para se banquetear em honra do alegre deus da Mandriice. (Paul Lafargue, 1999, p. 28)

2.1 A pré-história da sociologia do lazer

As questões em torno do tempo livre e do lazer, tão caras a este estudo, são tão antigas quanto aquelas relativas ao trabalho, à religião, à política etc. Muito antes das ciências sociais firmarem-se enquanto disciplina acadêmica, graças aos valorosos esforços de seus pais fundadores já no século XIX, por volta de meados do século XVI (1516) *Sir Thomas Morus*, por exemplo, um humanista provavelmente desencantado com as instituições políticas, religiosas e sociais de seu tempo e desejoso de reformas, impacta a Europa com a publicação de *A Utopia* – uma sociedade ideal erguida sobre o império da igualdade e da liberdade de seu povo. E é na lendária e afortunada ilha dos utopianos que Morus já destacara a virtude suprema daquele povo, vivendo segundo sua natureza, em busca do bem-estar, do deleite, de uma vida agradável, voluptuosa e, acima de tudo, usufruindo dos “*prazeres bons e honestos*”, seja os do corpo ou aqueles provenientes do cultivo do espírito. Já nesse tempo tão remoto, Morus – ao descrever brilhantemente os usos e costumes desse povo que “*ama o lazer*”, que têm como regra de vida “*fugir à volúpia que impede gozar uma volúpia maior ou que é seguida de qualquer dor*”- pioneiramente, ainda que em uma ficção, coloca para os sociólogos que viriam só muito tempo depois dele os temas que se relacionam ao tempo livre e ao lazer.

Mas Morus, ainda que falando desta mítica república, não comete o equívoco de conceber esta cidade dos prazeres como sinônimo de entrega ao ócio¹³, à preguiça; para ele, o trabalho é um pressuposto de Utopia, mas trata-se de um trabalho de seis horas diárias, fracionadas em dois períodos de três horas e ainda entremeados por uma siesta de duas horas após o almoço. Segundo ele, essa jornada de seis horas¹⁴ era suficiente para satisfazer as necessidades e comodidades dos utopianos, com o que sobravam-lhes tempo livre, e por conseguinte tempo de lazer, para entregarem-se aos lazeres os mais diversos cotidianamente.

¹³ Dumazedier mais adiante nos esclarece que o lazer pressupõe o trabalho, ao passo que o ócio o suprime.

¹⁴ Ainda hoje uma jornada diária de 6 horas é um sonho para a classe trabalhadora mesmo nos países desenvolvidos, quiçá para as economias em desenvolvimento.

A função principal e quase única dos sifograntes¹⁵ é a de velar por que ninguém se entregue à ociosidade e à preguiça e todos exerçam com ânimo a sua profissão. Não se deve crer que os utopianos se atrelem ao trabalho como bestas de carga desde a madrugada até a noite. Esta vida, embrutecedora para o espírito e para o corpo, seria pior que a tortura e a escravidão. E, no entanto, tal é, em outra qualquer parte, a triste sorte do operário!

Os utopianos dividem o intervalo de um dia e de uma noite em vinte e quatro horas iguais. Seis horas são empregadas nos trabalhos materiais. Eis a sua distribuição.

Três horas de trabalho antes do meio dia, depois almoçam. Depois do meio dia, duas horas de repouso, três de trabalho, em seguida jantam.

Contam uma hora onde contamos meio dia, deitam-se às nove e reservam nove horas para o sono.

O tempo compreendido entre o trabalho, as refeições e o sono, cada qual é livre de empregar à sua vontade. Longe de abusar dessas horas de lazer, abandonando-se à ociosidade e à preguiça, descansam variando suas ocupações e trabalho. (Morus, 1997, p.68)

Apesar de Morus, a verdade é que a sociologia do lazer ainda teria que esperar muito para florescer e dar os seus primeiros frutos. Como já dito, as próprias ciências sociais vão desenvolver-se no caudal dos impactos sociais deixados pela revolução industrial europeia dos séculos XVIII/XIX. Marx, por exemplo, no famoso capítulo VIII do *Capital* intitulado *A jornada de Trabalho* mostra como homens, mulheres e crianças eram submetidos a extenuantes jornadas de trabalho que chegavam a quinze, dezesseis horas diárias, e até mais, nas fábricas inglesas, e isso sob a proteção da lei. Em *A Luta de Classes em França*, ele mostra como as sangrentas Jornadas de Junho de 1848 levaram à morte em Paris mais de 3 mil operários, sendo outros 15 mil deportados, e isso porque lutavam entre outras coisas por uma jornada diária de 10 horas de trabalho.

Ou seja, o sonho das 6 horas de trabalho diárias de Morus, ainda hoje uma quimera para a maioria dos trabalhadores do mundo, não foi alcançado, mas, por outro lado, como se verá, o progresso técnico-científico das sociedades, aliado às lutas históricas dos trabalhadores não só contribuíram para a diminuição das jornadas de trabalho mundo

¹⁵ Um magistrado em Utopia.

afora, liberando mais tempo livre para as pessoas, como também tem fomentado nos indivíduos a ideia de tempo livre e particularmente de tempo de lazer como um valor cultural das sociedades contemporâneas.

Já se disse que um livro não deve ser julgado por sua capa e nem pelo seu título. A julgar por seu título, o livro de Paul Lafargue, *O direito à preguiça*, pode parecer insidioso, impertinente e provocativo. O desavisado que quisesse levar ainda mais longe as conjecturas poderia inclusive sugerir uma possível desavença entre Lafargue e seu sogro, Karl Marx, resultando nessa afronta do genro ao sogro, do *Direito à preguiça* ao *Capital*.

Mas deixando as ironias de lado e examinando o interior do texto, vemos o que a noiva trás traz por detrás de seu véu. Em um tom panfletário, ao estilo do *Manifesto Comunista*, Lafargue sai em defesa do tempo livre, do lazer, do bem estar, de uma vida de deleite, de gozo, voluptuosa, em que se possa usufruir os prazeres proporcionados pelo tempo livre, em consonância com a natureza humana. Natureza essa que, segundo ele, fora corrompida pela moral capitalista e religiosa, as quais incutiram na cabeça dos trabalhadores a ética do trabalho e da abstinência a fim de que a grande massa da população viva na miséria e assegurem a uma pequena fração da sociedade (classe burguesa e seus sectários) uma vida de luxo e inebriante/ostentação.

Igualmente em tom apaixonado, ele mostra que o caminho para se atingir esse mister, essa vida boa, de autorrealização, é a luta dos trabalhadores, não pelo direito ao trabalho, mas pela redução da jornada de trabalho ao mínimo necessário à satisfação adequada das necessidades dos indivíduos e da sociedade. Segundo Lafargue, com o estágio de desenvolvimento industrial alcançado pela Europa de seu tempo seria possível assegurar aos trabalhadores como direito inalienável uma jornada de trabalho de não mais de 3 horas diárias.

É preciso ter claro o contexto histórico-social no qual se insere o apelo lançado por Lafargue e para tanto nem é preciso ir longe. Uma Europa, particularmente na segunda metade do século XIX, atravessada pelos efeitos da revolução industrial que se faziam sentir sobretudo na classe operária, atirada às mais duras e penosas condições de trabalho, como Marx já apontara e o próprio Lafargue em seu manifesto, tendo que suportar o fardo do suposto “avanço civilizatório” em curso, o qual não hesitava em subjugar homens, mulheres e crianças a jornadas extenuantes para atender à “*auri sacra fames*” do capital.

Apenas tendo esse contexto em mente é que faz sentido o título da obra. Não se trata do ócio puro e simples que suprime o trabalho da vida social, o que soaria desarrazoado; antes, cuida-se de defender uma jornada de trabalho diária que não avilte a condição humana, que possibilite ao trabalhador o desenvolvimento de suas potencialidades naturais em sentido amplo em benefício do indivíduo e da sociedade; trata-se, para o autor, de compreender que *“o trabalho só se tornará um condimento de prazer da preguiça, um exercício benéfico para o organismo humano, uma paixão útil ao organismo social, quando for prudentemente regulamentado e limitado a um máximo de três horas por dia.”*¹⁶ (Lafargue, 1999, p.25)

O que é discutível e ainda hoje tem sido motivo de intensas lutas trabalhistas mundo afora, diz respeito à extensão da jornada de trabalho, sendo pacífico a luta por sua redução, a luta pelo tempo livre, pelo lazer como se verá. Nesse sentido, se por um lado, nem mesmo as 6 horas diárias de Morus foram alcançadas para a grande maioria dos trabalhadores, as 3 horas diárias de Lafargue permanecem em um horizonte onírico para quase todos eles. Assim, se suas 3 horas eram inimagináveis para uma Europa que trabalhava 16, ele estava certo quanto ao alvo da luta, a redução da jornada de trabalho em prol do tempo livre e do lazer, dos *“...tempos livres para gozar as alegrias da terra, para fazer amor, para se divertirem, para se banquetear em honra do alegre deus da Mandriice.”*(Lafargue, 1999, p.28)

2.2 Dumazedier e a fundação da sociologia do lazer

Para um estudo como este que pretende debruçar-se sobre muitas das questões postas pela sociologia do lazer, levaremos em conta o principal fundador deste ramo das ciências sociais, o sociólogo francês Joffre Dumazedier.

Dumazedier foi um dos pioneiros do desenvolvimento da sociologia do lazer a partir dos anos 1960 na França, tendo delimitado com precisão o objeto da sociologia do lazer e desenvolvido profundas análises sobre as relações do lazer e do trabalho, a necessidade de lazer e de dinheiro, a questão do conteúdo dos lazeres, o tempo de lazer do homem e da mulher, a difusão crescente do tempo livre e do lazer nas sociedades contemporâneas reequilibrando a balança dos tempos sociais etc. Teremos a oportunidade ao longo deste estudo de articular muitas dessas questões ao nosso problema de pesquisa,

¹⁶ É decorrência lógica do pensamento de Lafargue ao longo de todo o texto que as 3 horas diárias de trabalho só seriam possíveis na sociedade comunista idealizada por Marx.

mas, por hora, é imperioso rever algumas considerações postas por Dumazedier e que são centrais em nosso estudo.

Por lazer Dumazedier entende, em sua obra clássica *Lazer e Cultura Popular*:

Um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se ou, ainda para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais. (Dumazedier, 1973, p. 34)

É notável a precisão e o cuidado com que Dumazedier delimita o conceito e demarca os limites da sociologia do lazer, esperando com isso garantir-lhe autonomia frente às sociologias clássicas do trabalho, da política, da religião etc., mas para que possamos melhor compreender o mestre faz-se necessário destrinchar o conceito em suas partes constitutivas, realçando as suas propriedades e as suas funções. Vejamos.

De saída o lazer revela como uma de suas propriedades o seu caráter liberatório. Ou seja, é exatamente a liberação das obrigações institucionais às quais o indivíduo encontra-se vinculado – sejam elas obrigações profissionais, obrigações familiares e mesmo os compromissos sociais ligados a atividades sócio-políticas e sócio-espirituais – que propicia-lhe uma liberdade de escolha sobre um conjunto de ocupações diversas que melhor lhe aprazem.

Transparece também no conceito de lazer tanto o seu caráter desinteressado quanto hedonístico. Não há uma perseguição a um fim lucrativo, utilitário ou ideológico, por exemplo; o fim posto está na busca de um “*estado de satisfação*” individual, daí decorrendo o caráter pessoal do lazer. Trata-se da satisfação de necessidades individuais frente a obrigações sociais, em especial a obrigação do trabalho profissional que mormente ocupa parte significativa de nosso tempo.¹⁷

Dumazedier salienta a importância de não se tomar o lazer enquanto possuindo significado em si mesmo. Antes, os conteúdos e os significados do lazer devem ser buscados na vida cotidiana das pessoas onde as atividades de lazer por elas praticadas assumem sentidos próprios e revelam a que tipos de necessidades humanas respondem.

¹⁷ Para maiores detalhes sobre as propriedades do lazer segundo Dumazedier vide *Sociologia Empírica do Lazer* do mesmo autor, 2008, p. 94-96.

Desse modo é que nosso autor delimita as funções do lazer ligadas ao “*descanso; divertimento, recreação e entretenimento; e função de desenvolvimento.*”

O descanso libera-se da fadiga. Neste sentido, o lazer é um reparador das deteriorações físicas e nervosas provocadas pelas tensões resultantes das obrigações cotidianas e, particularmente, do trabalho.

[...]

A função divertimento, recreação e entretenimento liga-se diretamente ao tédio....

....necessidade de ruptura com o universo cotidiano...

Daí a busca de uma vida de complementação, de compensação e de fuga por meio de divertimento e evasão para um mundo diferente, e mesmo diverso, do enfrentado todos os dias....

A função de desenvolvimento da personalidade...Suscitará, assim, no indivíduo libertado de suas obrigações profissionais, comportamentos livremente escolhidos e que visem ao completo desenvolvimento da personalidade, dentro de um estilo de vida pessoal e social. (Dumazedier, 1973, p. 32-34)

Na parte final do conceito vemos que o lazer é entendido em oposição ao conjunto das obrigações da vida cotidiana, em especial o trabalho como já visto. Somente após desvencilhar-se de suas obrigações profissionais, familiares e sociais, de seus tempos obrigatórios, é que se abre o espaço para o usufruto do lazer.

Uma vez esmiuçado o conceito de lazer que será utilizado em nossa pesquisa com algumas ressalvas que pontuaremos oportunamente, por exemplo ligadas ao sentido de lazer dado pelos próprios entrevistados, passemos a uma análise de seus desdobramentos e de outras questões tratadas por Dumazedier nessa seara.

Fica claro que para Dumazedier lazer não é o mesmo que ociosidade, que ausência de trabalho. O lazer para ele pressupõe o trabalho especialmente, consubstancia um conjunto de atividades praticadas sobretudo após o trabalho profissional, com o que seria desarrazoado segundo o autor, e é forçoso dizer, pensar em uma “*civilização do lazer*” sem trabalho.

O lazer não é a ociosidade, não suprime o trabalho; o pressupõe. Corresponde a uma liberação periódica do trabalho no fim do dia, da semana, do ano ou da vida de trabalho. (Dumazedier, 2008, 28)

Da mesma forma, a ideia de lazer não pode ser confundida com tempo extraprofissional, momento no qual o indivíduo encontra-se liberto da faina diária imposta por seu trabalho, isto porque, nesse tempo em que o indivíduo não se encontra no trabalho ele pode estar vinculado à prática de obrigações outras da vida cotidiana, como os trabalhos doméstico-familiares que ocupam em especial as mulheres, a realização de pequenos trabalhos como os conhecidos “bicos” etc. Como também, pode estar em atividades que se caracterizam muito mais como compromissos sociais (participação em associações político-religiosas, por exemplo) que como lazeres. Vemos então que o tempo de lazer é apenas parte do tempo extraprofissional e não todo ele.

O lazer não pode ser confundido com o tempo extraprofissional.
É apenas uma parte dele. Este tempo comporta igualmente o trabalho doméstico-familiar longamente esquecido pela sociologia do lazer.
(Dumazedier, 2008, 236)

Dumazedier faz ainda uma separação sutil entre lazer e tempo livre, pois entende que no tempo livre o indivíduo vincula-se a compromissos sociais ligados a práticas sócio-políticas e sócio-espirituais, pois

O tempo livre recobre ao mesmo tempo as atividades de engajamento sócio-espiritual, de engajamento sócio-político e as atividades orientadas prioritariamente para a satisfação da pessoa.
(Dumazedier, 2008, p.236)

Apesar das delimitações precisas com vistas a definir um ramo específico da sociologia, a sociologia do lazer, Dumazedier deixa claro que os limites conceituais são frequentemente fluidos, alertando o pesquisador para o cuidado metodológico sobretudo no que tange ao problema da classificação das atividades enquanto lazeres ou não, o que, muitas vezes, só poderá ser feito a partir das análises dos conteúdos destas atividades e dos sentidos que assumem para seus autores (Dumazedier, 2008, p.236). Todavia, frise-se que este conceito de lazer desenvolvido por Dumazedier que tem como pressuposto o tempo livre, a livre vontade, a busca pelo descanso, pela diversão etc. é o conceito base utilizado neste trabalho.

Nesse ponto, devido à relevância para nosso estudo, é importante deixar bem clara a noção de tempo livre que, como vimos, pode não necessariamente corresponder ou converter-se em tempo de lazer.

O próprio conceito de lazer traz em seu bojo a noção de tempo livre, à qual podemos chegar pela subtração dos diferentes tempos obrigatórios e compromissos sociais aos quais se prendem os indivíduos em sua vida cotidiana. Assim, ao extrairmos de seu tempo diário o tempo reservado ao trabalho profissional especialmente, como também o tempo destinado às ocupações doméstico-familiares e aos diferentes compromissos sociais que eventualmente tome parte, resta-lhe o tempo livre, tempo não obrigatório, tempo reservado ao *self*.

...tempo definido como aquele que fica após a subtração do tempo de trabalho e do tempo fora do trabalho destinado às obrigações familiares e sociais da vida cotidiana. (Dumazedier, 2008, p.63).

...tempo não apenas liberado do trabalho profissional, principal ou secundário (e dos deslocamentos que este impõe), mas ainda um tempo liberado da faina doméstica. (Dumazedier, 2008, p.156).

O tempo livre é um conjunto de intervalos que se dá entre os tempos obrigatórios impostos pela sociedade e que retornam sem cessar a cada manhã ou a cada segunda-feira, ou a cada volta das férias e que são pagas pelo mais importante dos tempos obrigatórios: o tempo de trabalho profissional. (Dumazedier, 1994, p. 141)

Comparando o tempo livre e o tempo de lazer das mulheres Dumazedier já notara que o tempo livre da mulher é menor que o dos homens em razão do peso da divisão do trabalho familiar reservar a elas em sua maior intensidade, quando não exclusivamente, as obrigações familiares relacionadas ao cuidado da casa e da família. No momento, aproveitando o ensejo, incumbe-nos apresentar uma outra sutil diferenciação estabelecida por Dumazedier, a noção de semilazer, especialmente presente nas obrigações familiares.

Devido à própria natureza das ocupações familiares, caracterizadas por diversos afazeres realizados ao longo de um período fluído de tempo e cujos próprios sentidos atribuídos pelos agentes apresentam variações, a ideia de semilazer aparece como um ponto intermediário ou de intersecção entre a necessidade e a liberação. Mas com isso não queremos dizer que todas as obrigações familiares, e entre elas o trabalho doméstico, por exemplo, são semilazer; não, não é isso. Restringindo-nos por hora aos exemplos do autor, atividades como costurar, tricotar, jardinagem, etc., estariam bem próximas do semilazer; enquanto que atividades mais diretamente ligadas ao trabalho doméstico como cozinhar, lavar louça, etc., não se enquadrariam como semilazer e, por conseguinte,

muito menos como lazeres. Também aqui, em casos tais, não é possível desprezar o conteúdo das atividades, as circunstâncias em que são praticadas e o sentido atribuído pelos próprios agentes em sua conduta na vida diária, só assim, acreditamos resguardar-nos dos inconvenientes dos enquadramentos rígidos seja da realidade aos conceitos ou vice-versa.

Passemos agora a uma outra questão tratada por Dumazedier e igualmente relevante em nossa pesquisa: a questão dos condicionamentos sociais do lazer e, no caso, certamente um dos principais condicionantes ao lazer, a renda. Como já apresentei, ao longo de meu estudo busco relativizar – mas de modo algum negar a importância da renda no lazer – esta supremacia absoluta da renda na modelação dos lazeres. Dumazedier reconhece este condicionamento sócio-econômico ao lazer, simpatizando em parte com a crítica defendida por Marcuse que relaciona lazer e alienação, segundo a qual, pela leitura de Dumazedier *“Os bens e serviços de lazer estão pois submetidos às mesmas leis do mercado que os outros bens e serviços”*. Mas, ressalta que *“é abusivo confundir estandardização e supressão pura e simples da possibilidade de realização pessoal”*. (Dumazedier, 2008, p. 93).¹⁸

O que Dumazedier está a nos chamar a atenção é que o avanço do desenvolvimento das sociedades industriais ao longo do século XX e do progresso técnico que lhes acompanha possibilitou não só às classes mais abastadas, mas também às classes populares, o acesso a bens de consumo e de lazer para além de um consumo alienado puro e simples que suprime a satisfação individual da subjetividade por completo. Dessa forma, apesar do lazer integrar-se ao circuito do mercado de consumo, o indivíduo pode dele se apropriar resguardando sua subjetividade.

Ainda, mesmo os detentores de poucos recursos adéquam seu orçamento familiar ao seu universo de possibilidades de lazer, mostrando que a renda informa e pode limitar o lazer mas, como espero mostrar, não de modo absoluto.

O fraco poder aquisitivo de uma parte da classe operária determina normas de consumo que, por sua vez, podem orientar as despesas; assim, atividades de lazer que ultrapassem tais normas de consumo dificilmente serão praticadas, ainda que menos custosas do que outras atividades nelas incluídas. (Dumazedier, 1973, p. 84)

¹⁸ No capítulo 1 deste trabalho tem-se uma análise mais detida da relação entre lazer e alienação e/ou lazer e consumo.

Uma das principais proposições contidas na sociologia do lazer de Joffre Dumazedier refere-se à preponderância que o lazer adquire no tempo livre nas sociedades contemporâneas, e não somente no conjunto dos países ou de economias desenvolvidas, as ditas sociedades pós-industriais¹⁹, mas, inclusive, estendendo-se ao conjunto dos países de economias emergentes como é o caso do Brasil.

Em outros termos, Dumazedier defende a tese da centralidade do lazer nas sociedades em que vivemos enquanto um valor que, em um primeiro momento difunde-se pelas sociedades avançadas – impulsionado pelo progresso técnico e pela ação dos movimentos sociais aliado à regressão do controle social exercido pelas instituições de base da sociedade (família, religião, política etc.) –; depois espalha-se enquanto tendência geral para os demais países, ao menos para a maioria das pessoas a despeito da estratificação social, à moda de uma “*revolução cultural silenciosa do tempo livre*” colocando na ordem do dia o lazer enquanto um valor tão importante quanto outros temas caros à sociologia como o trabalho, a família, a religião etc., forçando um rearranjo no equilíbrio dos tempos sociais.

Não se segue daí que a vida de todo o mundo é (ou vai ser) dominada pelos valores do lazer...

...mas para a maioria são as atividades de lazer que, cada vez mais, ocupam a maior parte do tempo fora do trabalho e suscitam interesse crescente para sua realização pessoal, qualquer que seja seu nível. (Dumazedier, 2008, p. 236)

Poderíamos citar muitos outros exemplos para provar que a concepção moderna do lazer já está presente em numerosas cidades do terceiro mundo, particularmente no Brasil, México, Argentina, Colômbia, etc.

[...] Dessa forma, práticas culturais do tempo livre disseminaram-se larga e profundamente nas áreas urbanas das sociedades desenvolvidas, e, depois, nas dos países em desenvolvimento.

[...] Assim, nas cidades modernas de sociedades economicamente avançadas, e depois de todas as sociedades, o lazer tornou-se um fato social maior. (Dumazedier, 1994, p. 43)

¹⁹ Para maiores informações sobre sociedades pós-industriais vide, por exemplo, A sociedade Post-industrial de Alain Touraine e O advento da sociedade pós industrial de Daniel Bell.

Como visto Dumazedier defende a ideia da preponderância do tempo livre enquanto tempo de lazer nos dias atuais, mas ao relacionar a diferenciação cultural e a estratificação social ele nota que os diferentes estratos sociais se apropriam, segundo suas possibilidades, igualmente de modo diferente dos bens culturais. Dito de outro modo, ele vislumbra como um ideal a ideia de democratização cultural especialmente com vistas a elevar o nível cultural das sociedades, mas ciente da dimensão do problema mostra-se reticente.

Em que medida se processa um crescimento homogêneo da cultura? Os vários grupos sociais participam em igualdade de condições dessa cultura ou pelo contrário possuem traços culturais que lhes são próprios? A análise revela a existência de uma apreciável diferenciação em função dos meios sociais diversos. E, assim, a cultura está bem longe de uniformizar-se ou padronizar-se. (Dumazedier, 1973, p. 239-240)

Bourdieu também faz registro análogo em seu estudo sobre *A distinção* ao constatar que a posição ocupada pelo agentes no espaço social é determinada pelo volume global de capital (econômico e cultural) que possuem, ou seja, a diferenciação cultural ou a formação de um gosto distintivo possui relação estreita com o conjunto do patrimônio dos indivíduos. Em meu estudo, como já assinalado, além dessa questão, busco também investigar uma possível existência de gostos culturais ou prática de lazers comuns não obstante a posição sócio-econômica dos indivíduos e, de outro lado, em um mesmo estrato social verificar a possibilidade de acesso a lazers distintos daqueles que por assim dizer constituem a identidade da classe observada.

Mas voltando ao desafio da democratização da cultura posta por Dumazedier, tivemos a oportunidade de aprofundar melhor essa ideia, em especial, com Simmel, o qual, já mostrou que o ser humano é movido por uma dupla tendência psicológica, de um lado o desejo irrefreável de distinguir-se do ordinário, do trivial, a busca da distinção; de outro, o desejo não menos ardente de acompanhar a multidão, a busca da identidade sendo mais um no bando, a busca da imitação. Ou seja, o ideal da democratização cultural vislumbrado por Dumazedier parece-nos distante sob a ótica de Simmel.

2.3 A sociologia do lazer no Brasil

Aqui no Brasil, ao considerar o desenvolvimento da sociologia do lazer não é possível prescindir das valorosas contribuições de autores como Renato Requixa, Luiz Octávio de Lima Camargo e Lenea Gaelzer, por exemplo.

Na esteira da escola de sociologia do lazer de Dumazedier, Requixa na obra *O lazer no Brasil* mostra como se desenvolveram os estudos das temáticas afetas ao lazer, recuperando desde as contribuições das etnias formadoras de nosso país, passando pelos impactos urbano-industriais nas atividades de lazer, apontando as principais atividades de lazer do Brasil, ao menos até o final dos anos 1970, e culminando com a preponderância da importância do lazer na sociedade brasileira contemporânea, analogamente ao já apontado por Dumazedier para os países desenvolvidos, inclusive com a institucionalização do lazer mediante sua apropriação pelos órgãos governamentais, despertados para a necessidade de políticas públicas que contemplem o lazer.²⁰

Nesse sentido, ele mostra que o lazer no Brasil encontra suas matrizes culturais nas três etnias que o formaram quando de sua colonização, as culturas indígena, branca e negra, e no sincretismo cultural daí resultante, sendo que cada qual aportou à nossa cultura a sua contribuição lúdica, conferindo ao povo brasileiro uma identidade cultural de lazer própria. (Requixa, 1977, p. 22)

Mas o autor ressalta as peculiaridades do desenvolvimento das atividades relacionadas ao lazer na sociedade brasileira, isto porque, o avanço de nossa sociedade urbano-industrial, capitaneado pelos grandes centros metropolitanos do país, tendo São Paulo à frente já desde as primeiras décadas do século XX, ao mesmo tempo que concorre para o desaparecimento de formas tradicionais de ocupação do tempo livre e das atividades de lazer, possibilita, em especial com o avanço dos meios de comunicação de massa, o surgimento de novas formas de usufruto do lazer, típicas da vida urbana e com forte tendência de homogeneização de suas atividades. Ao lado disso, é preciso ter em mente que, a sociedade moderna, não só convive com formas lúdicas tradicionais como também delas se apropria, transformando-as e dando vida a novas formas de lazeres em um contínuo movimento de “desaparecimentos”, “surgimento”, “transformações” e “permanências”. (Requixa, 1977, p. 33)

Ao descrever as formas contemporâneas de uso do tempo livre, o autor faz importantes apontamentos, por exemplo, mostrando que atividades como frequência a teatros, concertos e hábitos de leitura, de um modo geral, não fazem parte do cotidiano dos brasileiros. E mais, tais lazeres quando procurados por diminuta parcela da população, revelam que o gosto por esses bens culturais frequentemente vincula-se a graus de

²⁰ A Própria Constituição Federal brasileira estabelece em seu artigo 6º o lazer como um direito social.

instrução e níveis de renda elevados, excluindo-se assim a grande massa da população da possibilidade de usufruí-los. (Requixa, 1977, p. 33)

De outro lado, as atividades de lazer como o hábito de ouvir rádio ou assistir à televisão, disseminaram-se mais democraticamente pela sociedade, revelando alto poder de penetração nos lares, independentemente de classe social, ainda que as programações assistidas possam diferenciar-se pela renda. Entretanto, Requixa pondera que *“Ao que parece, o hábito de ouvir rádio é de tal forma rotineiro, que às vezes não é nem mesmo considerado como momento de lazer pela população, o que também pode se aplicar à televisão.”* (Requixa, 1977, p. 53). Com isso, alerta-nos quanto à dificuldade de classificar atividades de lazer ainda que pareçam óbvias à primeira vista.

Um ponto delicado destacado por Requixa diz respeito à importância atribuída à televisão enquanto atividade de lazer e veículo que estimula sua prática. Mas o autor pondera, enfatizando muito mais um potencial da televisão para o estímulo das práticas de lazer a ser explorado. Chama a atenção ainda para a necessidade de reflexão sobre os conteúdos culturais veiculados por esse meio de comunicação, fazendo coro a Dumazedier quando mostra a necessidade da programação da TV orientar-se pelo equilíbrio dos conteúdos com vistas a atender as diferentes funções do lazer.

Concluindo, diríamos que os programas de televisão deveriam orientar-se pela procura do equilíbrio *optimum* entre as funções desempenhadas pelo lazer. Fazendo-se tentativas para elevar o nível cultural dos lares é que se poderá chegar a conhecer os poderes e os limites da televisão. (Dumazedier, 1973, p. 202)

O esporte também é lembrado pelo autor, sobretudo ao sublinhar algo que intuitivamente percebemos na sociedade, a *“atitude “teórica” diante de uma atividade que é eminentemente ativa.”* Tomando as três atitudes diante do lazer assinaladas por Lima Camargo, *“praticar, assistir e estudar”*, nota-se a preferência maior por assistir ao espetáculo que a prática em si da atividade, sugerindo muito provavelmente um tempo ainda menor e mesmo inexistente dedicado ao seu estudo.

Como possíveis causas que ajudam a compreender este gosto pelo espetáculo esportivo Requixa aponta a falta de desenvolvimento do hábito particularmente durante os anos das atividades escolares, aliada à inexistência ou deficiência de equipamentos esportivos apropriados e também a própria escassez de tempo livre tão reclamada pelo cidadão moderno. (Requixa, 1977, p.62)

Pensando ainda no tempo de lazer relativo às férias, o autor aponta as condições sem as quais não é possível tê-las no horizonte de gozo, isto porque, primeiramente é preciso que se assegure, mais que sua garantia legal, níveis de renda adequados além de infra-estrutura própria (transporte-comunicações-hotelaria etc.). (Requixa, 1977, p.67)

Particularmente no que tange à renda, tal fator pode mostrar-se bastante problemático quando se tem em mente classes populares menos favorecidas, como a Cidade Estrutural de meu estudo. É comum em tais localidades encontrar altos índices de informalidade da força de trabalho²¹, ou seja, trabalhadores que não estão protegidos pela legislação trabalhista e que, portanto, não têm direito a férias. Nota-se também, nestes locais, que mesmo aqueles trabalhadores que estão no mercado formal, muitas vezes vendem suas férias como meio para obter indiretamente um aumento de salário, ainda que limitado àquele mês das férias, para fazer face às despesas de primeira necessidade sempre tão urgentes.

Às já citadas atividades contemporâneas de lazer lembradas por Requixa é oportuno mencionar ainda nos dias de hoje práticas tão comuns relacionadas ao uso do automóvel para inúmeras atividades de lazer sem o qual seriam impensáveis, a frequência a shoppings, bares e restaurantes, o passeio em feiras livres e muitas outras atividades que certamente a pesquisa terá oportunidade de revelar, mostrando o gosto lúdico dos moradores das cidades observadas.

Não poderia ser diferente a proximidade de Requixa com Dumazedier ao considerar a importância do lazer no mundo contemporâneo, destacando uma crescente consciência social cujo grande marco histórico, segundo ele, foi a realização do “*Seminário sobre lazer, perspectiva para uma cidade que trabalha*” na cidade de São Paulo no ano de 1969. Desde então, o “*homo ludens*” vem ganhando espaço sobre o “*homo faber*” também aqui no Brasil.

Assim, o lazer, como problema geral, emerge à consciência social brasileira nesse momento, e vai adquirindo progressiva importância social e política no país. (Requixa, 1977, p.92)

A seu turno, Lima Camargo em seu didático texto *O que é lazer*, caminha junto com o mestre Dumazedier ao tratar os temas relativos ao lazer na sociedade brasileira.

²¹ Na Cidade Estrutural, segundo dados da Codeplan, os empregados com carteira de trabalho representam menos da metade da população, 44,12%. Ao passo que se somarmos os empregados sem carteira de trabalho (8,64%) com os autônomos (43,22%) tem-se 51,86% da população, mais da metade da população na informalidade.

Igualmente confere relevo às propriedades do lazer vinculadas à liberação, à gratuidade, à escolha pessoal e à busca do prazer. (Lima Camargo, 1989, p. 34)

Da mesma forma é simpático à crítica segundo a qual o lazer está integrado no circuito do consumo, mas, tal como Dumazedier, reconhece que o indivíduo preserva frequentemente sua subjetividade ante o puro e simples consumo alienante proposto pela indústria cultural. (Lima Camargo, 1989, p. 29-30)

E o mesmo pode-se dizer na classificação das atividades de lazer segundo o interesse cultural central; no entendimento de que o lazer pressupõe o trabalho, opondo-se portanto ao ócio; a preponderância do tempo de lazer no tempo livre; a dificuldade da democratização da cultura e por aí vai. (Lima Camargo, 1989, p. 18,49,50,89).

Registro ainda pensando na adequação com a pesquisa – embora esta tese possa ser questionável quanto ao sacrifício de tempo obrigatório com vistas a aumentar o tempo livre – interessante observação feita por Lima Camargo ao constatar que os brasileiros, analogamente a outros povos, beneficiaram-se da redução histórica da jornada de trabalho²² e conseqüente aumento do tempo livre, mas este tempo livre canalizado ao lazer também se viu aumentar devido ao sacrifício de parte de outros tempos obrigatórios, como as obrigações doméstico-familiares. Em outros termos isso sugere que, mesmo aqui no Brasil onde ainda imperam as 44 horas semanais, os trabalhadores tanto não abrem mão de seu lazer como ainda buscam aumentar o tempo a ele reservado mediante a redução de outros tempos sociais. Trata-se de uma luta em duas frentes de batalha, mediante as lutas históricas dos trabalhadores, almejando resultados de médio e longo prazo, busca-se a redução constante da jornada de trabalho; por outro lado, no curto prazo, reduz-se outros tempos sociais em prol do aumento do tempo de lazer.

...observou-se, nos diferentes países, que os trabalhadores preservam uma fatia relativamente homogênea de tempo livre, não importando as variações de tempo de trabalho. A explicação reside nas variações de outros itens de consumo de tempo, notadamente, das obrigações familiares e dos cuidados pessoais (alimentação, higiene e sono). Ou seja, quando se trabalha muito, tende-se a sacrificar mais o

²² Segundo Lima Camargo no início do século XX era comum encontrar no Brasil jornadas de trabalho que ultrapassavam facilmente 10 horas diárias. Só após décadas de reivindicações trabalhistas que se alcançou no Governo Vargas a regulamentação das leis trabalhistas com a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT de 1943, estabelecendo, entre outras coisas, a jornada diária de 8 horas. Mas, ainda hoje, não se alcançou a jornada semanal de 40 horas, a grande massa dos trabalhadores trabalham 44h semanais. (Lima Camargo, 1989, p. 40-45)

tempo gasto com compras, limpeza da casa, cuidados com os filhos, para manter a qualquer preço o tempo de lazer. (Lima Camargo, 1989, p. 49).

Temos falado sobre a importância do tempo livre e do lazer na sociedade contemporânea enquanto um valor cultural para o alcance de uma vida boa, de autorrealização, mas é preciso considerar a questão da educação, do preparo das pessoas para melhor usufruírem este tempo livre conquistado historicamente.

É nesse sentido que na obra *Lazer, benção ou maldição?* Lenea Gaelzer chama-nos a atenção para a necessidade de educarmos, em especial nossas crianças e jovens, mas também os adultos, desde o tempo escolar, de modo a capacitá-los a usufruírem seu tempo livre na idade adulta em sintonia com seus próprios desejos e aspirações, com vistas a um desenvolvimento psicossocial mais pleno que explore as distintas potencialidades dos indivíduos.

Eis a preocupação atual de psicólogos, sociólogos e, especialmente, de educadores, a grande maioria dos seres humanos não está preparada para aquele momento de usar construtivamente a liberdade de escolha de seu tempo livre. (Gaelzer, 1979, p.103)

Para tanto, a autora considera de fundamental importância o papel da escola, mas não a escola tradicional marcada pela rigidez dos conteúdos curriculares e de pouco espaço para a participação da comunidade, e sim uma escola integrada à comunidade na qual se insere, uma escola que compartilhe valores e estimule a participação comunitária da população, uma escola “...*que se ocupa com a educação permanente do homem e da comunidade; que não só atende a formação integral da criança e do jovem, como também atrai o adulto de todas as idades, profissão, credos, categorias sociais e de ambos os sexos.*”(Gaelzer, 1979, p.111)

Na falta desta educação para o lazer, seguindo Gaelzer, o indivíduo pode tornar-se refém de conteúdos culturais para ele forjados sem a sua aquiescência. Em outros termos isso significa dizer que, na falta de uma consciência de como melhor gozar o próprio tempo livre, o indivíduo fica vulnerável e exposto a todo um conjunto de lazeres produzidos com vistas a atender os mais distintos interesses (inclusive do empresário, do lucro, do capital) sem levar em conta frequentemente os seus próprios interesses. Em resumo, a falta de consciência para o lazer induz os indivíduos muitas das vezes a um consumo de lazer que frequentemente não corresponde às reais necessidades das pessoas

interessadas, colocando-as à mercê do mercado a despeito da livre vontade e respeito ao potencial de desenvolvimento sadio do eu.

Nesse sentido, Gouvea apud Gaelzer diz “*muitos adultos não possuem capacidade de escolha, porque nas idades anteriores não desenvolveram habilidades, senso artístico e solidariedade humana e nas horas de folga entregam-se apenas a atividades com as quais pretendem matar o tempo*” (Gaelzer, 1979, p.144)

Gaelzer sublinha também que a falta do desenvolvimento de hábitos de lazer possui uma forte relação com o sedentarismo, tão característico de nossos dias, ressaltando com isso uma vez mais a importância da educação para o lazer saudável, que tanto protege o indivíduo de um ócio improdutivo quanto o habilita ao usufruto de uma vida prazerosa em consonância com o desenvolvimento de suas potencialidades individuais. (Gaelzer, 1979, p.158)

2.4 O tempo livre na sociedade pós-industrial

Um outro livro provocativo por seu título, à moda de Lafargue como já visto, é *O ócio criativo* de Domenico De Masi. Este, todavia, já foi produzido bem recentemente na virada do milênio sob os auspícios da sociedade pós-industrial. Nesta obra, diferentemente do que se possa pensar, De Masi não está fazendo a ode ao ócio dos antigos filósofos e homens públicos da Grécia Antiga para os quais a ideia de trabalho era repulsiva e que, portanto, seu precioso tempo era dedicado ao cultivo do espírito e à prática da ginástica, dos esportes e dos demais prazeres da vida à custa do trabalho das mulheres e dos escravos. Tampouco se trata do ócio dos antigos aristocratas ou burgueses sustentados seja pelos servos ou pelo trabalho operário. Com isso, queremos dizer que também para ele o ócio não deve ser pensado em oposição absoluta ao trabalho.

Para De Masi, vivemos em um tempo marcado por uma radical mudança de época cujos efeitos impactam nosso modo de ser e viver, refletindo na maneira como nos relacionamos com o trabalho e com o tempo livre, particularmente. Isto porque, uma dos traços fundantes dessa sociedade pós-industrial é a grande mudança na natureza do trabalho. Se antes, com a sociedade industrial havia o predomínio das atividades físicas/manuais realizadas pelas massas operárias, na sociedade pós-industrial assiste-se à crescente prevalência das atividades ligadas ao intelecto, à inovação, à criação, realizadas, sobretudo pelos “*colarinhos brancos*”. Ou o mesmo que dizer a superação da economia de produção pela economia de serviços.

Esta passagem de época foi possível devido ao contínuo avanço tecnológico característico da sociedade industrial, a qual elevou a capacidade produtiva a patamares até então desconhecidos na economia mundial. Como corolário deste processo, o progresso técnico depende cada vez menos da força de trabalho manual braçal e repetitiva. Em outras palavras, segundo De Masi, a sociedade pós-industrial deve se preparar a um só tempo tanto para um trabalho mais criativo e ligado ao intelecto quanto aprender a viver com mais tempo livre. “*O trabalho do tipo tradicional continuará a diminuir cada vez mais e que, portanto, teremos sempre mais tempo livre.*” (De Masi, 2000, p. 79)

De Masi, ante a constatação de que vivemos em uma sociedade cuja capacidade produtiva depende cada vez menos das intermináveis jornadas de trabalho e que, portanto, possui a capacidade de liberar cada vez mais tempo livre, sai à Lafargue, em defesa da redução drástica da jornada de trabalho como alternativa inescapável, pois, o avanço tecnológico e a capacidade produtiva seguem uma tendência exponencial ao passo que a capacidade de geração de empregos cresce apenas em progressão aritmética. Dito de outro modo, segundo ele, a escolha das empresas em demitir ao invés da opção de reduzir as horas de trabalho chega a soar desarrazoado.

Se hoje os empregados realizam em dez horas o trabalho que poderiam fazer em cinco, mesmo que se reduzisse à metade o atual horário desmedido de expediente, não seriam criadas as exigências de contratação de novo pessoal. Para conseguir isso seria necessário reduzir o expediente a três horas.

E nem isso basta: esta redução dos horários deveria ser logo acompanhada de uma semana feita de, no máximo, três dias úteis, e cada mês teria, no máximo, três semanas de trabalho. (De Masi, 2000, p. 163-164)

Em outros termos, o que De Masi está defendendo é a ideia de “*trabalhem menos para que trabalhem todos*”. Ou diminui-se a jornada de trabalho ou diminui-se o número de trabalhadores, com consequente aumento do desemprego, não há saída.

Nas grandes empresas já é um dado estável: a quantidade de trabalho a ser feito diminui, a cada ano, de três a cinco por cento. Teriam duas estradas diante de si: reduzir a cada ano, o horário de expediente do mesmo percentual ou demitir três a cinco por cento do pessoal. Escolhem sempre a segunda via, que é também a mais burra. (De Masi, 2000, p. 232)

Eu realmente espero que até lá (2015) se tenha, finalmente, compreendido que é melhor que todos trabalhem quinze horas por semana, em vez de quarenta horas para uns e zero para outros. (De Masi, 2000, p. 267)

Ao propor o aumento do tempo livre De Masi o faz como uma necessidade lógica dos tempos em que vivemos, tempos que apresentam uma demanda sempre maior por ideias criativas capazes de gerar inovações e elevar a capacidade produtiva em oposição à necessidades de horas de trabalho decrescentes.

E para uma sociedade cujo motor são as ideias, o ócio aparece como a “*compensação justa para o cansaço mental*”, pois, “*o cérebro precisa de ócio para produzir ideias*”. O que quer dizer que sai na frente nesta corrida pelo progresso tecnológico as sociedades que primeiro expandirem o seu tempo livre, adquirindo vantagens competitivas que lhe assegurarão ganhos não só econômicos, mas sociais, ligados ao bem estar das pessoas.

O ócio criativo é aquela trabalhadeira mental que acontece até quando estamos fisicamente parados, ou mesmo quando dormimos à noite. Ociar não significa não pensar. Significa não pensar regras obrigatórias, não ser assediado pelo cronômetro, não obedecer aos percursos da racionalidade e todas aquelas coisas que Ford e Taylor tinham inventado para bitolar o trabalho executivo e torná-lo eficiente.

Os burocratas têm medo da inovação, os criativos têm medo do imobilismo. As duas posições serão cada vez mais inconciliáveis. Mas vencerão os criativos, porque a sociedade pós-industrial se alimenta de invenções, não tem outra saída, premia a iniciativa e joga para fora do mercado o imobilismo. (De Masi, 2000, p.223 e 268)

Ou seja, é preciso mudar a perspectiva em que vemos o trabalho, combatendo uma visão herdada da era industrial segundo a qual quanto mais tempo se passava dentro da fábrica mais se produzia. Essa é uma visão que cada vez mais se apresenta anacrônica com os tempos atuais, caracterizados pela “*informação, pelo tempo livre, pela criatividade*”. Na sociedade pós-industrial a necessidade de tempo livre é maior que a necessidade de horas de trabalho dos homens e mulheres.

Na minha opinião é exatamente o contrário: quanto menos se sai da empresa, quanto mais se permanece trancafiado lá dentro, como

num aquário, de manhã à noite, menos se recebe estímulos criativos. (De Masi, 2000, p. 162)

De Masi também salienta a necessidade de sermos educados para o exercício do tempo livre, para o cultivo do ócio. Assim como outrora fomos educados para o trabalho, é chegado o tempo de sermos educados para o ócio criativo, sob pena de as pessoas se verem diante de um tempo livre e utilizá-lo de um modo “*dissipador, alienante, entediante*”, ou seja, é preciso “*educar para a criatividade*”.

A pedagogia do ócio também tem sua própria ética, sua estética, sua dinâmica e suas técnicas. E tudo isso deve ser ensinado. O ócio requer uma escolha atenta dos lugares justos: para se repousar, para se distrair e para se divertir. Portanto, é preciso ensinar aos jovens não só como se virá nos meandros do trabalho, mas também pelos meandros dos vários possíveis lazeres. (De Masi, 2000, p. 313)

Para De Masi esta “*sociedade do ócio criativo*” é financiada pelo atual estágio de progresso tecnológico alcançado pela humanidade²³, o que não quer dizer uma sociedade do não trabalho, mas que o pressupõe como mínimo necessário.

O que não quer dizer que ele (o trabalhador) passa a ficar de pernas para o ar, mas significa que não deverá mais se matar de trabalho, como um operário da indústria têxtil de Manchester, descrito por Engels. (De Masi, 2000, p. 309)

E é desse modo então que De Masi revela as contradições de nossa sociedade tão apegada às fastidiosas e intermináveis horas de trabalho quando já existem condições presentes para trabalharmos menos e usufruirmos as virtudes do tempo livre, do ócio criativo.

É uma utopia? Na minha opinião, projetar e realizar um sistema social melhor representa simplesmente um dever. Sou um sociólogo e a Sociologia tem a tarefa de desinstalar, de desencavar as contradições do mundo atual e de indicar os novos caminhos para que se construa um melhor. (De Masi, 2000, p. 310)

²³ Para Lafargue esse estágio de desenvolvimento das forças produtivas já havia sido alcançado lá no século XIX ao tempo em que escrevia seu *Direito à preguiça*.

Capítulo 3 - Tempo livre e lazer no Plano Piloto

É preciso ter mais tempo livre e lazer, mas não menos necessário é saber usufruí-los com sabedoria.

3.1 O indivíduo e a cidade simmelianos

Para que possamos ter uma melhor compreensão das sociabilidades relacionadas ao lazer engendradas no Plano Piloto/Brasília a partir das vivências diárias de seus moradores, particularmente das Asas Sul e Norte, antes, considero relevante resgatar importantes contribuições da sociologia urbana desenvolvida por Simmel especialmente, em razão da atualidade e força explicativa de seu pensamento. Desse modo, após colher este substrato teórico-conceitual, teremos melhores condições de compreender os casos empíricos trazidos pela pesquisa.

Simmel chama-nos a atenção talvez para o maior dos dilemas da vida moderna, a reivindicação do indivíduo moderno de sua identidade, de sua autonomia frente às forças sociais, fazendo eco ao “velho” Durkheim (1999) quando ensinava sobre a força que os fatos sociais e a própria consciência coletiva exercem sobre as condutas dos indivíduos moldando seus comportamentos. Como escapar aos imperativos sociais resguardando a individualidade no contexto das grandes cidades?

Nessa seara, Simmel mostra que o avanço das sociedades modernas acompanhada da divisão funcional do trabalho que lhe é inerente imprime nos sujeitos uma intensa especialização de funções fazendo com que todos mantenham entre si fortes laços de dependência recíproca, fato esse outrora sublinhado por Durkheim (1999) em sua *Divisão do Trabalho Social*. Na contramão desse desenvolvimento a pessoa busca resistir às formas niveladoras dos mecanismos de uma sociedade ancorada na técnica. O indivíduo agarra-se à sua identidade de sujeito.

A intensificação desta divisão funcional a um só tempo liberta o indivíduo e as coisas para o seu amplo desenvolvimento. Ocorre que, paradoxalmente, ao desenvolverem-se o mundo das coisas em escalas sempre crescentes, ampliando os horizontes da cultura, diminui em razão inversa a capacidade de assimilação dos sujeitos. Nesse sentido, a cultura, personificação das subjetividades, objetifica-se em patamares crescentes afastando-se gradativamente dos sujeitos, o que Simmel chama de cultura subjetiva e cultura objetiva. Ao extremo, este processo de objetivação da cultura desce até a esfera da vida cotidiana. (Simmel, 2014, p. 60)

Assim, alimentada pela divisão do trabalho, o mundo das coisas amplia-se desconhecendo limites, ao mesmo tempo despreendendo-se dos suportes humanos, inundando a vida cotidiana com mil coisas as quais submetem-nos a “necessidades” fugazes ao preço do embotamento de nossos sentidos e perda da capacidade criativa, o que Simmel denomina a tragédia da cultura, devendo-se perguntar como a personalidade humana, a sua vida mental, ajusta-se a este turbilhão de coisas e experiências que atingem o indivíduo cotidiana e diariamente no simples atravessar de uma rua. (Simmel, 2014, p. 104)

Simmel mostra que a metrópole, diferentemente da cidade pequena, tem um impacto profundo no psiquismo humano, submetendo-o a uma intensificação dos estímulos nervosos diariamente. Isto porque, ainda enquanto estereótipo ou tipo ideal, a cidade pequena possui uma dinâmica social que a distingue sobremaneira da metrópole, essa é caracterizada por laços sociais de proximidade, vizinhança, mútuo conhecimento, baixa diversidade da vida urbana, comércio pouco desenvolvido, ruas pacatas, valores morais internalizados pela maioria de seus moradores, enfim, predomina um tipo de solidariedade social mecânico como bem o caracterizou Durkheim. Já na cidade grande, o indivíduo é bombardeado cotidianamente pelas mais diferentes, e em distintos graus de intensidade, experiências impostas pela objetivação da cultura em patamares estratosféricos. Na metrópole, o indivíduo é levado a se tornar o ponto de intercessão de diferentes mundos: seja no trabalho, lazer, vida social, vida doméstica, abarcando até mesmo o relacionamento diário com estranhos transeuntes que nos cruzam o caminho e, assim como nós, seguem suas vidas a despeito de nossas existências imperceptíveis. (Simmel, 1976, p. 12)

Neste contexto, Simmel mostra que o metropolitano, para proteger a sua subjetividade frente às múltiplas experiências da vida diária desenvolve o intelecto como mecanismo para racionalizar a vida prática. O indivíduo passa a “reagir com a cabeça, ao invés de com o coração.”

O auge deste processo de desenvolvimento do intelecto é alcançado, segundo Simmel, pela advento da economia do dinheiro. O aparecimento da moeda enquanto mediador das relações sociais altera profundamente a sua natureza, internalizando no psiquismo individual toda a frieza do cálculo racional. O relacionamento entre as pessoas é pautado pela racionalidade weberiana entre meios e fins. Toda a personalidade presente nos relacionamentos face a face típicos das pequenas cidades, inclusive com forte carga

emotiva presente, cede lugar à total impessoalidade e anonimato do ambiente metropolitano. Se outrora podia-se pensar quase que em uma produção sob encomenda, em que havia identidade entre produtor e consumidor, nas grandes cidades essas relações já não existem mais; tem-se uma produção voltada para o mercado, para os detentores de moeda, não interessa quem eles sejam. Há muito o metropolitano já não se pergunta quem são as pessoas com as quais ele interage cotidianamente, no sentido de aprofundar os laços sociais que os vinculam, indaga-se tão somente se dispõe da quantia de dinheiro necessária para participar desta ou daquela relação social, fazendo-o em muitos casos de modo inconsciente. Não se pergunta por João ou Maria, mas quanto custa interagir com x ou y. (Simmel, 1976, p. 13) (Simmel, 2014, p. 35)

No mesmo sentido, Park (1976) observa que o crescimento e a complexificação das relações sociais das grandes cidades concorrem para o desenvolvimento do anonimato, da frieza e do enclausuramento apontados por Simmel, em oposição à vida associativa e aos laços de vizinhança constitutivos especialmente das pequenas cidades.

A igreja, a escola e a família. – Numa cidade grande, onde a população é instável, onde pais e filhos estão empregados fora de casa e muitas vezes em partes da cidade distantes, onde milhares de pessoas vivem lado a lado durante anos sem nem ao menos um conhecimento de cumprimentar, essas relações íntimas do grupo primário se enfraquecem, e a ordem moral que sobre elas repousava dissolve-se gradativamente. (Park, 1976, p. 47)

O indivíduo da grande cidade já pela manhã vai até a padaria, ali mesmo depara-se certamente com indivíduos anônimos assim como ele os quais inclusive fazem questão de continuarem na obscuridade ainda que repitam esse ato diariamente. Paga o pãozinho e retorna para casa; recebe um email em seu *smartphone* do chefe lembrando-lhe sobre a reunião da equipe às 8; a mulher antes de dar-lhe um beijo de bom dia diz que hoje não dará para levar as crianças à escola e, portanto, que ele o faça; ao meio-dia não sabe se almoçará com os colegas de trabalho (esses também quase estranhos) ou se vai almoçar com a mãe que já há muito não vê; outro bip no seu *smartphone*, agora o gerente do banco avisando-lhe para passar na agência sobre o problema da clonagem de seu cartão de crédito; já sabe que hoje terá que faltar ao curso de aperfeiçoamento, pois terá que buscar a mulher na *Yoga*; e ainda passam-lhe pela cabeça quantas horas extras mais serão suficientes para pagar as férias e se terá um tempinho para ir ao clube de xadrez à noite.

Tudo isso passa-lhe pela cabeça tão velozmente quanto um raio que surge e se dissipa nos céus, e ele ainda nem tomou o seu café produzido nos rincões das Minas Gerais por produtores dos quais ele nem desconfia da existência.

Certamente essa é apenas uma alegoria que pode bem representar uma dentre milhares de possibilidades, entrecruzando vidas e impactando mentes, engendrando novas sociabilidades e subjetividades sob o suporte da economia monetária no mosaico metropolitano.

[...] A mente moderna se tornou mais e mais calculista. [...]

[...] Somente a economia do dinheiro chegou a encher os dias de tantas pessoas com pesar, calcular, com determinações numéricas, com uma redução de valores qualitativos a quantitativos. [...]

[...] Os relacionamentos e afazeres do metropolitano típico são habitualmente tão variados e complexos que, sem a mais estrita pontualidade nos compromissos e serviços, toda a estrutura se romperia e cairia num caos inextrincável. Acima de tudo, esta necessidade é criada pela agregação de tantas pessoas com interesses tão diferenciados, que devem integrar suas relações e atividades em um organismo altamente complexo. [...] (Simmel, 1976, p. 14-15)

Vemos assim que brota no intelecto do metropolitano um calculismo sem precedentes. Todas as suas relações sociais subsumem-se a um frio cálculo matemático. Quanto custa? A que horas? Terei tempo? Está exato? Estou sendo enganado? Quais os meios para atingir tal fim? Relações qualitativas que conferem significados profundos em nossas vidas perdem espaço para relações quantificáveis superficiais e fugidias. O terrificante é que, como mostra Simmel, fosse de outro modo, a já frágil organização social seria levada a um completo caos.

Qual a saída que o indivíduo encontra na grande cidade? Não nos parece ser outra que a *atitude blasé* tão brilhantemente descrita por Simmel. A atmosfera metropolitana estimula os nervos a tal ponto, com experiências as mais diversas, cambiantes e em graus de intensidade, velocidade e de maneira reiterada que, se em um primeiro momento experiências tais são capazes de despertar reações nervosas veementes, com a exposição contínua a esses estímulos a única defesa do psiquismo é reduzir gradativamente as suas reações ao ponto de não reagir mais ao turbilhão de vida que lhe atormenta. É de onde vem

a atitude de frieza, reserva, desconfiança típicas do cidadão metropolitano que deixam estarecido o provinciano. (Simmel, 1976, p. 15 e 17)

É essa a atmosfera – mal conhecemos o vizinho de frente do nosso apartamento, apesar de vivermos ali há anos – que faz com que já não enxerguemos mais o menino de rua que bate na janela de nosso carro; o mendigo deitado na calçada perdeu o status de humano; a empregada doméstica, que limpe a nossa casa, de preferência a diarista, mas não participe de nossas vidas.²⁴ Assim, multiplicam-se as interações sociais em níveis inéditos ao tempo em que veem-se diminuídas a profundidade dos conteúdos subjetivos transacionados.

Segundo Simmel a *atitude blasé* é ainda potencializada pela economia do dinheiro. Isto porque o dinheiro a tudo equipara perguntando tão somente pelo valor de troca. O dinheiro enquanto equivalente universal possibilita o acesso a universos ilimitados de pessoas e coisas (bens) ao custo da perda do poder de diferenciar. Ou seja, perde-se o poder de conferir significados às coisas e às relações sociais, passando-se assim a um estágio de completa indiferença para com o “*mundo da vida*”. A vida desse modo passa a ser contemplada como uma TV em preto e branco, devido à interiorização subjetiva do cálculo monetário. (Simmel, 1976, p. 16)

O curioso é que Simmel mostra que o estilo metropolitano de vida assentado na reserva, na indiferença, estranheza, e mesmo na aversão ao outro, mutuamente alimentada, é o suporte por excelência desta sociedade, definindo a marca elementar de sua socialização, sem os quais o modo de vida metropolitano não se subsistiria.

[...] Na verdade, tal indiferença seria exatamente tão antinatural quanto a difusão de uma sugestão mútua indiscriminada seria insuportável. A antipatia nos protege de ambos esses perigos típicos da metrópole, a indiferença e a sugestibilidade indiscriminada. Uma antipatia latente e o estágio preparatório do antagonismo prático efetuam as distâncias e aversões sem as quais esse modo de vida não poderia absolutamente ser mantido. A extensão e composição desse estilo de vida, o ritmo de sua aparição e desaparecimento, as formas em que é satisfeito tudo isso, com os motivos unificadores no sentido mais estreito, formam o todo inseparável do estilo metropolitano de vida. O que aparece no estilo metropolitano de vida diretamente como dissociação na realidade é

²⁴ A esse respeito é exemplar o belíssimo filme *Que horas ela volta?* (2015).

apenas uma de suas formas elementares de socialização. (Simmel, 1976, p. 18)

É interessante notar a importância atribuída à metrópole enquanto *locus* privilegiado do exercício da liberdade individual. Na pequena cidade a força dos valores ético/morais pesam sobre os ombros dos indivíduos de forma muita das vezes insuportável, tamanha a força dos mecanismos coercitivos e reguladores das condutas individuais. Nesse contexto, o indivíduo vê encurtado os limites de sua ação, tendo de subsumir a sua personalidade individual aos ditames da consciência coletiva, lembrando novamente Émile Durkheim. Tome-se como exemplo o fato de ainda hoje em cidades interioranas o sexo ser denegado às jovens antes do matrimônio – ainda que praticado na surdina com certa complacência - ; o tabu em torno da prática de religiões de origem afro; consumo de maconha; aborto; discriminação de homossexuais etc.

Na metrópole, tudo isso é muito diferente. O raio de ação da liberdade individual é alçado a patamares sem precedentes. A atitude de reserva combinada com a autonomia e o anonimato premiam o indivíduo excêntrico antes hostilizado na província. O indivíduo encontra espaço para o desenvolvimento de sua personalidade seja em que direção desejar, obviamente dispondo dos meios (frequentemente monetários) para tal. O fato é que na multidão da metrópole a diferença outrora em evidência e estigmatizada torna-se imperceptível e, quando percebida, destituída de maior importância ou significado, afinal, o metropolitano, sequer tem tempo para dar conta da própria vida e, por mais excêntrico que o outro seja, é só mais um no bando.

Talvez seja esse o grande fascínio que atrai os indivíduos aos milhares às metrópoles, conforme sugere Park, a esperança de verem realizados os seus potenciais subjetivos: seja criminoso, músico, pai de família, consumidor de maconha, “*livres-pensadores, jovens prostitutas e velhas freiras*”, dona de casa, pastor ou ovelha, cineasta, *nerd*, patricinha, artista ou trapaceiro, a metrópole acolhe a todos, mas o faz ao alto preço da destituição de valor de qualquer personalidade singular: “você não é especial”.

Entretanto, a atração da metrópole é em parte devida ao fato de que a longo prazo cada indivíduo encontra em algum lugar entre as variadas manifestações da vida citadina o tipo de ambiente no qual se expande e se sente à vontade; encontra, em suma, o clima moral em que sua natureza peculiar obtém os estímulos que dão livre e total expressão a suas disposições inatas. (Park, 1976, p. 63)

Em outros termos, o que Simmel ensina é que esta mesma multidão que abre espaço para a liberdade de desenvolvimento da personalidade individual desperta-nos para a solidão, o sentimento de ausência de utilidade, a falta de sentido da vida, talvez pensando na superficialidade da vida metropolitana, a qual se por um lado confere com uma mão liberdade ao indivíduo para realizar plenamente na vida sua identidade individual, com a outra retira os significados e os conteúdos desta mesma vida, os quais, são experimentados de maneira mais viva nas pequenas cidades. (Simmel, 1976, p. 18 e 20)

Assim, no cenário da metrópole, o indivíduo luta cotidianamente contra a corrente da cultura objetiva que o arrasta devorando o seu ser – [...] *a atrofia da cultura individual através da hipertrofia da cultura objetiva*. [...] - e, ao que nos parece, o único modo de fazer triunfar algum resquício de personalidade individual a fim de que possamos continuar a reconhecer-mo-nos como nós mesmos, preservando uma desejada essência individual é persistir, incansavelmente, procurando encontrar e desenvolver a nossa própria individualidade em meio a esse oceano revolto, tarefa das mais difíceis e em muitos casos inglória.

A seu turno, convém sublinhar algumas contribuições de Louis Wirth a respeito das contradições sociais da vida nas cidades. Wirth segue junto com Simmel e Park ao mostrar que os contatos na cidade são “*impessoais, superficiais, transitórios e segmentários*”. Sendo que “*O superficialismo, o anonimato, e o caráter transitório das relações urbano-sociais explicam, também, a sofisticação e a racionalidade geralmente atribuídas ao habitante da cidade.*” (Wirth, 1976, p. 101).

No momento, interessa-me resgatar dois outros aspectos do modo de vida urbano sublinhados por Wirth, o seu conceito sociológico de cidade, abarcando as variáveis quantidade, densidade e heterogeneidade da população; e a dualidade expressa pelo par diferenciação e nivelamento dos indivíduos.

Para esse autor, “*Para fins sociológicos, uma cidade pode ser definida como um núcleo relativamente grande, denso e permanente, de indivíduos socialmente heterogêneos.*” (Wirth, 1976, p. 96). Ante a limpidez do conceito, chamo a atenção apenas para a sua parte final para destacar que a heterogeneidade aponta para a diferenciação de padrões socioculturais de indivíduos segmentados socialmente em razão do alto grau de especialização atingido pelas sociedades modernas.

Ocorre que, se por um lado o desenvolvimento e a complexificação das relações sociais nas cidades demanda uma especialização crescente dos indivíduos, por outro lado, paradoxalmente, essa mesma evolução da vida urbana traz em seu bojo uma tendência niveladora dos indivíduos, como forma de responder às inúmeras necessidades da vida cotidiana que se multiplicam diariamente, assumindo como parâmetro as necessidades coletivas expressas pela média dos indivíduos e não aquelas de indivíduos em particular.

Apesar da cidade, através do recrutamento de tipos variados para executar seus diversos trabalhos, e da acentuação de seu caráter *sui generis* através da concorrência e do prêmio pela excentricidade, novidade, desempenho eficiente e inventividade, produzir uma população altamente diferenciada, ela também exerce uma influência niveladora. Onde quer que estejam concentradas grandes quantidades de indivíduos de constituições diferentes, entra também o processo de despersonalização. Essa tendência niveladora é inerente, em parte, à base econômica da cidade. (Wirth, 1976, p. 105)

Aproximando-me indiretamente do modo de vida dos moradores de Brasília, é oportuno ainda pontuar relevantes contribuições de Nunes (2004), resultado de suas pesquisas ao estudar o impacto do projeto urbanístico da nova capital sobre as sociabilidades que iriam ser fermentadas entre os novos moradores.

Nunes identifica a contradição entre a distinta ocupação do espaço urbano no DF, de um lado, o Plano Piloto gozando de um meio ambiente confortável e de alta qualidade de vida, reduto dos servidores públicos federais em sua maioria, de outro lado, as Cidades Satélites, encontrando-se em muitas delas periferias degradadas e baixo nível de renda. (Nunes, 2004, p. 167-168).

Baseando-se no tripé: funcionários públicos, áreas nobres e altos padrões urbanísticos, Nunes revela uma sutil contradição, ao lado da sensação de bem estar experimentada pelos moradores do Plano Piloto acompanha-lhes uma sensação de isolamento, de que algo está faltando, revelando assim o impacto do projeto urbanístico de Brasília sobre os seus moradores, um projeto que afasta as pessoas, enfraquecendo os laços de solidariedade social. Tal contradição deságua na constituição da *atitude blasé* descrita por Simmel, como já tivemos a oportunidade de mostrar. (Nunes, 2004, p. 163 e 170).

Perseguindo a resposta para esta insuficiência de Brasília, um modelo que foge aos padrões convencionais de cidade em oposição a uma cidade típica, Nunes identifica no

autoritarismo do projeto urbanístico elemento fundamental para a compreensão desse algo que falta na vida de seus moradores. Ao sublinhar o “*estar junto*” enquanto elemento constitutivo da ideia de cidade e a ele se opor o desenho urbanístico da capital pensado em seus mínimos detalhes, vê-se que o espaço urbano cria empecilhos à livre e espontânea circulação natural das pessoas, com o que dificulta não apenas o contato direto e cotidiano dos próprios moradores, como também o contato destes com os moradores das Satélites. Ou seja, a arquitetura de Brasília enfraquece muito mais que favorece as interações sociais entre seus moradores, retirando da vida urbana o fermento natural típico da vida nas cidades.

O grande problema é que uma cidade não se faz de forma isolada. Os geógrafos urbanos já trabalharam exaustivamente a noção de redes e mostraram com precisão que é sobretudo nas inter-relações interurbanas que as dinâmicas locais vão se construindo e que a lógica intra-urbana constrói-se também a partir daí. (Nunes, 2004, p. 153)

Aliada a esta indução ao isolamento resultante do planejamento urbano está o favorecimento à proliferação de relações mercantis entre os moradores, o que é o mesmo que dizer que a cidade carrega uma lógica social predominante marcada pela monetarização das relações sociais. Para Nunes, isso acontece em razão dos vetores que orientam a apropriação do espaço pela burocracia estatal de alta renda e escolarizada que buscam no Plano um “*bom endereço*” sinônimo de status social, cabendo ao mercado imobiliário encarregar-se de selecionar os seus moradores. (Nunes, 2004, p. 156-157)

Outro aspecto identificado pelo professor Nunes diz respeito à quase inexistência das relações de vizinhança entre os moradores de Brasília, reflexo como já se viu do urbanismo implantado no Plano, o qual fomenta o anonimato e o individualismo. Junte-se a isso a baixa densidade populacional, o nivelamento sócio-econômico e cultural de seus moradores, processos estes que combinados e levados ao extremo alimentam nos indivíduos um sentimento pessoal de autossatisfação.

Ora, a inexistência de relações de vizinhança questiona o conceito mesmo do urbanismo implantado e escancara uma característica da classe média que é exatamente a sua tendência ao isolamento, à auto-identificação narcísica que prescindem do outro para se identificar, como se não tivesse muita coisa a trocar, a somar com pessoas do mesmo ou de outros níveis sociais. O fenômeno é tão mais acirrado se considerarmos

que as inter-relações com outros grupos sociais é praticamente inexistente pois o desenho do espaço urbano no Distrito Federal isola por classes de renda os grupos sociais, transformando as Satélites mais longe do que os grandes centros do país a milhares de quilômetros de distância. (Nunes, 2004, p. 160-161)

Em um esforço de síntese, Nunes ressalta esse individualismo típico gestado na cidade, o qual combina alta satisfação por morar em Brasília com baixos níveis de interações sociais entre seus moradores no dia a dia da vida nas superquadras, ou seja, deseja-se fazer parte desta paisagem marcada pelos altos padrões urbanísticos de Brasília, mas isso não significa induzir de modo expressivo interações face a face no lugar, não raro dá-se exatamente o contrário, o arrefecimento destas interações.

O Plano Piloto e os Lagos são contudo grandes áreas de classe média e, quando comparados entre si, o Plano Piloto é bastante mais urbano do que os Lagos. Há uma “cultura” urbana de atração e de repulsa entre os indivíduos, em que as relações de vizinhança são tênues, não se manifestam sinais de solidariedade, mas, curiosamente, as pessoas estão contentes com Brasília, mais com sua ecologia do que com a proximidade de outras pessoas. Em síntese, tudo está indicando que se produziu, no Plano Piloto e nos Lagos, o típico indivíduo *Blasé* de Simmel. (Nunes, 2004, p. 163)

3.2 Uma caminhada desinteressada

Um dos principais espaços públicos destinados ao lazer dos moradores de Brasília refere-se à própria estrutura urbanística das Asas Norte e Sul, com suas calçadas, ciclofaixas, imensa extensão de áreas verdes (“*Cidade Jardim*”), a presença de parques naturais nas duas Asas, quadras poliesportivas, campos de futebol, playgrounds para crianças, sensação de assepsia e segurança etc.

Certamente, trata-se de um privilégio para seus moradores desfrutarem deste refúgio natural de aspecto bucólico, tranquilo e sossegado, estrategicamente delimitado. Ao centro, de norte a sul, tem-se o frenético eixo rodoviário, o conhecido Eixão, ali, os carros é que “mandam” (exceto aos domingos e feriados como veremos adiante). A leste, entre os também emblemáticos Eixinho L e a via L2, encontram-se as quadras 200 e 400, nas quais protegidos do frenesi da vida urbana ficam os moradores em seus apartamentos. O mesmo se dá a oeste, entre o Eixinho W e a via W3, nas quadras 100 e 300, também

residenciais, acrescentando-se apenas as quadras 700 e 900 que também abrigam moradores, mas estes últimos em casas. No entrequadras tem-se ainda as Comerciais.

Nesse sentido, é difícil morar em Brasília e não ter a caminhada como uma das atividades de lazer preferidas para muitos de seus moradores. A Codeplan mostra que, apesar da maioria da população revelar que não pratica atividade esportiva (35,26%), dentre as atividades esportivas praticadas a caminhada é a mais expressiva (32,53%), seguida pelas atividades em academias (22,38%).

Atividade saudável com benefícios positivos para o bem estar físico e mental, praticada seja no início das manhãs, no final da tarde ou mesmo à noite, cumpre bem a função de alívio da rotina diária da Esplanada, dos Tribunais, das Autarquias etc. Para muitos outros é uma oportunidade de respirar um ar fresco que emana das árvores, e para outros ainda uma espécie de libertação da vida diária confinada nos limites estreitos de seus apartamentos. Seja como for, a caminhada cumpre importantes funções do lazer cotidiano dos brasilienses.

Ao andar pelas calçadas, à sombra das árvores, a paisagem que se descortina impressiona: jardins muito bem cuidados por empregados treinados representam como que uma cerca viva delimitando o perímetro entre as áreas pertencentes aos moradores dos prédios e aquelas destinadas aos não moradores. Também não é possível deixar de notar a beleza das inúmeras árvores frutíferas ao longo do caminho: mangueiras, coqueiros, abacateiros, pés de limão, laranja, goiaba, amoras, jaca, jambolão, acerola, mamão, entre outras.

Ou seja, do ponto de vista da integração/fusão do homem com essa parte da natureza, uma caminhada pelas Asas cumpre bem esse papel. Entretanto, este lazer proporcionado por esta paisagem mantida, criada e preservada pelo poder público, e também com alguma participação dos condomínios, tão cobiçada por moradores de outras localidades, com o tempo perde muito de seu brilho, desbotando-se e, para muitas pessoas tornando-se fosco e desinteressante. O que acontece?

Seguindo as pistas lançadas por Nunes (2004), que mostrou-nos o incômodo provocado pela homogeneidade sócio-espacial de Brasília, o que é o mesmo que dizer o incômodo do projeto urbanístico, vemos que ao menos uma das razões para entender o porquê da maioria da população (35,26%) resignar-se ao sedentarismo e sequer dedicar-se a uma caminhada diária deve-se à paisagem estática do lugar, mesmo que se percorra as

Asas de ponta a ponta (Norte a Sul) temos aquela estranha sensação de não termos saído do lugar. Vejamos.

Descemos de nossos apartamentos devidamente equipados com um tênis e lá vamos nós. Não é preciso andar muito para perceber os carros aos milhares estacionados em volta dos apartamentos e tantos outros circulando entre as quadras, do que já se depreende que o espaço ali facilita mais o fluxo do carro em detrimento do movimento autônomo das pessoas, aliás, este é diminuto, chamando a atenção para os vazios demográficos do lugar.²⁵

Com mais alguns poucos passos chega-se à divisão de uma quadra e outra marcada pelas Comerciais, olhamos e vemos dezenas de carros circulando de um lado para o outro, e então bate aquela sensação de *déjà vu*, a repetição torna o movimento ilusório, em qualquer quadra que se esteja, exceto por algumas poucas que conseguem fermentar algum tipo de cultura local, a simetria do espaço projetado em plano cartesiano provoca embaraço.²⁶

Adiante, atravessemos outra superquadra, notamos que muitos dos caminhantes são idosos e brancos, refletindo perfis representativos da paisagem humana do Plano.²⁷ Entre um prédio e outro, zeladores, jardineiros e porteiros cuidam da limpeza, beleza e ordem do lugar. Nessa caminhada comumente também nos deparamos com os cuidadores de idosos (*home care*) e com os simpáticos cachorrinhos a passear pelos gramados. É curioso notar que nem sempre estes animaizinhos de estimação estão acompanhados pelos respectivos donos, em muitas das vezes, são conduzidos por empregados, não tão brancos quanto seus patrões, exclusivamente contratados para essa finalidade. Troquei algumas palavras com Fátima, a qual relatou-me que uma ou duas vezes por semana ela vai ao Plano para levar o cachorrinho para passear, disse-me, sem esconder o próprio espanto, que havia sido contratada apenas para isso. Ou seja, está presente aí o peso do dinheiro enquanto mediador de relações sociais.

²⁵ Nunes (2004) mostra que enquanto Samambaia tem uma densidade demográfica de 1.516,42 hab/km², a Candangolândia 2.135,34 hab/km², o Cruzeiro 6.367,33 hab/km², o Plano Piloto tem uma densidade de apenas 432,47 hab/km².

²⁶ A exceção à simetria do espaço fica por conta da quadra 206 Norte, uma quadra excêntrica.

²⁷ Segundo a Codeplan a população do Plano assim se subdivide por faixa etária: 0 a 14 anos -12,55%; 15 a 24 - 12,45%; 25 a 39 - 24,58%; 40 a 59 - 26,73%; idosos (acima de 60) - 23,69%. Já segundo a cor a população está dividida assim: 65,59% brancos; 31,86% pardos e mulatos; 2,10% pretos; 0,45% outros. Ressalte-se que as categorias pardo/mulato foram categorias utilizadas pela Codeplan a despeito da discussão sobre a identidade étnica envolvendo as categorias pardos, mulatos ou negros.

Seguindo adiante, entre uma comercial e outra, salta aos olhos o vazio dos espaços públicos destinados ao lazer como as quadras esportivas, os campos de futebol, denotando, como Nunes (2004) já notara, o pouco uso quando não a completa ociosidade destes espaços, a exceção fica por conta de jovens jogando futebol em uma quadra ou outra, algumas poucas crianças brincando nos *playgrounds* e idosos fazendo atividades físicas nos Pontos de Encontro Comunitário distribuídos pelas Asas.

Como a infra-estrutura coletiva das superquadras não é utilizada pelos moradores – salvo crianças e aí toda uma perspectiva de uma cultura original em formação –, tem-se aquela permanente sensação de ociosidade destes equipamentos que, apesar de públicos, transmitem uma sensação de privados, não sendo tampouco utilizados pelos moradores das satélites. (Nunes, 2004, p. 163)

E assim sucedem-se as quadras, as comerciais, os carros, os velinhos brancos, os cachorrinhos com ou sem os seus donos, e a cada quadra por que se passa repetem-se esses *flashes* denotando a monotonia da paisagem. Junte-se a isso a baixa ou inexistente interação social proporcionada por essa caminhada, isto porque, quando boa parte das pessoas não está dentro dos prédios, está dentro de seus carros²⁸ a caminho, por exemplo, de espaços privado de lazer, como bares, shoppings e restaurantes. Desse modo, o movimento propiciado pela caminhada não induz interação social nem mesmo entre os próprios moradores do lugar e, em razão disso, dessa ausência de interação intersubjetiva inclusive com o diverso, aquele que nos provoca estranhamento, dificulta a emergência de culturas locais cultivadas a partir de um substrato próprio partilhado em comum pelos moradores.

Nesse sentido, se por um lado o traçado urbanístico cartesiano, em sua essência funcional, facilita o deslocamento dos veículos ao longo do Plano, revela-se disfuncional quando se considera a perspectiva da interação humana e da diversidade sociocultural do modo de vida urbano que dela poderia advir.

Desse modo, por que caminhar por mais duas ou três quadras ante a inexistência daquele quê de imprevisibilidade que nos induz a seguir adiante em busca do novo, da surpresa, se já sabemos que no Plano depois de uma superquadra só existe outra

²⁸ Segundo a Codeplan em apenas 12,49% dos domicílios do Plano Piloto não há automóvel. Em 43,72% há 1 automóvel e, em 43,79% há 2 ou mais.

superquadra? Diferentemente de uma cidade convencional onde nunca se sabe ao certo o que iremos encontrar na próxima esquina.

Esta simetria do espaço o tempo todo nos induz a pensar que estamos no mesmo lugar a despeito de nossa posição ao longo das Asas. É comum entre os moradores confundir, por exemplo, um endereço no Plano, não pela dificuldade em se encontrá-lo uma vez que as coordenadas são precisas, orientando rápido e facilmente mesmo um estrangeiro acostumado com ruas e avenidas. A confusão se dá exatamente pela homogeneidade do espaço, sair dos eixos e contornar uma das tesourinhas para entrar em qualquer quadra da Asa Sul é o mesmo movimento que temos que fazer para entrar nas quadras da Asa Norte. Eu mesmo, por mais de uma vez, ao voltar do trabalho para casa, entrei na quadra errada convicto de que acabara de chegar em casa, e ante a ironia da situação pensava comigo nessas horas “*Quem nunca?*” É como se com o tempo colocássemos o carro no piloto automático.

É razoável pensar que esta homogeneidade sócio-espacial presente em Brasília, que vai na contramão da heterogeneidade como elemento característico das cidades segundo Wirth, com o passar dos anos, gera nos indivíduos que a habitam um cansaço mental, o qual por sua vez induz uma espécie de preguiça ao tempo em que alimenta o sedentarismo e os impedem de usufruírem de modo ativo/pleno estes espaços públicos de lazer existentes no espaço urbano de Brasília.

É possível ainda apontar para a preferência de lazeres em espaços privados, como bares, restaurantes, shoppings, clubes, academias, ativados pela posse da moeda, e mesmo aqueles cultivados no ambiente privado das residências. Em outro lugar dedicaremos atenção a esse tipo de lazer.

3.3 Parque Olhos D’água: um parque Zen

Trabalhar na administração pública de Brasília é uma realidade para a maioria de seus moradores²⁹ desde as origens da cidade, a qual inclusive foi construída exatamente para abrigar a estrutura político-administrativa da nova capital, de modo que o movimento pendular Asa-Zona Central/Zona Central-Asa é uma realidade no cotidiano do brasiliense.

Já tivemos a oportunidade de mostrar que as funções do lazer apontam para a necessidade de libertação da fadiga diária, ou seja, do descanso, bem como a libertação do

²⁹ Segundo a Codeplan a população ocupada de Brasília assim se distribui: 11,83% comércio; 14,58% administração pública distrital; 32,65% administração pública federal; ocupações diversas 40,94%.

tédio. Certamente por isso mesmo, vários foram os entrevistados que realçaram estes aspectos de seus lazeres diários, citando por exemplo a busca pela quebra da rotina, a necessidade de “*recarregar a bateria*”, a busca pela evasão do cotidiano etc.

Praticamente todos os entrevistados das Asas Sul e Norte destacaram a presença dos parques como elemento característico da paisagem urbana de Brasília. A própria Codeplan em seus levantamentos mostra que, apesar da maioria da população não frequentar parques e jardins (36,58%), um percentual expressivo dos moradores tem esse hábito frequentemente (31,79%), acompanhado por aqueles que os frequentam raramente (19,38%) e por aqueles que às vezes vão (12,14%).

Ante a monotonia do espaço resultado do projeto urbanístico como visto há pouco, aliada à rotina diária marcada pelo compasso: descer do apartamento, entrar no carro, acessar o eixinho ou a L2 e dirigir-se até algum ministério, tribunal ou autarquia, e ao final do expediente fazer o retorno, realidade para milhares dos moradores do Plano, os parques públicos apresentam-se como um contraponto necessário e uma alternativa de paisagem natural que se contrapõe à arquitetura desenhada, simétrica, imposta e imutável, a qual concorre em boa medida para essa sensação de cansaço mental que incomoda os habitantes.

Dentre eles, o Parque da Cidade certamente figura-se como o mais frequentado³⁰, tendo sido acolhido, talvez por sua centralidade, não só pelo moradores de Brasília, mas também pelos moradores de outras satélites que, especialmente nos finais de semana, para lá se dirigem às multidões.

Não obstante a importância do Parque da Cidade, mais um dos cartões postais de Brasília, voltarei a atenção para um parque em especial integrado à própria superquadra na Asa Norte: o Parque Olhos D’água, na 413 Norte.³¹

A poucos metros dos prédios residenciais de um lado e da L2 Norte do outro, encontra-se um pedacinho do cerrado preservado em meio ao concreto das superquadras.

Caminhando pelo parque nas pistas reservadas às caminhadas dos pedestres ou mesmo nas trilhas que o atravessam como que acessa-se uma outra dimensão da vida mais espiritual digamos assim. A começar pelo pequeno número de pessoas que o frequentam

³⁰ Para a Codeplan, a frequência a espaços esportivos no Plano assim se apresenta: 59,89% não frequentam; 18,22% Parque da Cidade; 21,89% outros.

³¹ A Asa Sul também possui o seu parque equivalente ao Olhos D’água, o Parque Asa Sul situado na 413 Sul.

em comparação com os milhares do Parque da Cidade. Some-se a isso o pedaço do cerrado ali preservado, a natureza ali acolhe, colocando as pessoas em paz consigo mesmas.

É comum ao andar pelo parque, especialmente nas trilhas que levam mais ao seu interior, observar pessoas meditando, praticando *yoga*, ou simplesmente sentadas à sombra de uma árvore respirando o frescor de uma manhã, envoltas por essa mini-floresta aconchegante.

Além dos tradicionais equipamentos de ginástica presentes no Ponto de Encontro Comunitário à entrada do parque, uma outra atividade comum de se observar é o passeio pelas trilhas passando em revista as árvores nativas do cerrado, guerreiras resistentes a nos lembrar com sua heroica presença a perda de suas ancestrais outrora abatidas para sediar a Capital Federal. Nesse passeio, observa-se por exemplo, o marmelo do cerrado, o murici, a lobeira, o pau-santo, a laranjinha-do-cerrado, o pequi, e tantas outras árvores nativas.

A essa flora exuberante juntam-se o cheiro do orvalho das manhãs, o canto dos pássaros e dos grilos também, o som das águas cristalinas do córrego que corta o parque, e essa comunhão com a natureza coloca as pessoas em paz consigo mesmas, fazendo-as esquecer por algumas horas a Esplanada, o barulho dos carros, a homogeneidade do espaço, revitalizando-as de alguma maneira, eu diria Zen, para a vida diária nos limites estreitos do quadrado.³²

Entretanto, não obstante a importância dos parques na paisagem urbana de Brasília como uma alternativa pública, natural e saudável de lazer e de estarem no cotidiano de expressiva parcela da população (31,79%), o fato é que a fração mais expressiva da população (36,58%) não frequenta parques e jardins. A explicação para isso está no sedentarismo da população como já dito, uma vez que também a maioria (35,26%) não tem o hábito de praticar atividade esportiva, mas também, mais uma vez, é razoável pensar na preferência pelos espaços privados de lazer.

3.4 Tempo obrigatório a serviço do lazer

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu um divisor de águas na profissionalização do serviço público ao estatuir a obrigatoriedade do concurso público para ingresso na carreira. Nesse contexto, Brasília fora construída exatamente para sediar a administração pública federal até então localizada no Rio de Janeiro. Os atrativos para a

³² Outros parques à semelhança do Olhos D'água que possibilitam essa imersão na natureza é o Água Mineral, o Jardim Botânico e, em alguma medida, o próprio Zoológico.

vinda dos servidores públicos para um Planalto Central ainda virgem, como relata Nunes (2004, p. 157), foram os ganhos salariais e habitações de elevado padrão.

Com o tempo, passou a ser gestada na cidade uma espécie de cultura do funcionalismo público cujo passaporte para entrada são os concursos públicos³³. Desse modo, uma nova geração de “concurseiros”, além daqueles filhos de servidores públicos que aqui residem, passou a dirigir-se a Brasília, a Meca do concurso público, em uma busca acirrada dos tão cobiçados cargos na administração pública.

Essa nova geração de concurseiros-futuros servidores, impulsionada por sua própria competência e mérito³⁴ forjados nas disputas milimétricas por cada vaga, desde muito cedo adestram seu raciocínio lógico³⁵ a partir do elementar *Se P então Q* ($P \Rightarrow Q$) e algum tempo depois (para alguns anos) tornam-se verdadeiros especialistas em concursos públicos. Grande parte deles repetem uma mesma odisséia, iniciam a carreira em órgãos do Executivo, passam pelo Judiciário e chegam enfim ao Legislativo, o maior contracheque da Esplanada.

Nessa maratona, é sabido entre os concurseiros que, uma vez tendo alcançado o primeiro cargo, dentro do próprio órgão eles impulsionam seus estudos com vistas a irem para o órgão seguinte, nesta hierarquia funcional, revelando a ociosidade de uma mão de obra qualificada e subutilizada pela administração pública. Ou seja, obtendo o primeiro cargo obtém-se junto um privilégio para continuarem estudando durante parte da jornada de trabalho ociosa. E é assim que eles demarcam um nicho dificilmente alcançável por alguém não iniciado na cultura do concurseiro, na sua racionalidade competitiva.

Um traço inclusive deveras peculiar a essa cultura diz respeito a muitos deles buscarem o seu “par romântico” em seu próprio meio. Muitos até o fazem inconscientemente, mas não são poucos os que o fazem deliberadamente, buscando a sua alma gêmea no contracheque alheio, como revela um site de relacionamento de nome sugestivo, “*namoro estável*”, onde pode-se lê: “*Namoro Estável é um site de namoro online inovador para funcionários Públicos, cargos de confiança e pensionistas: Um namoro com estabilidade financeira, alguém com o mesmo nível que você*”. Esse fenômeno aponta para a formação/perpetuação de uma burocracia estatal dinástica

³³ Para um estudo específico sobre os concurseiros, vide *Concurseiros: motivos e métodos para ingressar no serviço público (2015)* de Bruno de Oliveira Santos Paiva Nogueira.

³⁴ Não é objeto deste estudo discutir esta suposta competência e mérito, forma de aquisição deste saber, herança de capital cultural etc., para tanto vide a nota anterior.

³⁵ Uma das disciplinas obrigatórios em muitos dos concursos públicos).

alimentada por essa cultura *sui generis* do concursário,³⁶ como já mostrou Nogueira (2015).

Apresentei essa pequena introdução para realçar o impacto da racionalidade da vida moderna nesse meio específico, o dos concursários-futuros servidores públicos³⁷, alcançando a vida íntima das pessoas. Essa racionalidade, tão cara a Simmel como vimos, aparece igualmente em Weber para quem a ação racional é certamente um dos grandes pilares da contemporaneidade.

Para Weber (2001), os fins subjetivamente visados pelos agentes dirigem sua ação, em outros termos, isso significa dizer que a ação racional é instrumento, é meio para o alcance de fins previamente idealizados, talvez por isso mesmo ele a tenha denominado “*ação racional com relação a fins*”, e o exemplo clássico utilizado por Weber no estudo da Ética é elucidativo a este respeito, o do empreendedor calvinista **expresso pela figura de Benjamim Franklin**, o qual utiliza o fruto de seu trabalho não para o ócio ostentatório, antes, ele o reinveste no próprio processo produtivo em escalas crescentes, contribuindo com sua cota parte para o desenvolvimento do capitalismo moderno.

Tiago, 27 anos, solteiro, bacharel em direito, servidor público do Senado Federal, bem afeiçoado, concursário provável futuro Procurador da República, não é exatamente um Benjamim Franklin, mas a racionalidade e o calculismo que o inspiram impactam inclusive o seu lazer favorito: as viagens internacionais. Vejamos.

Dumazedier (1973) mostra que o lazer tem sido pensado em oposição ao conjunto das necessidades e obrigações da vida cotidiana, sendo que ele próprio realça esta distinção entre tempos obrigatórios, relacionados às obrigações profissionais, familiares e sociais, e tempo livre, numa parte deste, mas não todo ele, compreendendo o tempo de lazer, como já sublinhamos.

A entrevista com Tiago, entretanto, desperta-nos a atenção para uma relação mais estreita entre tempo obrigatório e tempo de lazer, mostrando que em algumas situações, como a dele, o indivíduo se auto-impõe um tempo obrigatório, que nem sempre é o trabalho, de modo deliberado com a exclusiva finalidade de alcançar um lazer. Dito de outro modo, o indivíduo possui uma finalidade subjetivamente visada que é a prática de

³⁶ Eu mesmo, servidor público, tenho vários colegas de trabalho que se misturaram entre si.

³⁷ Como já mostramos (nota 29), 47,23% da população ocupada do Plano está empregada no serviço público (Federal e Distrital).

um lazer qualquer, mas, para isso, ele observa que terá êxito em sua meta lançando mão de um meio específico, de um tempo obrigatório específico.

No caso de Tiago, que adora viajar, fato este inclusive recorrente entre os demais entrevistados do Plano, trata-se de um curso de inglês³⁸ que ele faz regularmente alguns dias da semana em horários certos. E qual o seu interesse em acompanhar religiosamente as aulas? É Tiago mesmo quem diz:

Eu faço um curso de inglês também, só que o curso de inglês, apesar de ser uma atividade de estudo, eu faço ela mais pensando no lazer...assim...em questão de viajar internacional...em viagens assim o inglês facilita neste aspecto....Eu fiz principalmente pensando no lazer...lógico que tem o aspecto também acadêmico né pra fazer um curso mais (pra frente)..., mas o principal objetivo que eu estou estudando inglês é (o lazer).

Ou seja, o curso de inglês para Tiago assume o caráter de tempo obrigatório enquanto tempo de estudo, ainda que ele próprio se “auto-imponha” este “dever”. Mas mais importante que isso, é a razão para ele assim agir, visando o usufruto de um lazer futuro ainda mais prazeroso potencializado pela proficiência no idioma. Um exemplo típico da ação racional weberiana empregada no contexto da grande cidade simmeliana.

Assim como Tiago, outros entrevistados também estabeleceram esse vínculo entre estudo do inglês e viagens internacionais, ou se quisermos entre tempo obrigatório e tempo de lazer, evidenciando o fato de que as categorias sociológicas tempo obrigatório e tempo de lazer muitas das vezes se interpenetram e esse contato entre elas revela-nos a capacidade da racionalidade da vida moderna de colocar um tempo obrigatório a serviço de um tempo livre, de um lazer.

Desse modo, pensar tempo obrigatório e tempo de lazer como forças que se repelem muitas das vezes não nos parece adequado para a compreensão do lazer do indivíduo urbano, como temos mostrado, tanto a captura dos sentidos atribuídos pelos próprios entrevistados às suas práticas como a observância do contexto no qual esses sentidos se inserem revelam-se imprescindíveis para a compreensão de seus lazeres.

³⁸ Segundo a Codeplan, dentre as atividades extracurriculares praticadas pelos moradores do Plano relacionadas a estudo de idiomas e cursos de informática, apesar de 93,07% declarar que não as pratica, dentre aqueles que têm em sua rotina alguma dessas atividades, o estudo do inglês é a mais citada, 4,59%.

Assim como apresentei este caso mostrando esta sobreposição de tempo obrigatório e tempo de lazer em que no tempo obrigatório figura o estudo, para muitos destes jovens, muitos deles solteiros³⁹, “maratonistas” em busca das melhores ocupações no serviço público, o trabalho (tempo obrigatório por excelência) vincula-se muito a seus lazeres. Desimpedidos das obrigações ditas familiares, é comum identificar o uso de sua renda para a satisfação de lazeres relacionados, por exemplo, a posse de carros de luxo (meio para o lazer, mas também um lazer em si mesmo), uso de vestuário de grife, frequência a bares e restaurantes requintados, passeios internacionais ao longo do ano etc.

3.5 Uma família com incompatibilidade de horários

Já vimos com Simmel (1976) que o indivíduo nas grandes cidades acaba se tornando um ponto de intercessão de diferentes mundos, diferentemente da vida provinciana e os estreitos laços de solidariedade social que lhe são característicos. Wirth (1976), por sua vez, complementa ao sugerir que estes diferentes mundos nos quais os indivíduos interagem diariamente, trabalho, família, religião, política, lazer, etc., despertam no cidadão um cosmopolitismo fruto da heterogeneidade da vida social urbana.

Entretanto, Wirth sublinha que *“Nenhum grupo isolado é possuidor da fidelidade exclusiva do indivíduo”*, isto significa dizer que apenas frações da personalidade individual são depositadas em cada um dos grupos dos quais se faça parte. Enquanto na cidade pequena o indivíduo se entrega mais integralmente às relações sociais das quais participa, na metrópole isto é impossível, exatamente pela diversidade das interações sociais repetidas diariamente aos milhares, o que faz com que os indivíduos fracionem-se indefinidamente para darem conta da densidade e heterogeneidade da vida social.

Wirth ainda destaca a ausência de interpenetração dos grupos nos quais os indivíduos se inserem, ou seja, apesar de multiplicarem-se as interações sociais, frequentemente os universos dos quais o indivíduo participa não se comunicam, ou quando muito o fazem tangencialmente, correm em paralelo produzindo não raro uma vida fragmentada.

Devido aos seus diferentes interesses emanados de diferentes aspectos da vida social, o indivíduo se torna membro de grupos bastante

³⁹ O percentual de solteiros entre a população de Brasília é bastante significativo, para a Codeplan dentre os maiores de 14 anos, 44,07% são casados e 37,40% são solteiros, além de 18,53% em outra situação como convivente, divorciado, separado e viúvo. No Brasil a PNAD 2013 revela que 49,2% da população são solteiros, contra 38,6% de casados, 6,1% viúvos e 6,1% de divorciados, desquitados e separados judicialmente.

divergentes, cada um dos quais funciona somente com referência a um segmento da sua personalidade. (Wirth, 1976, p. 105)

É nesse contexto que encontro José, 57 anos, casado, servidor público, pai de 2 filhos, alta renda, aposentadoria à vista, tudo a indicar uma vida tranquila e sossegada, mas uma rápida espiada em como José conjuga seus tempos obrigatórios e o tempo livre e de lazer mostra o quão agitada é sua vida cotidiana à beira da aposentadoria.

José divide seu tempo entre trabalho, família, compromissos sócio-espirituais e sócio-políticos, necessidades gerais da vida cotidiana e também lazer. Faz parte de sua rotina diária transitar por estes diferentes universos: no trabalho, na vida familiar, em sua militância política, no grupo de catequese em que leciona para adultos, na administração dos imóveis que possui na cidade, além das necessidades mais domésticas como levar o carro na oficina, ir ao supermercado com a esposa, preparar o café da manhã, cuidar dos netos etc. Mas este homem, que gostaria de ter mais tempo livre, passa boa parte de seu tempo de lazer com a família: vai ao cinema com os filhos, assistem TV em casa, reúnem-se quando isso é possível para conversar, e, é claro, como muitos dos moradores do Plano, também adoram viajar, como ele diz “*sair do ambiente em que você está, rumar para um ambiente novo*”.

Ocorre que, ultimamente, está cada vez mais “difícil” para José e família planejarem suas viagens, isto porque, a família não está conseguindo conciliar os horários de todos, uma incompatibilidade de agenda comum está pondo em xeque o lazer favorito de todos eles. Mas como isso foi ocorrer? Ouçamos José, quando lhe perguntei sobre o que mais lhe atrapalhava a ter atividades de lazer, vejamos o que ele respondeu-me:

A única coisa (sic!) que atrapalha o nosso tempo de lazer são duas coisas, são apenas duas coisas: uma é uma doença familiar...se alguém adoecer então isso é um impeditivo porque a gente vai se dedicar a dar atenção pra essa situação...entre o lazer e os cuidados...A outra coisa que pode atrapalhar o nosso tempo de lazer é justamente a diferenciação...das agendas...exatamente...só...só...a incompatibilidade das agendas ou uma doença...só...O principal é o fator de agenda.

Assim como José, tanto a mulher quanto os filhos dividem seu tempo em inúmeras atividades diárias e, exatamente porque esses universos nos quais estas interações sociais ocorrem em sua maior parte não se cruzam, não se tocam, cria para a família a

dificuldade de conciliarem um tempo livre comum a fim de a família estar junta e, sim, pensar também sobre as próximas férias.

Bom, se Wirth (1976) está certo ao dizer que “*os contatos da cidade podem na verdade ser face a face, mas são, não obstante, impessoais, superficiais, transitórios e segmentários*”, por outro lado, esta família encontrou um modo curioso, apesar de usual nos dias de hoje, de se relacionar e assim preservar as viagens de férias, passaram a fazer uso dos relacionamentos virtuais e para tanto criaram um grupo no WhatsApp⁴⁰ para o planejamento da próxima viagem da família. É o próprio José, entre risos, quem explica:

Tanto que eu tenho um grupo aqui que nós estamos já com o grupo que nós formamos em dezembro chamado Férias de Julho....Já discutindo as datas e os locais...Um fórum comum...exatamente.

Não é objetivo deste trabalho investigar possíveis relações entre uso de redes sociais (amplamente disseminadas) e o desenvolvimento de atitudes de frieza, distanciamento, anonimato nas interações sociais, antes, vejo que para essa família, o recurso ao relacionamento virtual foi utilizado como um meio para o alcance do lazer. Por vários momentos da entrevista, José repetia com insistência a importância da camaradagem, da convivência familiar e do prazer por estar em família. Todavia, cientes das inúmeras necessidades e obrigações da vida cotidiana de cada um deles (pais, esposas, filhos e netos) envolvendo trabalho, escola, faculdade, cursos, vida político-religiosa, compromissos familiares etc. etc., e, por conseguinte, da dificuldade de encontrar tempo livre comum a todos, lançaram mão da rede social, e é por meio dela que têm conversado, compartilhado fotos, vídeos, áudios, documentos, para que nenhum detalhe da viagem passe despercebido.

Em outros termos, o que queremos dizer é que se as interações sociais face a face nos grandes centros urbanos carregam baixa densidade de conteúdos intersubjetivos como constata Wirth, são frias nesse sentido, por outro lado, também é possível observar o uso deliberado por indivíduos de estratégias com vistas a driblarem a baixa interação social, inclusive, contrariamente do que se poderia pensar, utilizando-se de interações virtuais (elas próprias um lazer em si para muitos) enquanto meios de lazer, de significação da vida social e de alcance e viabilização de outros lazeres, como as viagens da família de José.

⁴⁰ Aplicativo gratuito de mensagens multiplataforma que permite compartilhar mensagens pelo celular, com troca de conversas, imagens, áudio, vídeo etc., sem ter que pagar por SMS.

3.6 O lazer da família e o lazer do indivíduo

Não muito distante da realidade social de José está Valéria, 43 anos, casada, mãe de 3 filhos, ela e o marido servidores públicos, alta renda, cujo lazer confunde-se com o lazer de sua própria família, aliás, traço este reiterado nas várias entrevistas realizadas com pessoas casadas ou mesmo que vivam juntas e tenham filhos, o fato de o lazer do indivíduo ser pensando e vivido enquanto lazer de toda a família.

Apesar das inúmeras atividades com as quais Valéria ocupa o seu dia, sejam elas no trabalho, nos compromissos sociais e obrigações doméstico-familiares como levar ou buscar as crianças na escola, resolver questões domésticas com os empregados da casa, frequentar o curso de inglês, ir ao supermercado, planejar as viagens da família, levar os filhos em festinhas para crianças, ir à igreja etc. etc., Valéria *“ama estar com sua família”*. Em vários momentos da entrevista ela sublinha a importância do lazer em sua vida entendido enquanto estar junto da família, seja durante os dias da semana à mesa do jantar, na festa de aniversário de um coleguinha dos filhos na escola, seja nos finais de semana quando vão ao cinema, frequentam os parques da cidade, e também durante as férias escolares, ocasiões em que comumente viajam. E é assim que Valéria expressa a principal motivação para dedicar-se às atividades de lazer com a família *“o bem estar da família, dos filhos”*.

Mas esta moderna dona de casa, feliz com sua família, revela-se queixosa quando perguntada sobre o que mais lhe atrapalha a ter atividades de lazer: *“Tenho atividades de lazer com os filhos, mas não tenho para mim por faltar tempo uma vez que há tarefas de casa, do trabalho e escolares dos filhos.”*

Ou seja, apesar de Valéria possuir um lazer agradável em companhia de sua família, ela ressentida da necessidade de um tempo livre e de um tempo de lazer para si mesma. O curioso é que não só os tempos obrigatórios relacionados ao trabalho e às obrigações doméstico-familiares concorrem para a falta desse tempo livre e de lazer para Valéria, desse *“tempo para si mesma”*, como também os seus próprios tempos de lazer ao lado da família em alguma medida tiram-lhe tempo livre para o usufruto de seu lazer pessoal como sair para dançar, sair com amigos, estar só etc.

Temos então que o tempo de um determinado lazer por vezes atua como impeditivo para a prática de outros lazeres. Teremos oportunidade de examinar essa questão quando discutirmos o caso do garoto jogador de futebol Lucas. Jogar futebol para ele é ao mesmo tempo lazer e trabalho: lazer por estar fazendo o que gosta e por esta

atividade ser fonte de prazer, de satisfação pessoal; trabalho por seu caráter obrigatório e rotineiro, fatores por si sós redutores de tempo livre e de tempo de lazer.

O caso de Valéria guarda certa semelhança com o de Lucas, com o detalhe de que no caso dela em alguma medida são os próprios momentos de lazer em companhia da família que reduzem-lhe o tempo de lazer pessoal, ou seja, as atividades de lazer favoritas de Valéria ocorrem em e na companhia do marido e dos filhos e aí reside em parte a fonte ambígua a um só tempo da felicidade e alguma insatisfação de Valéria.

Esse caso chama-nos a atenção para a necessidade de se buscar, em alguns casos, algum ponto de equilíbrio, se é que isso seja possível no âmbito das famílias, entre o lazer da família e o lazer do indivíduo, ou melhor, dos indivíduos que a compõem, de modo que a personalidade dos indivíduos e os seus lazes respectivos não sejam neutralizados no interior desta pequena e fundante “*sociedade dos indivíduos*” chamada família e, com isso, dê-se causa para o agravamento dessa pequena insatisfação com efeitos inclusive deletérios para o lazer conjunto da família e o lazer individual de seus membros.

3.7 Um antídoto para a *atitude blasé*

Simmel (1976) já mostrou que o indivíduo nas grandes cidades ao mesmo tempo em que possui a liberdade para o desenvolvimento de sua personalidade na direção que desejar, depara-se com os condicionamentos sociais impostos pela sociedade. Isso nas sociedades modernas significa uma profunda especialização funcional que individualiza as funções e os indivíduos ao mesmo tempo em que os torna interdependentes. Estes processos de especialização conduzidos ao extremo inevitavelmente reforçam o sentimento de despersonalização dos indivíduos, estando aí o germe de um nivelamento social presente nas grandes cidades. Dito de outro modo, desenvolve-se o sentimento de que se é necessário, mas perfeitamente substituível.

Essa despersonalização, a destituição das substâncias que nos fazem sentir únicos, é ainda potencializada, segundo Simmel, como já tivemos a oportunidade de mostrar, pela internalização da economia do dinheiro, “*o dinheiro torna-se o mais assustador dos niveladores. Pois expressa todas as diferenças qualitativas das coisas em termos de ‘quanto’*”. Também já foi dito que o auge deste nivelamento alcança a *atitude blasé*, marcada pela reserva, frieza, anonimato, impessoalidade, racionalidade, solidão etc.

Mas o próprio Simmel deixa pistas para a resistência do indivíduo ante a força uniformizante da vida social urbana dos grandes centros que impele os indivíduos a comprimirem suas existências em esquemas predefinidos.

Isso resulta (a tendência ao nivelamento dos indivíduos) em que o indivíduo apele para o extremo no que se refere à exclusividade e particularização, para preservar sua essência mais pessoal. Ele tem de exagerar esse elemento pessoal para permanecer perceptível até para si próprio. (Simmel, 1976, p. 24)

Ou seja, como se sentir único em um meio com tendências homogeneizantes? E aí Simmel lança-nos outra pista “...e, se a pessoa permanece no mesmo meio, eles (os nervos) não dispõem de tempo para recuperar a força. Surge assim a incapacidade de reagir a novas sensações com a energia apropriada. (Simmel, 1976, p. 16)

O lazer de André, como veremos, será elucidativo para compreendermos as saídas encontradas/produzidas por muitos dos indivíduos urbanos, à luz dessas pistas de Simmel, para preservarem sua personalidade individual nas grandes cidades.

Mas, antes disso, vejamos como Wirth (1976) aborda por outro ângulo esta questão da tendência niveladora das cidades, onde “os contatos físicos são estreitos, mas os contatos sociais são distantes”.

Apesar da cidade, através do recrutamento de tipos variados para executar seus diversos trabalhos, e da acentuação de seu caráter *sui generis* através da concorrência e do prêmio pela excentricidade, novidade, desempenho eficiente e inventividade, produzir uma população altamente diferenciada, ela também exerce uma influência niveladora. Onde quer que estejam concentradas grandes quantidades de indivíduos de constituições diferentes, entra também o processo de despersonalização. Essa tendência niveladora é inerente, em parte, à base econômica da cidade. (Wirth, 1976, p. 105)

O que Wirth chama a atenção é que a alta concentração populacional típica das grandes cidades conduz naturalmente a uma padronização com vistas a uma produção em massa de bens e serviços destinados a satisfazer as necessidades materiais e simbólicas das pessoas de modo uniforme, processo este que conduz à própria uniformização do gosto ou despersonalização do indivíduo.

Quando grandes números de indivíduos têm de fazer uso comum de facilidades e instituições, deve ser feito um arranjo a fim de

ajustar as facilidades e instituições às necessidades da média das pessoas e não às de determinados indivíduos. Os serviços de utilidade pública, das instituições recreativas, educacionais e culturais devem ser ajustados às necessidades coletivas. Do mesmo modo, as instituições culturais, tais como as escolas, os cinemas, o rádio e os jornais, em virtude de sua clientela oriunda das massas, devem necessariamente operar como influências niveladoras. (Wirth, 1976, p. 106)

É ainda curioso observar, como sublinha Nunes (2004), que, no caso de Brasília, essa tendência niveladora de que falam Simmel e Wirth é acentuada por uma “*homogeneidade social, econômica e mesmo cultural de seus habitantes*”, sendo ainda possível acrescentar a homogeneidade espacial de Brasília. Certamente o professor tinha em mente a população que aqui reside: classe média alta, branca e educada, composta por servidores públicos que habitam um espaço simétrico para eles previamente idealizado/projetado.

Mas como bem observa Wirth (1976) a cidade não se produz e reproduz mediante partenogênese, mediante uma geração espontânea de seus habitantes, e aí entra a questão do imigrante, basta dizer que Brasília foi construída por imigrantes. No caso do morador do Plano Piloto, sabemos que 64,87% de sua população é composta por imigrantes e, destes, os percentuais mais expressivos são provenientes da Região Sudeste, sendo 19,10% de Minas Gerais, 17,22% do Rio de Janeiro, 8,53% de São Paulo e 11,42% de Goiás (PDAD, 2013/2014).

Wirth mostra que o indivíduo ao chegar à cidade ele não é tábula rasa, no caso do morador do Plano Piloto, muitos deles, além de trazerem em sua bagagem uma biblioteca de preparação para concursos públicos, trazem valores, crenças, sentimentos, em muitos casos uma mentalidade constituída em cidades interioranas. Da mesma forma, deixam nessas cidades parentes, amigos, uma parte de si, um modo de vida.

Já que a cidade é o produto do crescimento e não da criação instantânea, deve-se esperar que as influências que ela exerce sobre os modos de vida não sejam capazes de eliminar completamente os modos de associação humana que predominavam anteriormente. Em maior ou menor escala, portanto, a nossa vida social tem a marca de uma sociedade anterior, de *folk*, possuindo os modos característicos da fazenda, da herdade e da vila. (Wirth, 1976, p. 91-92)

André é um destes, veio de Minas para Brasília, e ele bem sabe que, como diz o poeta, “*a gente sai de Minas, mas Minas não sai da gente*”. Servidor público, 44 anos, solteiro, em meio aos números da contabilidade nacional que lhe ocupam o dia faz também cálculos para as tão esperadas férias. Os pés estão em Brasília, mas a mente passeia pelos verdes campos, frequenta o seu aconchegante rancho da zona rural do interior da pequena Monte Verde⁴¹.

E é assim que André organiza suas férias, conta cada feriado na folhinha, esforça-se para fazer um banco de horas no trabalho a fim de esticar o feriadão e ter mais tempo livre para voltar para as Minas Gerais e usufruir seu lazer “*fora do campo urbano*” como ele diz.

Este lazer de André, contraposto à paisagem urbana de Brasília vivenciada no cotidiano, fica evidente em suas respostas a algumas das perguntas que lhe fiz:

Werles: Quais atividades de lazer você realiza durante o seu período de férias anuais remuneradas?

André: Viajo para locais mais reservados e bucólicos, como fazenda.

Werles: O modo como você usufrui seu tempo livre/lazer é igual ou mesmo parecido com o modo como outros moradores aqui do Plano utilizam o tempo deles?

André: Diferente, porque meus gostos estão voltados para atividades fora do campo urbano.

Werles: É possível encontrar um enunciado que melhor represente como você emprega seu tempo de lazer?

André: Bora pra roça...

Werles: O que você acha que mais lhe atrapalha a ter atividades de lazer?

André: Localização geográfica.

Apesar de já estar em Brasília há quase 5 anos, fica clara a importância para André de buscar frequentemente o seu lazer no interior de Minas. E não é difícil entender por que. A estrutura mental de André foi forjada na pequena cidade, onde é reconhecido por amigos e conhecidos em uma simples caminhada pelas ruas, onde a força da palavra para muitos de seus conterrâneos ainda vale mais que a fé pública de um documento

⁴¹ Trata-se de um nome fictício para uma cidade real.

oficial, onde quase todos sabem que ele é o filho da Dona Eva e do Seu Adão e que estudou na escola tal. Ali naquela pequena cidade a sua existência enquanto indivíduo está assegurada por fortes laços de solidariedade social constituídos desde sua infância, ali ele experimenta mais intensamente a estima social dispensada a ele por seus pares. Ser um servidor público na cidade dos servidores tem pouco significado, mas em Monte Belo ele é motivo de orgulho para amigos e familiares, o menino estudioso que venceu na vida e hoje é contador do Tesouro Nacional.

Nesse sentido, contra os mecanismos sócio-niveladores de Brasília, o anonimato de seus moradores, a baixa interatividade social, a sua própria desorientação no bando, é que ele busca o refúgio do interior como um lenitivo capaz de aplacar a torrente que arrasta milhares para a vida simmeliana na grande cidade. E é assim que com este seu lazer ele combate esta tendência à despersonalização existente na cidade grande com doses regulares de vida provinciana, onde ao mesmo tempo em que descansa sua mente da vida urbana de Brasília ele reencontra sua identidade individual e social em um meio no qual ele não representa só mais um.

Desse modo, pode-se dizer que André é um resistente, ele resiste ao impacto da cidade em seus valores e princípios, em nome de uma moralidade social que ele acredita superior, em sua vida mental, por acreditar que o modo de vida das pequenas cidades e mesmo do campo e os lazeres que lhe acompanham – como comer um franguinho caipira feito no fogão à lenha na companhia dos amigos ou familiares, sentir o cheiro da poeira e da terra molhada das estradas de terra – impossível de ser reproduzido na grande cidade, sejam mais favoráveis às relações humanas profundas, menos voltadas ao interesse, à frieza, e mais voltadas à estima, ao reconhecimento, à afetividade e à solidariedade social.

Certamente, milhares dos moradores de Brasília igualmente ressentem-se dessa necessidade de fuga periódica da vida urbana do Plano Piloto, encontrando nas rotineiras viagens, mormente para pequenas cidades a algumas horas de carro próprio de Brasília, um antídoto necessário, um elixir capaz de restituir-lhes a capacidade de reagir de modo menos indiferente, mais sensível às inúmeras situações da vida cotidiana no Plano, resistindo como podem à força indiferente e insensível da vida urbana que aqui se prolifera.

Basta observar, por exemplo, como fica a Saída Sul de Brasília às vésperas de um feriado, dezenas de milhares de carros tomam as pistas, como que se faz soar na cidade um toque de retirada que anuncia a hora do lazer. Este fenômeno é ainda mais expressivo nos

meses de julho, dezembro e janeiro, quando os pais combinam as férias escolares de seus filhos com suas próprias férias e ainda acrescentam o recesso de fim de ano sagrado em muitos órgãos públicos. Nesse período não é muito exagero dizer que Brasília se torna uma cidade fantasma.

É desse modo que muitos dos moradores de Brasília – irrequietos em permanecer nesse espaço por muito tempo – buscam aquele “*algo que está faltando*” na cidade de que falava o Professor Brasilmar e encontram nesse tipo de lazer, sinônimo de evasão, à semelhança do que acontece com André, um antídoto para a *atitude blasé*.

3.8 Eixão do lazer

Durante os dias da semana o Eixo Rodoviário que atravessa Brasília de uma Asa a outra, aproximadamente 13 quilômetros, o conhecido Eixão⁴², é o palco emblemático do privilégio conferido pelo plano urbanístico ao fluxo do automóvel em detrimento do fluxo dos pedestres. Por ele circulam diariamente dezenas de milhares de carros provenientes tanto das cidades satélites quanto das próprias Asas Norte e Sul, muitos dos quais acessando a Zona Central, centro nervoso da administração federal do país, onde se situam a Esplanada dos Ministérios, Sedes de Tribunais, Autarquias, Congresso Nacional etc.

Mas, ironicamente, é neste espaço reservado ao automóvel, que temos um bom exemplo em Brasília da apropriação de um espaço público pelos próprios moradores com vistas a uma destinação exclusivamente voltada ao lazer, em uma evidente demonstração do crescimento da importância do tempo livre e do tempo de lazer frente aos outros tempos sociais, um exemplo da revolução cultural operada pelo tempo livre de que fala Dumazedier.

É verdade que o Eixão é interditado ao trânsito de automóveis apenas aos domingos e feriados, mas isto por si só reveste-se de uma significação simbólica para os amantes de atividades ao ar livre que o frequentam. Ainda que por um único dia da semana, o domingo, e menos frequentemente quando dos feriados, o monopólio do automóvel cede espaço para a prática das mais diversas atividades como ciclismo,

⁴² Nossa Senhora do Cerrado
Protetora dos pedestres
Que atravessam o Eixão
Às seis horas da tarde
Fazei com que eu chegue são e salvo
Na casa da Noélia.
(Travessia do Eixão – Legião Urbana)

caminhadas, corridas, patinação, skatismo, descanso e conversa à sombra de uma árvore, onde se pode tomar uma água de coco, um caldo de cana ou refrescar-se com um picolé, momento nos quais descansa-se do barulho e da agitação diária do Eixão, recompondo-se as energias para mais uma semana de trabalho.

O Eixão do lazer, como é conhecido, é uma evidência como já visto da importância do lazer para as sociedades contemporâneas, basta dizer que já se vão 25 anos desde sua conquista social enquanto espaço exclusivo de lazer aos domingos e feriados. Ademais, mostra ainda que mesmo em contextos urbanos de grandes cidades, marcados pela monetarização das relações sociais, é possível conferir um uso saudável, livre e democrático, ao menos para os moradores do Plano, aos espaços públicos antes degradados, subutilizados ou mesmo utilizados para fins privados⁴³, contribuindo significativamente para a ativação ou fortalecimento de sociabilidades pouco desenvolvidas entre os moradores.

3.9 Uma feira livre para turistas?

Não tenho intenção neste espaço de descrever de modo frio o lazer experimentado na Feira da Torre de TV de Brasília contrapondo-o ao lazer da feira livre da Estrutural, como será visto. Certamente, a feira da Torre constitui-se enquanto importante espaço de lazer para os moradores do Plano Piloto, apesar de não se constituir enquanto uma feira livre típica à semelhança da feira da Estrutural. A feira da Torre concentra-se no comércio de vestuário, artesanatos locais, souvenirs, móveis residenciais, enfeites diversos e coisas do tipo. Conta ainda com uma praça de alimentação, banheiros públicos, estacionamentos e inúmeros boxes nos quais os comerciantes expõem suas mercadorias. A feira é bem movimentada, particularmente nos finais de semana.

Passeando por ela, entretanto, uma dúvida surge no ar: quem são seus visitantes? Não é preciso conversar com muitos deles para logo saber que se tratam de moradores de Brasília, moradores também das satélites e turistas de diferentes origens, nacionais e estrangeiros. É exatamente este o ponto que gostaria de sublinhar, a feira da Torre enquanto espaço de lazer de Brasília confunde-se com um lazer ligado ao turismo cívico e

⁴³ Até recentemente (agosto/2015) a orla do Lago Paranoá, área nobre de Brasília, era utilizada como extensão das propriedades particulares dos moradores do Lago em detrimento do uso desses locais pelo público geral. Os moradores do Lago não só cercavam estes espaços para seu uso particular, como também neles faziam diversas benfeitorias como construção de casas, quadras esportivas, píeres etc. Atualmente, dando continuidade ao cumprimento da decisão judicial, a orla vem sendo desocupada com vistas à preservação ambiental e restituição do espaço ao uso público.

arquitetônico de Brasília enquanto capital do país. Nesse sentido, espaços como Esplanada dos Ministérios, Catedral, Museu do Índio, Memorial JK e a própria Torre de TV, para citar alguns, são utilizados e foram projetados mais para um lazer voltado ao turismo, enquanto símbolos de projeção da imagem nacional, em prejuízo de algum modo a um lazer de caráter mais local dos moradores de Brasília.⁴⁴

Com isso não se quer advogar uma causa de um lazer público exclusivo ao usufruto dos moradores do Plano, o que seria totalmente desarrazoado e sem nenhum bom senso. Não, não é isso. Apenas queremos colocar em evidência que muitos dos espaços públicos reservados ao lazer de Brasília, enquanto capital do país, naturalmente têm sua apropriação não só pelos moradores de Brasília, como de outras satélites e também muitos turistas. Esse fato tem uma implicação na interação social que se desenvolve, ou não se desenvolve, nestes locais, a exemplo do que ocorre na feira da Torre.

Essa ausência de identificação do morador de Brasília quando vai à feira com inúmeros outros visitantes estranhos é um entrave direto para sociabilidades que ali poderiam ser ativadas, diminuindo assim de alguma maneira a qualidade do lazer proporcionado pelo lugar. Junte-se a isso, o próprio planejamento simétrico da feira acompanhando a simetria do planejamento urbanístico de Brasília que, se por um lado reflete organização, assepsia, racionalidade, parece causar um certo incômodo pela inexistência daquele quê de imprevisibilidade que os cidadãos esperam encontrar inclusive quando buscam seu lazer.

Enfim, os usos dos espaços públicos de lazer nos quais se confunde o local com o nacional, fenômeno este emblemático na Brasília capital, dificulta o desenvolvimento da solidariedade social entre os moradores da cidade, uma vez que o estranhamento está posto e a atitude de reserva é automática, empecilhos diretos para a interação social. Em outras palavras isto quer dizer que o lazer que se extrai de espaços como o da feira da Torre de TV não é um lazer cujos significados sejam comuns e compartilhados pela maioria de seus visitantes e, por esta razão, pode-se dizer que o seu potencial é modesto enquanto espaço público de lazer que possibilite a ampliação das relações sociais entre os moradores da cidade.

⁴⁴ Uma colega certa vez confessou que detestava todas as vezes que seus parentes vinham a Brasília e pedia-lhe que os levasse para conhecerem a Esplanada, demonstrando uma saturação ao nativo do lazer voltado ao turismo ao mesmo tempo reclamando um lazer com algum tipo de identidade local.

Capítulo 4 - Tempo livre e lazer na Cidade Estrutural

Enquanto falo no indivíduo penso na sociedade, e quando falo da sociedade são os indivíduos que ocupam o meu pensamento.

4.1 Trabalho ou lazer?

A série de entrevistas que fiz com os moradores da Estrutural começou com Lucas, um jovem de 18 anos. Antes, porém, de começar a conversa, eu já estava armado com uma espécie de tipo ideal para o caso empírico, o qual me dizia que deveria encontrar ali um jovem estudante, provavelmente do ensino médio, que gosta de matar o tempo com jogos eletrônicos, celular, TV, shoppings e internet. Nesse sentido, a armadura do tipo ideal fez com que o início da entrevista tornasse-se insípido, parecendo-me pouco promissora no sentido de não ir além daquilo que já esperava constatar no perfil dos jovens do sexo masculino da Estrutural.

Entretanto, como se verá, o contato com a realidade da vida cotidiana desse jovem reavivou-me na memória a eficácia metodológica do tipo ideal weberiano, um instrumento analítico do qual lança mão o pesquisador com vistas a compreender a realidade. O tipo ideal trata-se de uma abstração feita pelo pesquisador a partir de traços da realidade, não é a realidade em si mesma, antes, cuida de um exagero intelectual que dela se faz, o que quer dizer que ele, por si só, não tem um compromisso de correspondência com a realidade empírica. No entanto, de posse do tipo ideal o pesquisador volta-se para a realidade, e é exatamente o exagero do tipo que o permitirá perceber as incongruências entre o tipo e a realidade empírica, tornando desse modo possível ao pesquisador o estabelecimento de imputações causais. Em outros termos, a importância heurística do tipo ideal está em possibilitar a formulação de hipóteses acerca do real. (Weber, 2006, p. 84-85)

Ao aproximar o tipo ideal da vida deste jovem vi que minha intuição em parte estava adequada, de fato, Lucas quando não está na escola durante as manhãs da semana, divide o seu tempo livre entre o computador, a internet, o celular, a TV, o shopping etc., contudo, ao indagar-lhe sobre sua atividade de lazer favorita, ele responde-me com um brilho nos olhos que gosta de jogar futebol. Nenhuma surpresa, não fosse o detalhe de que Lucas é um jogador profissional do Gama aqui do Distrito Federal, ainda que em início de carreira. As tardes de sua semana são ocupadas com treinos diários no centro de treinamento do Gama e, aos finais de semana, não raro, ele joga por seu time.

De imediato, essa situação trouxe um embaraço teórico-compreensivo à pesquisa, pois, como vimos em Dumazedier o lazer pressupõe, entre outras coisas, tempo livre e liberação. Então, como é possível falar de lazer dentro de um tempo eminentemente obrigatório, dentro de um tempo de trabalho?

Mas é aqui que, sem abrir mão de Dumazedier, temos que combiná-lo tanto com as nuances da vida cotidiana quanto com o sentido atribuído à ação pelo próprio agente. Não se trata de uma atividade profissional qualquer, trata-se simplesmente de uma atividade esportiva inscrita no DNA de boa parte dos brasileiros e que naturalmente transfere-se para as gerações mais jovens como a de Lucas⁴⁵, a despeito do 7 a 1. Ademais, para Lucas, o futebol é uma atividade à qual se entrega de livre vontade (caráter pessoal) e visando atingir um estado de satisfação como fim último (caráter hedonístico), ou seja, embora possa parecer paradoxal, ele pratica um lazer enquanto trabalha, ele joga porque, antes de qualquer coisa, a atividade lhe proporciona prazer, essência da ideia de lazer.

Jogo futebol porque gosto; porque me traz realização pessoal, mas também espero alcançar independência financeira e poder ajudar minha família.

Ou seja, embora de um modo geral o tempo livre seja condição para o exercício do lazer, a entrevista com Lucas sugere, ainda que em menores proporções, que o lazer também pode ser usufruído durante os tempos obrigatórios como o do trabalho, dependendo da natureza do trabalho no qual se está envolvido e da atitude do agente ao realizá-la. Com isso, evidenciam-se as delicadas fronteiras existentes em muitos casos entre trabalho e lazer, não sendo possível a priori, sem o contato com a realidade empírica, estabelecer uma classificação taxativa. A título de exemplo, podemos citar outras ocupações em que esta zona cinzenta é frequente, como o profissional do esporte em geral, os artistas, o artesão e tantos outros mais que pairam nessa androgenia entre trabalho e lazer.

Outro fato interessante dessa entrevista foi que, se por um lado, o fato de que para Lucas jogar futebol profissional é um lazer, por outro, quando lhe perguntei o que mais lhe atrapalhava a usufruir outras atividades de lazer ele responde-me que era, além do tempo que passava na escola, o seu trabalho enquanto jogador profissional do Gama. Isso quer

⁴⁵ O perfil do morador da Estrutural também aponta para o sedentarismo: 91,22% dos moradores não praticam atividades esportivas, 2,59% praticam o futebol, 2,25% a caminhada, 2,08% a academia, 0,34% a corrida e 1,52% outros.

dizer que, a um só tempo, jogar futebol para ele é uma atividade de lazer, mas também é um trabalho propriamente dito quando lhe retira tempo livre que ele gostaria de utilizar em outras atividades de lazer como a prática de outro esporte, passear com a namorada no shopping, navegar pelas redes sociais etc.

Em alguma medida, De Masi em *O ócio criativo* aponta nessa direção ao defender a ideia segundo a qual sob o manto da sociedade pós-industrial mesclam-se trabalho, tempo livre, estudo e lazer. *“O futuro pertence a quem souber libertar-se da ideia tradicional do trabalho como obrigação ou dever e for capaz de apostar numa mistura de atividades, onde o trabalho se confundirá com o tempo livre, com o estudo e com o jogo”*. (De Masi, 2000. p. 8). E na mesma linha está em *O futuro do trabalho*:

O tempo sem trabalho ocupa um espaço cada vez mais central na vida humana. É preciso, então, reprojeter a família, a escola, a vida, em função não só do trabalho mas também do tempo livre, de modo que ele não degenere em dissipação e agressividade mas se resolva em convivência pacífica e ócio criativo. É preciso criar uma nova condição existencial em que estudo, trabalho, tempo livre e atividades voluntárias cada vez mais se entrelacem e se potencializem reciprocamente. (De Masi, 2003, p.25)

Um outro aspecto que já nessa primeira entrevista apareceu e ganhou relevo nas entrevistas subsequentes realizadas com outros garotos, diz respeito ao futebol enquanto uma prática de lazer de muitos dos garotos da Estrutural, todos os entrevistados foram enfáticos ao apontar a importância da prática do futebol como atividade de lazer favorita em suas vidas.

4.2 O lazer e a vulnerabilidade social dos jovens

Pude constatar ao longo da pesquisa, espalhadas pela cidade, a presença de quadras poliesportivas públicas destinadas à prática do futebol de salão, vôlei e basquete. Praticamente todos os moradores com quem conversei realçaram o uso regular destas quadras pelos jovens. Particularmente os garotos, relataram o uso destes espaços especialmente nos finais de tarde durante a semana e ao longo do dia nos finais de semana. Tive a oportunidade de verificar diretamente, e em diversas ocasiões, o uso destes espaços pelos jovens.

A cidade dispõe também de um Centro Olímpico destinado à prática de atividades esportivas as mais diversas contando com pistas de atletismo, campo de futebol de grama

sintética, quadras de futebol de salão, vôlei e basquete, piscinas para a natação, pista para caminhadas, uma espécie de paredão para escaladas, entre outros.

No Centro Olímpico as atividades esportivas são realizadas sob orientação de treinadores e, para terem acesso ao complexo é necessário estar devidamente matriculado e identificar-se à entrada para a vigilância da portaria. As atividades do Centro Olímpico concentram-se durante a semana de segunda a sexta-feira e, atualmente, não está funcionando nos finais de semana. Em visita ao lugar pude constatar que é também bastante demandado, especialmente pelo público jovem.

Partindo dessa constatação do uso regular tanto do Centro Olímpico quanto das quadras poliesportivas presentes na Estrutural, examinemos mais atentamente as relações inscritas entre o lazer e o desenvolvimento saudável destes jovens, bem como as relações entre poder público e comunidade no que tange aos espaços públicos destinados ao lazer.

Inicialmente, considerando uma primeira linha de análise, identificamos na Estrutural uma relação positiva entre espaços públicos destinados ao lazer e o desenvolvimento saudável dos jovens. Isso sugere que o desenvolvimento saudável dos jovens demanda o acesso a espaços destinados a atividades de lazer, sendo que a falta destes espaços potencializa a exposição destes jovens a situações de risco como o envolvimento com drogas lícitas e ilícitas e a violência juvenil.

Colocando de forma silogística, temos algo que se aproxima do tipo:

Se P (Acesso ao lazer) então Q (Desenvolvimento saudável dos jovens).

De modo que, se não temos P, ou seja, se não for garantido o acesso ao lazer não há como esperarmos Q, ao contrário, não teremos o desenvolvimento saudável dos jovens, um não Q.

Ainda, além do não Q ter-se-á a exposição dos jovens a situações de risco e, como isso não é desejável, recomenda-se o investimento em P (Acesso ao lazer).

Essa foi exatamente a conclusão de um estudo conjunto realizado por Castellá Sarriera, Tatim, Schell Coelho e Bücken (2007) ao pesquisarem o uso do tempo livre por adolescentes de classes populares. Nesse estudo, uma vez tendo identificado a falta de alternativas ao uso do tempo livre pelos jovens de classes populares, correlacionou a isso a possível exposição destes jovens a situações de risco, razão pela qual o estudo recomendou políticas públicas nesse sentido.

Em um estudo mais clássico, Gaelzer (1979) já sugeria essa relação positiva entre espaços públicos de lazer e hábitos saudáveis da juventude. Ao mesmo tempo, a carência destes espaços, favorece a delinquência juvenil. Assim, para ela “*a delinquência juvenil é regulada pela qualidade de lazer que cada cidade dispensa à sua mocidade*”. (Gaelzer, 1979, p. 72).

Em uma entrevista que fiz com Saulo, vigilante da portaria do Centro Olímpico e também morador antigo da Estrutural, ele igualmente ressaltou a importância dos espaços públicos destinados ao lazer da juventude, relatando-me a diminuição da violência na cidade após a construção do Centro Olímpico e das quadras poliesportivas comparando a Estrutural dos dias de hoje com a Estrutural mais antiga. “*Melhorou muito...era muito pior*”. Os outros moradores que tive a oportunidade de entrevistar em essência concordam com essa opinião geral de Carlos, considerando positiva a presença destes espaços públicos na cidade, destacando, inclusive, a precária infra-estrutura destinada ao lazer, chamando a atenção para a necessidade de investimentos com vistas a ampliar a oferta destes espaços públicos destinados não só ao lazer dos jovens como também ao lazer dos adultos.

Em resumo, esta primeira linha de investigação, confrontada com a realidade local, evidenciada seja nas entrevistas realizadas, seja em minhas próprias observações diretas feitas em visitas a estes espaços públicos, demonstra que há “espaço” para investimentos na diversificação das opções de lazer dos moradores da cidade, tanto no que tange aos jovens quanto no lazer dos adultos.

Uma outra linha de investigação, entretanto, não redutível ao modelo *Se P Então Q*, e seu derivado *Se não P Então não Q*, apesar de não lhe fazer oposição, mas, antes, apresentar-se com vistas a complementá-lo, surgiu quando visitei algumas das quadras poliesportivas para verem os garotos jogarem futebol.

Em uma dessas ocasiões, por exemplo, pude observar um grupo de uns 20 jovens, calculo que tivessem entre 12 e 20 anos, sendo uns 15 garotos e umas 5 garotas. Enquanto 9 desses garotos e uma das meninas jogavam futebol os outros 10 jovens assistiam à partida agrupados; sendo que destes 10 apenas uns 3 aguardavam ali a sua vez de jogar, os outros 7 assistiam mas não tinham a intenção de jogar.

Enquanto discretamente assistia à alegre partida juntamente com outros dois senhores de mais idade (40/50 anos) que ali também estavam, não pude deixar de notar o consumo de drogas no interior do grupo dos 10 jovens que assistiam à partida. Julguei

sensato não dirigir-me a esse grupo e importunar-lhes com perguntas do tipo “Quantos de vocês estão usando droga? Que droga é essa que vocês estão consumindo? É comum o consumo de drogas aqui na quadra enquanto vocês jogam? Vocês só consomem a droga aqui ou traficam também?”, afinal, se por um lado a cor da minha pele conferia-me uma espécie de identidade étnica com os moradores da Estrutural⁴⁶, por outro lado, estava mais do que evidente para aqueles jovens que eu não fazia parte do “pedaço”; e então, como o acesso ao grupo estava descartado, resignei-me a continuar apenas assistindo à partida por mais algum tempo⁴⁷.

São dois os elementos básicos constitutivos do “pedaço”: um componente de ordem espacial, a que corresponde uma determinada rede de relações sociais.

[...] Não basta, contudo, morar perto ou frequentar com certa assiduidade esses lugares: para ser do “pedaço” é preciso estar situado numa particular rede de relações que combinam laços de parentesco, vizinhança, procedência.

O termo na realidade designa aquele espaço intermediário entre o privado (a casa) e o público, onde se desenvolve uma sociabilidade básica, mais ampla que a fundada nos laços familiares, porém mais densa, significativa e estável que as relações formais e individualizadas impostas pela sociedade. (Magnani, 2003, p. 115-116)

Com vistas a ratificar essa questão do uso de drogas nestes espaços públicos destinados ao lazer dos jovens especialmente, lancei mão de outras fontes de informações, buscando junto aos moradores saber se de fato essa prática era regular e se estava presente em alguma medida nas outras quadras. Busquei ratificar esse fato também junto ao Administrador Regional da Cidade, o qual também tive a oportunidade de entrevistar. Todos foram unânimes em afirmar que ao menos o consumo de drogas era prática comum

⁴⁶ Segundo os dados da Codeplan, a população da Estrutural divide-se da seguinte forma: 53,83% declaram-se pardos ou mulatos; 27,87% brancos; 18,02% pretos e 0,28% amarelos.

⁴⁷ A minha prudência parece ter sido de grande valia, como eu viria a descobrir depois. Ao entrevistar uma jovem moradora, Lúcia, que reside em frente à quadra, ela relatou-me que ali naquela quadra, alguns meses antes já haviam assassinado 2 jovens. Em outra entrevista, um morador mostrou-se bastante desconfiado, sendo que ao primeiro contato ele já me indagou se eu era “cana” (designação popular para referir-se à polícia) e pediu para que eu mostrasse-lhe a minha carteirinha da universidade; talvez aquele tenha sido o melhor uso que já fiz com a minha carteirinha; desde então trago-a sempre comigo como um amuleto sagrado.

por alguns jovens, como que infiltrados/misturados nas quadras poliesportivas com objetivos outros que não apenas o jogo de futebol.

Diante desta constatação, percebi que o modelo *Se P Então Q* não comportava a dinâmica social presente na relação entre o lazer daqueles jovens e o espaço público por eles utilizados. Com isso quero dizer que os espaços públicos destinados ao lazer dos jovens são necessários, mas não suficientes para garantir o seu desenvolvimento saudável. Aliás, tratam-se de condições necessárias e por demais importantes, mas seguramente outras variáveis também concorrem para um desenvolvimento sadio dos jovens. Como o objeto deste estudo é o lazer, restringiremos a averiguar por que tem ocorrido essa situação de desvio parcial de finalidade do bem público destinado ao lazer.

Como já vimos, essa intervenção do poder público proporcionando espaços de lazer à juventude é por demais importante e necessária. Cabe-nos então explicar essa finalidade diversa no uso destes espaços que vem ocorrendo na Estrutural e os seus efeitos na comunidade.

Ao que parece-nos a maioria dos jovens que vão a estas quadras buscam o esporte fundamentalmente. Todavia, como as entrevistas revelaram, o fato destes jovens que vão às quadras tendo como um dos objetivos consumir drogas acaba por erguer uma barreira ao uso destes espaços por outros jovens que não têm esse propósito, comprometendo em alguma medida a finalidade da política pública. Explico-me, o pai de um garoto, por exemplo, ciente do consumo de drogas nestes espaços e temeroso quanto à possível má influência sobre o filho, confessou-me que proibiu o filho de frequentar estas quadras: “Tirei ele de lá (da quadra)...não deixo mais ir.” Outros pais, na mesma linha, revelaram-me preocupações semelhantes. Além dessa preocupação para os pais que acaba levando muitos deles a proibirem os filhos a frequentarem as quadras, há o fato também de o próprio jovem sentir-se constrangido em ir às quadras praticar uma atividade esportiva sabendo que ali é um ponto de consumo de drogas, o que leva muitos deles a descartarem essa importante opção de lazer.

Entrevistei Daniela, uma garota de 16 anos, a qual disse que, assim como muitos de seus amigos, frequentava as quadras para praticar alguma atividade esportiva e que o fato do consumo de drogas nestes espaços não lhe afetava, como ela disse “*Vou pra lá (para a quadra) pensando apenas em jogar vôlei*”. Contudo, sabemos que nem todos os jovens têm uma cabeça como a de Daniela. A sua própria condição de desenvolvimento

bio-psíquico e social combinada com a necessidade de afirmar-se na sociedade perante seus pares, torna-o vulnerável, suscetível a influências as mais diversas, especialmente aquelas provenientes frequentemente de seus próprios amigos, com os quais partilham uma identidade social comum.

Adicione-se a isso o fato de que muitos dos pais destes jovens trabalham praticamente durante todo o dia, o que por si só constitui-se como um empecilho para um acompanhamento mais próximo e efetivo do que os seus filhos fazem durante o dia quando não estão na escola.

Nesse sentido, nota-se o desvirtuamento parcial da finalidade destes espaços, os quais, idealizados para a prática de um lazer saudável voltado ao público jovem especialmente, têm sido utilizados também para a prática de atividades indesejadas e ilícitas, especialmente quando se considera o ponto de vista do poder público instituído. Isso nos conduz de volta às questões de por que isto acontece e o que pode ser feito?

Depreendi da entrevista realizada com o Administrador Regional da Cidade, Sr. Pedro da Silva, morador da cidade há mais de 20 anos, que a chave explicativa para essa situação reside na negligência por parte do poder público ao longo dos anos quando das intervenções no espaço urbano, permitindo a apropriação privada dos espaços públicos para fins particulares – fato esse que confunde-se com a própria história da Estrutural – combinada com a não apropriação desses espaços por parte da comunidade mais ampla.

“O usuário de droga, o traficante, ele busca muito ocupar os espaços onde é mais frequentado. Ele busca se misturar ao cidadão de bem para que ele não seja identificado.

Quando eu digo que o poder público ele faltou com uma proposta de políticas públicas ao longo dos anos a Estrutural ela foi concebida de uma forma...eu diria irregular e os gestores que aqui chegaram eles se preocuparam muito em não ter atrito com a comunidade; e quando ele diz eu não quero ter atrito, ele permite que aqueles que se manifestam, sejam com ações violentas, sejam com o intuito de liderança comunitária, eles se sobressaem sobre a grande parcela, sobre a massa da comunidade, que de fato deveriam tomar posse, deveria ser trabalhada.

[...] Estamos tendo algumas dificuldades justamente por conta dessa falta de empoderamento do Estado, a falta de compromisso e responsabilidade do Estado com o bem público.”

O próprio administrador regional, como visto, reconhece os equívocos cometidos nas intervenções do poder público no espaço urbano ao longo dos anos passados, e isso também se aplica nas políticas públicas voltadas para o lazer.

Como resultado de minhas observações diretas, por exemplo, constatei que em algumas destas quadras poliesportivas não existe uma presença permanente do Estado, seja mediante o funcionamento de um posto policial, um centro comunitário ou algum outro espaço que associe outros interesses públicos da comunidade. Da mesma forma, ainda que se tenha pensado, parece não existir uma política de manutenção destes espaços e dos equipamentos públicos a eles acoplados, haja vista o grau de deterioração em que se encontram.

Aliás, no que se refere à deterioração dos espaços públicos, é importante ressaltar que, são resultado de uma combinação de fatores: de um lado, tem-se a depredação praticada por alguns moradores, em uma espécie de enfrentamento do poder público por intervir em uma área que até então era posse de particulares, como relatou-me o administrador regional e praticamente todos os entrevistados; de outro lado, resultam da depreciação natural do bem público acompanhada da falta de uma manutenção regular por parte do poder público; e tem-se ainda, como já foi dito, a leniência do poder público em não se fazer presente nos próprios espaços públicos por ele criados e que demandam sua presença.

Com isso, abre-se espaço para a apropriação privada dos bens públicos de uso coletivo, inclusive naqueles destinados ao lazer sendo as quadras poliesportivas apenas um exemplo, prejudicando, desviando a finalidade, quando não comprometendo totalmente o alcance da finalidade desse tipo de política pública.

“A gente tem o parque urbano da cidade que existe uma proposta de criação de parque, e aí se deu o título de parque urbano mas não se implementou nada praticamente. Colocou ali em torno de 1500 metros de ciclovia, colocaram-se lá duas PECs (Pontos de Encontro Comunitários), um playgroundzinho, construiu-se dois banheiros e duas guaritas com mais uma sede administrativa, mas não se efetivou segurança, limpeza, a própria roçagem frequente, uma terraplanagem de forma que adequasse o espaço do parque de fato com essa visão de urbano onde quem chega tem uma visão geral dos equipamentos que tem dentro do parque. Hoje a gente tem um parque que foi depredado em

100%, tanto os equipamentos que foram construídos, como na parte da manutenção que era pra ter se dado”

Nesse ponto, é importante destacar a dificuldade encontrada pelo poder público em estabelecer uma sintonia com a comunidade, se é que tenham sido feitas tentativas nessa direção, no sentido de conscientização no que diz respeito à preservação dos bens públicos, especialmente aqueles destinados ao lazer dos próprios moradores.

O fato é que a própria história da Estrutural é marcada pelos frequentes embates entre o Estado – muitas das vezes representado pela força policial e agências de fiscalização – e os moradores, cujo epicentro do confronto, desde as origens da cidade, esteve relacionado à luta pela posse da terra e conseqüente direito à moradia, direito à cidade, o que pode ser visto em *Área de risco ou área de rico: teorias sobre política, direito e respeito na Cidade Estrutural* (Santos, 2013).

Tangenciando essa questão, uma vez que apesar de não constituir-se enquanto objeto deste estudo tem reflexos diretos nele, limito-me a registrar que possivelmente ao longo da história da cidade foi-se construindo no imaginário dos moradores a ideia de um Estado como sinônimo de força, Estado policial, o qual não só foi relutante em garantir o direito à moradia para estas pessoas naquele espaço que foi gradualmente se enchendo a contragosto dos gestores públicos e de interesses privados, como também em muitas ocasiões, nas conhecidas ações de reintegração de posse, fazia uso reiterado da força policial.

Basta dizer que ainda hoje, mesmo entre os moradores mais antigos (10/20 anos de Estrutural), muitos são os que ainda não têm regularizadas as suas moradias. Junte-se a esses ainda, novos moradores como os das Chácaras Santa Luzia, uma extensão da própria Estrutural adjacente ao Centro Olímpico e já nas proximidades do Lixão, área constituída predominantemente por barracos e sem qualquer infraestrutura urbana. Eu mesmo pude presenciar coincidentemente, no dia 1º/3/2016 quando fui entrevistar o Administrador Regional, uma incursão policial a este local com vistas a uma ação de reintegração de posse. Os moradores receberam os policiais, na avenida que faz frente para a ocupação, com uma barricada construída de pneus, aos quais atearam fogo para dificultar o acesso das viaturas; os policiais responderam com gás lacrimogêneo, realização de prisões e derrubada inclemente de barracos.

Essa mescla de sociedade civil com o poder público ela tem que se dá de uma forma ordeira e organizada porque os dois juntos...exatamente...tem que tá em sintonia...[...]

E tem que haver essa quebra de cultura porque a gente tá falando aqui que existe necessidade na cidade é de quebrar essa cultura de que o poder público é uma ameaça. Aqui as pessoas acham que a polícia militar ela é a inimiga da população. Aqui as pessoas acham que a Secretaria de Esportes não trabalha com afinco pra desenvolver as atividades aqui. Pelo outro lado você não tem grupos organizados de atletas que cobrem os seus direitos pra que o poder público chegue (Trecho com transcrição comprometida. Acredito que seja: “até essas pessoas”)

Em resumo, fica clara a importância do lazer para o desenvolvimento sadio das pessoas e do jovem neste particular e, no caso da Estrutural, não só com relação aos atuais espaços de lazer ali existentes como as quadras poliesportivas e o Centro Olímpico, mas pensando nos futuros espaços públicos que venham a ser construídos com essa destinação, haja vista que todos os entrevistados, inclusive o administrador regional, mostraram-se insatisfeitos com a atual oferta de opções de lazer presente na cidade sinalizando a necessidade de ampliação e diversificação da oferta de bens públicos, faz-se necessário que o poder público esteja atento aos equívocos listados no caso das quadras esportivas, que também se repete em menor medida também no Centro Olímpico, alvo de depredações e que inclusive podem ocorrer em outros espaços públicos.

Ou seja, não basta a instalação de equipamento públicos destinados ao lazer como quem diz “Está feito, agora vocês são os responsáveis”. A oferta destes bens públicos deve vir acompanhada, entre outras coisas, de um plano de manutenções periódicas ante a depreciação natural do bem público, com vistas à sua conservação e prolongamento da vida útil; de um trabalho permanente de conscientização da população com vistas à preservação do patrimônio público como um bem para usufruto de todos, utilizando-se, por exemplo, de campanhas educativas realizadas em parceria com escolas públicas; da implantação destes espaços de lazer integrados com outros espaços destinados, por exemplo, a manifestação de atividades artístico-culturais; da presença do Estado nestes espaços, não só via ação policial mediante patrulhamento, instalação de postos de polícia e a realização das conhecidas “buscas” ou “baculejos”, mas com ações simples como a

promoção de competições esportivas com distribuição de premiações simbólicas, a realização de eventos comemorativos que reúna os moradores, etc. Certamente, essas e outras medidas poderão ser sugeridas pelos próprios moradores em um esforço de aproximação do Estado com a comunidade, naquilo que o administrador chamou de “*quebra de cultura,*” sobretudo quando da implantação de novos projetos relativos ao lazer.

Desse modo, acreditamos sim que a disponibilização de espaços públicos destinados ao lazer não só dos jovens mas também dos adultos, no caso da Estrutural particularmente, contribui para um desenvolvimento saudável, em consonância com as funções do lazer apontadas por Dumazedier, contudo, é tarefa dos gestores públicos e da própria comunidade envolvida cuidarem para que estes espaços não tenham o seu uso desvirtuado como o caso aqui analisado. Dito de outro modo, o acesso ao lazer é uma das condições necessárias para um desenvolvimento saudável, assim como existem outras que não são objeto deste estudo, e mesmo essa condição para que seja considerada plenamente satisfeita deve vir cercada de uma série de cuidados a fim de alcançar a finalidade a que se propõe relacionada às funções do lazer, uma delas o desenvolvimento saudável da personalidade.

4.3 O jogo das três bolas

Qualquer um que se aventure pelo intrincado labirinto das vielas que constituem a Estrutural, ainda que não perceba mais nada, não deixará de notar duas coisas: a incontável presença de bares de um lado e de igrejas, maciçamente evangélicas do outro. Convivem ali lado a lado ou frente a frente em uma mesma rua em muitas das vezes, o sagrado e o profano, travando uma intensa luta para obter o triunfo sobre as almas. Sobre a relação das igrejas e o lazer da Estrutural falarei adiante. Por hora, cuidemos do profano.

Os vários adultos que entrevistei foram unânimes em reconhecer que a frequência a bares e estabelecimentos congêneres é um lazer comum dos moradores da Estrutural, especialmente nos finais de semana. Inicialmente, há que se fazer a merecida distinção, há aqueles mais requintados que combinam bar-lanchonete-restaurant, há outros que mesclam bar com casa de shows e há os em maior número que mais se aproximam do popular “copo sujo”. Foi exatamente em um desses últimos, o mais frequentado da cidade, que um de meus informantes levou-me para conhecer um dos lazeres prediletos de muitos dos homens da Estrutural, a prática do jogo das três bolas.

Como eu já havia andado muito pela cidade e observado à distância atentamente estes bares, não esperava ver nada que pudesse causar surpresa, esperava encontrar ali homens ingerindo bebidas alcoólicas, sentados em volta destas mesas típicas de bares com quatro cadeiras, conversando com amigos ou alguma mulher etc. uma vez mais fui surpreendido pela riqueza da vida cotidiana.

De saída, tratava-se de um bar tipicamente masculino, havia num espaço exíguo de não mais que 12 m² no qual pelo menos trinta homens se espremiavam e se acotovelavam sem a presença de uma única mulher. Desse pequeno compartimento sem nenhuma ventilação exceto aquela que irrompia pela porta de entrada de uns 3 metros de largura por uns 2 de altura, estendia-se em direção à calçada uma pequena varanda suficiente para cobrir pouco mais que a mesa de sinuca que ficava abaixo, e era ali que estava a grande atração do bar.

Diferentemente também do que eu imaginara, o consumo de bebida alcoólica ali não era nem de longe o principal motivo da maioria daqueles homens que ali se espremiavam debaixo de uma tenda sob um calor que ao meio dia beirava os trinta graus estarem no bar. É verdade que muitos deles estavam bebendo sim, mas a atenção recaía eminentemente sobre a mesa de sinuca.

O jogo das três bolas é bem simples, como ensinara o meu informante e como em poucos minutos eu notara por mim mesmo, colocam-se 3 bolas de bilhar em uma das extremidades da mesa e mais o conhecido bolão na outra extremidade. Jogam de cada vez 2 jogadores, sendo que o objetivo do jogo é como eles dizem “matar a última bola” e evitar que, nessa “tacada” que mata a última bola o bolão venha a se “suicidar”⁴⁸; quando isso acontece, a vitória fica não com o jogador que matou a última bola mas com o seu adversário, uma espécie de “ganhou mas não levou”. É comum o início da partida ser definido por algum critério do tipo “tirar a sorte” em um par ou ímpar, por exemplo. Passa-se a vez ao adversário sempre que o jogador “erra a tacada e não mata bola”. O jogador que perde a partida cede a vez para um novo desafiante.

Uma vez iniciado o jogo, a tensão toma conta de todo o ambiente, não só dos jogadores, mas de toda a plateia, os conhecidos “sapos”, que ficam por ali, em volta da mesa, “sapiando.” Não bastasse a carga de adrenalina, estresse, ansiedade, tensão, que

⁴⁸ Quando o bolão suicida-se durante a partida aquele que deu causa a isso perde também, da mesma forma quando o bolão suicida-se na tacada que mata a última bola.

acometem os jogadores em geral, multiplique-se o impacto no psiquismo desses jogadores inveterados o fato de jogarem “*apostado*”, ou seja, cada partida tem como prêmio um valor em dinheiro o qual, tendo-se como referência a renda média dos moradores da Estrutural, pode-se dizer que joga-se com valores expressivos. Nas partidas que observei cada jogador apostava entre R\$ 10 e R\$ 20 reais.

A cada tacada, a depender de seu sucesso ou fracasso, lia-se nos rostos daqueles homens as mais distintas emoções: alegria, tristeza, sensação de superioridade, bem-estar, poder, humilhação, desprezo, inveja, cobiça e por aí vai. Vi, por exemplo, que um dos jogadores tidos ali como um dos melhores, em uma de suas partidas, com uma única tacada matou a primeira bola – um discreto sorriso, quase imperceptível no canto da boca -; duas bolas restaram na mesa. Fez um cálculo para matar a segunda “*ajeitando o bolão*” para matar a terceira e ganhar o jogo. Dá a segunda tacada e mata a segunda bola – o brilho nos olhos é visível -; contudo, o bolão passa um pouquinho do ponto para matar a terceira bola – uma pontinha de desapontamento - ; acredita que pode superar esse imprevisto, então, toma um pouco de ar e tenta finalizar o jogo, erra a tacada – afasta-se da mesa furioso consigo mesmo, sabe que perdeu antes mesmo do oponente preparar-se para matar a última bola. E tudo isso se passou em menos de 5 minutos, em uma experiência sensitiva só conhecida por quem alguma vez já se entregou ao jogo.

Nessa mesma partida, vejamos como o vencedor a acompanha. De início ansioso, pelo simples fato de o início da partida já conferir certa vantagem a quem “*dá a saída*”. O oponente então mata a primeira bola – o vencedor bate a ponta do taco no chão de concreto com a face rígida; o vencedor torce para que o cálculo de seu oponente não seja executado com perfeição na tacada da segunda bola para que então possa ter alguma chance, ao contrário, perde sem por a mão no taco. O oponente mata a segunda bola – o vencedor em uma fração de segundos, enquanto o bolão ainda rolava mansamente sobre a mesa, morde os lábios aflitos mas, quando o bolão estaciona, um sorriso sutil aparece em seu rosto, sabe que o bolão não parou onde o oponente desejava, na posição perfeita para finalizar o jogo, era a chance que esperava, agora, respira mais aliviado esperando pelo erro do oponente, e ele vem na terceira tacada, o vencedor não consegue mais disfarçar o prazer estampado em sua face. É então que pega o taco, passa um pouco de giz na ponta, descansa o cigarro no canto da boca e, sem grandes dificuldades, encaça a terceira bola resguardando-se para

que o bolão não suicide. Recolhe o prêmio da aposta depositado na lateral da mesa e enfia no bolso enquanto espera pelo próximo adversário.

Mas por que este jogo cativa tanto a plateia, “*os sapos*”? Sensações não menos intensas experimentadas pelos jogadores são também paralelamente vividas pelos expectadores. É que, enquanto os jogadores se digladiam em uma busca agonística da glória à moda do *Homo ludens* de Huizinga, os sapos fazem as suas próprias apostas em qual dos jogadores eles acreditam que vá vencer, o que quer dizer que os sapos também estão inseridos no jogo, eles também jogam. Ou seja, enquanto aguardam a vez, eles apostam entre si. Estas apostas são “organizadas” por algum dos expectadores que fica responsável por recolher os palpites e os valores apostados. Na ocasião, tratava-se de um simpático velhinho de cabelos brancos como a neve que deveria ter por volta dos 65 anos de idade. A todo o momento, ele não se cansava de dar voltas em torno da mesa convidando os expectadores a fazerem suas apostas, com olhos de ave de rapina penetrantes atrás dos óculos prontos para identificar novas presas.

É impressionante notar que, tão logo se inicie uma partida, as quais duram menos de 10 minutos, principalmente os jogadores, mas também boa parte dos expectadores, interrompem o seu gole de cerveja, descansam o cigarro entre os dedos e os olhos fixam-se atenciosamente sobre a mesa, que mais parece uma arena medieval. Por alguns minutos, que se repetem ao longo do dia e que se prolongam por alguns anos – como revelou-me o meu próprio informante, ele próprio, outrora por 7 anos, um jogador – o mundo ao redor definitivamente fica em suspenso para estes homens.

É nestas bancas de sinuca que muitos destes homens passam boa parte de seu tempo livre especialmente nos finais de semana. O fato de envolver dinheiro, embora para eles esse aspecto do jogo não seja o mais significativo, traz consequências para as quais é preciso chamar a atenção. Muitos deles gastam ali, ao longo de um dia, ou mesmo do final de semana inteiro, nesse jogo em que se perde e ganha e que pouco leva em conta a ideia de justiça, quantias expressivas de seus orçamentos familiares, haja vista que a maioria são pessoas casadas, com famílias constituídas.

Considerando-se que se trata de um contexto de extrema vulnerabilidade social onde a renda média das famílias é uma das menores do Distrito Federal, esse lazer de fim de semana para muitas esposas e filhos pode significar o não atendimento de necessidades básicas da família relacionadas, por exemplo, com a alimentação, o vestuário, uma

melhoria na casa etc. É comum diante destas mesas lê-se nos rostos dos perdedores a completa frustração, provavelmente este é o momento em que despertam e deparam-se com o mundo real, quando o retorno para casa significa encarar a mulher e os filhos e arrepende-se pelo dinheiro perdido.

Mas também não se trata apenas de dinheiro que se perde ali, aliás, em muitos casos, o dinheiro circula entre os jogadores ao longo do dia, noite, e às vezes do final de semana inteiro, em um “*constante perde e ganha*”. É muito provável que o que mais se perca nestas partidas seja o próprio tempo em si mesmo.

Mas o fato é que o jogo das três bolas seduz muitos desses homens como o canto das sereias alucinou Ulisses, o qual só não se lançou ao mar para se juntar a esse canto doce, suave e mortal porque antes ordenara a seus próprios marujos que o amarrassem ao mastro de seu barco. Como não é possível acabar com as bolas e nem amordaçar as sereias para que deixem de cantar, é preciso refletir sobre o modo como evitar que muitos desses homens se entreguem ao jogo de modo tão inveterado.

4.4 Um estabelecido

A um primeiro contato, Marcos⁴⁹, 49 anos, parece apenas mais um morador da Estrutural, cujas características gerais fazem com que sua personalidade se dissolva entre as mais de 35 mil almas que ali habitam. Casado com Maria, evangélico, pai de três filhos, ele trabalha por conta própria em um pequeno negócio de conserto de aparelhos eletrodomésticos; a esposa, possui uma pequena loja de roupas usadas contígua à residência em que habitam, sendo a renda familiar proveniente destas duas atividades, girando entre 1 e 2 salários mínimos.

Ou seja, o seu perfil geral perde-se em meio às estatísticas da Estrutural segundo os dados da Codeplan que apontam para a população: 41,78%, a maioria, concentrada na faixa etária entre 25 e 59 anos; 43,15%, também maioria, são casados ou vivem em união estável; 46%, também maioria, são evangélicos; média de 3,95 pessoas no domicílio, na casa deles convivem 5 pessoas; 43,22% é o número daqueles que trabalham por conta própria, praticamente o mesmo percentual daqueles que trabalham com carteira de trabalho, 44,12%; a renda da família também é praticamente idêntica à renda domiciliar média mensal para a localidade de 2,16 salários mínimos.

⁴⁹ Nesta entrevista, tive que valer-me apenas de minhas próprias anotações uma vez que o entrevistado não permitiu a gravação da conversa.

Por outro lado, rompendo a frieza dos números, um aspecto singular chamou-me a atenção. Ao indagar Marcos sobre a principal prática de lazer sua e de sua família – pude constatar que o lazer do homem/mulher casado/união estável está diretamente ligado ao lazer da família em contraposição ao lazer do indivíduo – ele fez questão de sublinhar o lazer relacionado à família, como assistir à TV, conversas familiares e frequência aos cultos de sua igreja⁵⁰.

E ainda mais interessado fiquei quando perguntei a Marcos se o modo como ele e sua família usufruíam o seu tempo livre/lazer era igual ou mesmo parecido com o modo como outros moradores da Estrutural usufruíam seu tempo livre/lazer. E se diferente, se conseguiria explicar-me o porquê das atividades de lazer de sua família serem diferentes das atividades de lazer dos outros moradores. Ao que, com ainda mais ênfase, ele respondeu: “*É bem diferente.*”

Tentei entender o que ele exatamente queria dizer com este acentuado “*É bem diferente*”. Ele acrescentou que se tratava de privilegiar o fortalecimento das relações familiares, a proteção da família, seja assistindo a uma programação na TV juntamente com a família e voltada para a família, seja indo com regularidade à igreja também com a família.

Outro aspecto que pude depreender deste “*É bem diferente*”, é que Marcos atribuía-lhe uma condição de status social superior às condições de vida da maioria da população, como ele dizia, “*É que a Estrutural ainda é uma comunidade deteriorada*”. Ao longo da entrevista foi ficando clara a intenção de Marcos de deixar explícito que, apesar de morar na Estrutural e já há bastante tempo, mais de 10 anos, ele possuía a nítida percepção de não só gozar de uma posição social de maior prestígio, talvez por conta da condição de empresário pouco importando as pequenas dimensões dos negócios da família, como também de cultivar valores morais mais elevados por assim dizer, ao menos sob sua ótica. E, ao destacar esta suposta superioridade ele acabava automaticamente por rebaixar a maioria dos demais moradores, muitas das vezes relacionando-os à violência, consumo de drogas e coisas do tipo.

50 Tratarei adiante de forma mais detida o lazer relacionado à TV bem como a relação entre lazer e religião.

Atento às diferenças não raro existentes entre a realidade observada e amparada pelos fatos e a realidade contada/expressa pelos moradores, e por esse em particular, analisemos o caso com mais atenção a fim de compreender as razões que levam esse homem a considerar o seu lazer e de sua família como não só diferente, mas também de uma natureza mais elevada perante a comunidade mais ampla.

Magnani, em pesquisas que se desdobraram de seu clássico estudo sobre o lazer nas periferias da cidade de São Paulo realizado nos anos 1980 ao pesquisar as sociabilidades engendradas nas regiões centrais dessa cidade, marcadas pelo anonimato e impessoalidade típicos dos grandes centros urbanos, faz uma interessantíssima observação:

Foi possível constatar que os frequentadores desses “pedaços do centro” não necessariamente se conhecem (como ocorria no bairro), mas se reconhecem: venham de onde vierem, trazem na roupa, na postura corporal, na linguagem, os sinais exteriores de seu pertencimento.
(Magnani, 2003, p. 12)

Com isso Magnani quer dizer que o anonimato da vida urbana dos grandes centros metropolitanos não significa que as pessoas não se reconheçam enquanto pertencentes a um mesmo estrato social, os seus corpos denunciam a sua identidade de classe.

Ora, com Marcos parece ocorrer exatamente o oposto. Em razão de estar na cidade já há algum tempo e da própria atividade que a família exerce, ele conhece boa parte de sua população, mas não se reconhece no perfil geral desta população, e isso vale para o lazer de sua família, manifestando assim uma posição ambígua de sua identidade social, expressando a ideia de que apesar de morar lá não partilha exatamente dos valores morais comungados pela maioria da população.

O interessante é que não só o perfil geral de sua família como os valores que ele fez questão de enfatizar referentes ao lazer de sua família, relacionados à TV, família e religião são muito parecidos com a vida cotidiana da maioria dos moradores, como pude constatar em outras entrevistas, embora ele não reconhecesse esta sua identidade social.

Na sociologia das relações de poder de Elias e Scotson temos elementos para compreender melhor a situação de Marcos. Os autores propõem que as relações de poder na figuração estabelecidos-outsiders manifestam-se em decorrência da forma como os estabelecidos concebem tanto a sua própria autoimagem quanto a dos outsiders. Os

estabelecidos formulam sua autoimagem tendo como referência a “*minoría dos melhores*”, ou seja, há uma idealização na medida em que classificam a si mesmos de modo generalizado como uma classe humana superior. De outro lado, concebem a autoimagem dos outsiders tendo como referência a “*minoría dos piores*”, o que quer dizer que há uma inferiorização/depreciação uma vez que rebaixam a condição humana dos outsiders também de modo generalizado.

No caso estudado por Elias e Scotson na idiossincrática cidade inglesa de Winston Parva no final dos anos 1950, a chave explicativa para os diferenciais de poder ali observados repousava na antiguidade dos diferentes moradores daquela pequena comunidade (antigos e recém-chegados) e a coesão grupal a ela relacionada, a qual era inexistente no caso dos recém-chegados.

[...] Como indica o estudo de Winston Parva, o grupo estabelecido tende a atribuir ao conjunto do grupo outsider as características “ruins” de sua porção “pior” – de sua minoria anômica. Em contraste, a auto-imagem do grupo estabelecido tende a se modelar em seu setor exemplar, mais “nômico” ou normativo – na minoria de seus “melhores” membros. Essa distorção *pars pro toto*, em direções opostas, faculta ao grupo estabelecido provar suas afirmações a si mesmo e aos outros; há sempre algum fato para provar que o próprio grupo é “bom” e que o outro é “ruim”.

[...]

[...] A reputação dos “estabelecidos” era engrandecida por um pequeníssimo número de famílias “socialmente superiores”, enquanto a dos “outsiders” era decisivamente marcada pelas atividades de seu setor “mais baixo”. (Elias & Scotson, 2000, p. 22-23 e 56)

Os autores mostram ainda que, numa figuração estabelecidos-outsiders, pouca importância tem aos olhos dos estabelecidos se os outsiders, de fato, personificam o valor humano inferior que lhes é atribuído. Uma vez estigmatizado enquanto outsider, reproduz no imaginário do estabelecido a condição humana inferior do outsider, mesmo a despeito do que revelam os fatos sobre o seu comportamento efetivo.

[...] Mas a imagem feita por esta sugeria que o loteamento era uma espécie de favela, habitada por uma gente rude que vivia barulhentosamente, com suas multidões de filhos incontroláveis, em casas

malcuidadas. O que de fato se encontrava ali, a “realidade”, diferia consideravelmente dessa imagem.

[...] Como muitas vezes acontece, a imagem era uma representação altamente simplificada das realidades sociais. (Elias & Scotson, 2000, p. 115)

Um estudo realizado por Velho em Copacabana no Rio de Janeiro também traz contribuições elucidativas para compreendermos o status social diferenciado que Marcos atribuía a si e à sua família.

Ao estudar o comportamento desviante em dois edifícios residenciais no bairro de Copacabana, Velho observa pesar sobre estes prédios um forte estigma impingido pela vizinhança que vê ali locais “*pouco familiares*”, “*má fama*”, “*turbulentos*”, “*moradores de posição social inferior*”, “*peças porcas, sem educação*”, “*gente de favela*”, “*antro de marginais*” etc. Ou seja, uma vizinhança de um bairro nobre atribui de forma generalizada uma identidade social inferiorizada a moradores de dois prédios vizinhos seus como forma de estabelecer um distanciamento social a despeito da proximidade geográfica.

De sua parte, os moradores de ambos os prédios concordam em atribuir os problemas e a má fama desses locais a supostas prostitutas e homossexuais que ali vivem, apesar de não haver evidências de que estes sujeitos são de fato responsáveis pela turbulência. Isto quer dizer que existem indivíduos desviantes no interior de um grupo desviante. Dito de outro modo, os moradores desses edifícios querem usufruir o prestígio social de morarem em um bairro nobre do Rio de Janeiro, mas como pesam sobre si de forma generalizada um forte estigma imposto pela vizinhança de outros prédios, são levados a classificar determinados indivíduos em particular de seus próprios prédios como a causa de todos os seus males. Em uma palavra, incapazes de reagir desconstruindo o estereótipo posto sobre si de modo geral pelas elites, os moradores dos dois prédios, mediante a ação de seus *empreendedores morais*, vivificam o estigma, legitimando-o em um nível específico.

[...] Insisto que a condição de desviante não é intrínseca a um indivíduo mas é produto de uma relação social como mostra Howard Becker. Ou seja, uma pessoa ou pessoas são identificadas ou acusadas de desviantes por um grupo, havendo uma relação entre os desviantes e os não desviantes. No caso estudado as pessoas de fora dos prédios não

especificam, de um modo geral, indivíduos desviantes nos prédios, limitando-se a rotular, em geral, a sua população. Mas, dentro dos edifícios, revela-se como mecanismo fundamental a identificação de certos indivíduos específicos como sendo impuros, responsáveis pelos problemas e notoriedade do lugar onde moram e como permanente ameaça ao bem estar de seus vizinhos. [...] (Velho, 2012, p. 143)

Após cotejar essas contribuições da sociologia do desvio e das relações de poder de Elias e Scotson e também de Velho com as percepções de Marcos e nossas próprias observações daquela localidade é possível esboçar uma compreensão desta realidade social que se nos apresentou.

Primeiramente, chegamos à conclusão de que o esforço de Marcos em apresentar-se como microempresário, cultivar com sua família valores morais distintos daqueles compartilhados pela maioria dos moradores da Estrutural, demarcar uma fronteira entre o seu lazer e de sua família e o lazer dos demais moradores da Estrutural, deve-se a uma busca por prestígio, por status social, uma busca por diferenciais de poder naquela comunidade. Ele fazia questão de sublinhar a singularidade sua e de sua família, distinguindo-se da multidão, afirmando uma identidade construída no núcleo familiar em oposição a uma identidade social. É difícil dizer os ganhos reais e simbólicos auferidos por esta família ao projetarem uma autoimagem positiva de si mesmos, mas é possível cogitar que o sonho de se tornarem empresários bem sucedidos faz com que orientem seu modo de vida segundo valores próprios de uma classe social superior que têm como meta alcançar, daí o seu modo de ser e viver, da perspectiva de Marcos, ser *“bem diferente”*.

Em segundo lugar, ainda mais importante que esta busca por prestígio e status social, com o que colocam-se juntamente com a *“minoría dos melhores”*, está o fato de não quererem ser identificados e nem mesmo estar próximos da *“minoría dos piores”*. Em outros termos isso significa dizer que à proximidade geográfica é preciso responder com o distanciamento social, como que dizendo moro aqui, mas não compartilho dos mesmos valores. Em última instância, vejo que se trata de um caso exemplar de estigma do endereço. O próprio Marcos em uma fala emblemática deixa isto bem claro. *“Acontece qualquer coisa (ele quis dizer crime) lá no Lago Sul e logo logo tá cheio de helicópteros (helicópteros da polícia sobrevoando a Estrutural) aqui na Estrutural”*.

Ao estabelecer as fronteiras do seu lazer e de sua família, de seu modo de ser e viver, ante a comunidade ampliada da Estrutural, Marcos como que foge do pesado estigma que frequentemente pesa sobre comunidades pobres como a Estrutural e, se não é possível ocultar o endereço, o fato de que é um morador da Estrutural, que fique claro que não se partilha de valores morais inferiores supostamente praticados por parcela expressiva da população relacionados à violência, drogas, sujeira, barulho, condição de favelados etc.

Em síntese, Marcos age de modo semelhante aos moradores dos prédios narrados por Velho, vítima de um estigma imposto à Estrutural de forma generalizada e incapaz de combatê-lo, ele protege a si e à sua família situando-se em um patamar mais elevado, projetando uma autoimagem positiva com vistas a neutralizar qualquer tentativa de vincular a si e à sua família a aspectos da vida social daquela comunidade marcados pelo estigma.

4.5 Um outsider

A atividade de reciclagem de materiais, os mais diversos possíveis, dentre eles plástico, papelão, alumínio, cobre, ferro velho, etc. é constituinte da própria identidade histórica da Estrutural. Já foi dito que a cidade teve início com a ocupação irregular de áreas públicas por trabalhadores que se dirigiam diariamente ao conhecido lixão e por lá foram erguendo seus barracos e ficando, em um longo processo de lutas pela apropriação da terra⁵¹ e conquista do direito à moradia.

Ainda hoje, mais de 20 anos depois do início das ocupações, continua bastante expressivo o número de trabalhadores dedicados a essas atividades. Embora seja difícil contabilizá-los com precisão, uma vez que àqueles que trabalham devidamente formalizados sejam em cooperativas, associações ou empresas privadas, juntam-se um número indecifrável de trabalhadores que trabalham na reciclagem por conta própria, na informalidade, ainda assim, os dados da Codeplan fornecem-nos uma pista, de toda a população ocupada na Estrutural, a parcela mais expressiva concentra-se nos serviços gerais, 38,32%. Infelizmente não é possível saber a decomposição desse dado, todavia, a partir de observações diretas e entrevistas com moradores, parece-nos bastante razoável crer que parcela expressiva da população está ocupada nas diversas atividades relacionadas à reciclagem.

⁵¹ Para mais informações sobre a luta pelo direito à terra e à moradia vide o estudo *Área de risco ou área de rico: teorias sobre política, direito e respeito na Cidade Estrutural (2013)* de Caroline Soares Santos.

João, 45 anos, viúvo, é um destes trabalhadores. Depois de perder a mulher e filhos no Rio de Janeiro em meados dos anos 1990, deixou este passado amargo para trás e veio para a Estrutural tocar a vida como podia. Desde essa época começou a trabalhar com a reciclagem, por assim dizer, misturou-se facilmente à realidade de tantos outros trabalhadores, muitos dos quais certamente não compartilhavam o mesmo passado de João, mas traziam também àquela cidade que começara a nascer suas próprias agruras.

João então nesse contexto era um normal, adequado ao *modus vivendi* dominante. Entretanto, bastariam alguns anos mais para que João passasse a carregar um duplo estigma, tornando-se um estigmatizado, um outsider: primeiro, o fato de que ele trabalha na reciclagem, mas, diferentemente da maioria dos trabalhadores alocada em espaços fixos e muitos destes com carteira assinada, ele perambula pela cidade com o seu carrinho recolhendo tudo aquilo que possa ter algum valor econômico, na mais completa informalidade, prestando contas apenas a si mesmo. Isso quer dizer que a posição de João na hierarquia da reciclagem é inferiorizada, uma espécie de reciclagem de segunda classe.

O outro estigma que também acompanha o carrinho de João é o fato de que ele é um dependente de drogas. Muitos o conhecem na cidade, sabem de sua dependência, tratam-no com respeito, mas sempre mantendo uma certa reserva, distância, afinal, se por um lado ele não rouba, sustenta o vício com o suor do próprio corpo, por outro, são notórias as barreiras sociais erguidas pela sociedade mais ampla, os ditos “normais”, para impedir uma aproximação mais estreita com os outsiders.

Para aprofundarmos melhor o exame dessa situação de desvio de João e podermos compreender o lazer vivido por este homem, vejamos o que ensina a perspectiva interacionista do desvio de Howard Becker.

Becker apresenta uma abordagem do desvio a partir de uma perspectiva interacionista – Teoria Interacionista do Desvio. O desvio é estudado como o resultado da interação entre um indivíduo ou grupo que pratica determinado ato e a reação de outros indivíduos a este ato, definindo-o como desviante. Nessa interação cada qual persegue interesses específicos os quais frequentemente chocam entre si.

Becker mostra-nos que diferentes atores concorrem, com seus distintos graus de força/poder, para o estabelecimento de uma prática como desviante. Estabelecer o desvio, desse modo, é impor uma ordem dominante, fazendo-a legítima, contribuindo para a construção de uma determinada realidade social.

Em outros termos, ser um outsider, um desviante, é contrapor-se a regras criadas por um grupo social que obedece a interesses específicos. Vemos assim que ser ou não ser desviante depende da relação social na qual se está inserido, depende do julgamento que se faz do comportamento do indivíduo frente às convenções sociais. Em uma palavra, o comportamento desviante é socialmente construído.

Desvio não é uma qualidade que reside no próprio comportamento, mas na interação entre a pessoa que comete um ato e aquelas que reagem a ele. (Becker, 2008, p. 27)

Essa mesma perspectiva do desvio enquanto produto de uma interação social marcada por valores contrapostos que se opõem com vistas ao estabelecimento e imposição de uma ordem normativa sobre outra, a qual passa a ser taxada de desviante frente à norma socialmente legitimada, também é compartilhada por Goffman, para quem

O estigma envolve não tanto um conjunto de indivíduos concretos que podem ser divididos em duas pilhas, a de estigmatizados e a de normais, quanto um processo social de dois papéis no qual cada indivíduo participa de ambos, pelo menos em algumas conexões e em algumas fases da vida. (Goffman, 1978, p. 148-149)

Ou seja, o modo de ser e viver de João tipifica-o como um autêntico desviante e o fato de não aderir às normas sociais vigentes faz recair sobre si o peso do estigma.

É curioso notar como o próprio João, como veremos, desperta-nos a atenção para o fato de que normal e desviante são antes de tudo perspectivas, resultante de interações que se estabelecem entre pessoas e grupos em situações sociais da vida cotidiana. Desse modo, o fato de ser desviante em um determinado contexto não significa que o indivíduo também o será em outros contextos e interações sociais. Aliás, não raro o desviante em um contexto é considerado normal em seu círculo mais próximo de relacionamentos, assim como o inverso também pode ocorrer, de o normal em um grupo ser rotulado de desviante quando participa de um outro grupo. João reconhece-se como um desviante perante a sociedade mais ampla da Estrutural, mas, entre os da sua “*tribo*” ele demonstra compartilhar os valores do grupo, dentro do que ele chama “*nosso círculo de realidade*”. Quando indaguei-lhe qual era sua atividade de lazer favorita ele disparou:

“Eu gosto de fumar uma droga com a mulher e transar, pra mim é o melhor lazer que tem. O lazer pra mim é sentir prazer.”

Em seguida, perguntei-lhe se o modo como usufruía seu tempo de lazer era igual ou mesmo parecido com o modo como outros moradores da Estrutural usufruíam seu tempo de lazer e, se diferente, se conseguiria explicar-me o porquê de suas atividades de lazer serem diferentes das atividades de lazer dos outros moradores, ao que ele respondeu-me:

“Não...aí porra diferencia porque...porra é...no meu caso...porra eu sou dependente químico e outras pessoas não são e vão curtir outro tipo de lazer.”⁵²

Na sequência João reconhece que a maior parte das pessoas da cidade não possuem os mesmos hábitos de lazer que ele e os de sua “*tribo*”, e atribui a razão disso à sua dependência.

“...Não tem...não tem...no caso é porque eu sou dependente químico.”

Percebemos assim, que João tem consciência da posição ambígua ocupada por ele e os de sua “*tribo*” na Estrutural, para ele o uso de drogas acompanhado do sexo pago é usual em seu círculo de relacionamentos mais íntimo. De outro lado, sabe que esse seu comportamento relativo ao lazer não é partilhado pela sociedade mais ampla.

Nesse ponto, é oportuno chamar a atenção para a tipologia dos desvios criada por Becker (Becker, 2008, p. 31-33). Nesse modelo, João se enquadra como um “*desviante puro*”, o seu comportamento não só é percebido como desviante como ele próprio efetivamente possui um comportamento destoante da moralidade vigente na sociedade mais ampla. O outro extremo dessa tipologia é o chamado “*apropriado*”, aquele cujo padrão de comportamento é adequado às normas socialmente vigentes e a sociedade não o percebe como desviante, por exemplo, Pedro, pai de família, endereço fixo, cuidador de idosos, evangélico, atento aos valores sagrados da família etc.

Para Becker tem importância maior os outros dois tipos de desvios resultantes dos tipos de comportamentos e das reações que provocam, são eles o “*falsamente acusado*” e o “*desviante secreto*”.

O falsamente acusado é aquele que, não obstante o seu comportamento seja consoante o padrão moral vigente na sociedade, esta mesma sociedade o julga como um

⁵² O estudo sobre consumo de cocaína citado ao final deste trabalho revela que este lazer calcado no uso de drogas está mais presente no cotidiano dos moradores do Distrito Federal do que se imagina, sobretudo em regiões consideradas nobres.

desviante, um caso típico de acusação sem evidências. Certamente é o caso de muitos dos trabalhadores da reciclagem na Estrutural, principalmente daqueles que, como João, com os seus carrinhos recolhem materiais recicláveis pela cidade, mas que não são dependentes de drogas, possuem uma vida normal como a de Pedro. Vítimas de preconceitos diários, muitos desses trabalhadores têm sua imagem vinculada a consumo de drogas, roubo, são tratados com desconfiança, julga-se que não gostem de tomar banho etc., quando em verdade, a maioria deles representam indivíduos normais preocupados como a maioria das pessoas em garantir a sua sobrevivência cotidiana de modo considerado decente.

Citamos aqui um exemplo do falsamente acusado, mas é razoável supor que este tipo de desvio possa estar mais presente em nossas sociedades do que imaginamos, alimentando ódios e cultivando sentimentos de intolerância. O flanelinha que associamos à delinquência; o negro preso para averiguações; o quarentão solitário em seu apartamento tido como homossexual; a jovem que por suas roupas e maquiagem relacionamos à “vida fácil”; o espírita relacionado a atividades “malignas” etc. etc.

De outro lado temos o desviante secreto, aquele cujo comportamento infringe as regras de conduta vigentes em uma sociedade, mas conseguem ocultar o seu desvio. O pai de família que na surdina busca os serviços dos profissionais do sexo; a dona de casa puritana que não perde oportunidade de se comportar como messalina; o filho que faz uso regular de drogas à revelia dos pais; o padre e o pastor pedófilos; o bom velhinho amado pela vizinhança e que cultiva no íntimo sentimentos nazistas etc. etc. Esse tipo de desvio é bem provável que não seja menos comum que o anterior.

Chamamos a atenção para esta tipologia do desvio proposta por Becker para sublinhar a ideia de lazes tidos como desviantes perante a sociedade mais ampla, a exemplo do lazer de João.

4.6 Existe um lazer “desviante”?

Retomemos agora o lazer *sui generis* de João a partir do trecho final de sua fala: “*O lazer pra mim é sentir prazer*”, e façamos algumas observações sobre a questão do lazer e da dependência.

Ao tomarmos os significados da atividade de lazer expressos por este homem e os examinarmos a partir das propriedades do lazer desenvolvidas por Dumazedier, ligadas ao caráter liberatório, desinteressado, hedonístico e pessoal, não teríamos grandes dificuldades de enquadrar seus hábitos como lazes propriamente ditos. Vejamos:

Assim, o lazer é primordialmente liberação do trabalho profissional que a empresa impõe. Para a criança, é a liberação do trabalho imposto pela escola.

O lazer não está fundamentalmente submetido a fim lucrativo algum, como o trabalho profissional, a fim utilitário algum, como as obrigações domésticas, a fim ideológico ou proselitístico algum, como os deveres políticos ou espirituais.

O lazer é marcado pela busca de um estado de satisfação, tomado como um fim em si.

Todas as funções manifestas do lazer expressas pelos próprios interessados respondem às necessidades do indivíduo. (Dumazedier, 2008, p. 94-96)

Mas é possível conciliar a ideia de um lazer ativado pela dependência, seja ela qual for? Estamos diante de um dilema bastante problemático e de difícil solução e respostas apressadas não ajudam a decifrá-lo. Examinemo-lo então mais atentamente.

O conceito de lazer desenvolvido por Dumazedier⁵³ tem em seu cerne a ideia de livre vontade, “*o lazer é um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade...*”, mas João se autointitula um dependente, o que é o mesmo que dizer que não dispõe de livre vontade. Por outro lado, o mesmo Dumazedier ensina que o lazer não tem significado em si mesmo, devendo ser analisado considerando-se as funções a que se presta, relacionadas ao descanso, à diversão, recreação e entretenimento e a formação da personalidade.

Conjugando-se as funções do lazer às suas propriedades, à exceção da livre escolha, não podemos dizer que João não usufrui um lazer. Digamos então que os caminhos pelos quais João busca sua autossatisfação são não legítimos, ou se preferir, desviantes.

Ademais, é fundamental também que coloquemos em análise a perspectiva do próprio agente, os sentidos que ele confere ao seu lazer. Nesse sentido, propus a João que refletisse sobre três questões:

26) Sobre a prática dos lazeres mais importantes/comuns em sua vida, em que oportunidade elas acontecem? Com que frequência? Em que Companhia?

⁵³ Página 35 deste estudo.

27) Para você qual a principal motivação para dedicar-se a essas atividades de lazer?

35) É possível encontrar um enunciado que melhor represente como você emprega seu tempo de lazer?

Ao que ele respondeu:

“Com nosso círculo de realidade...De segunda a segunda...Da mesma tribo.

Ham...porque isso aí sei lá cara me envaidece, me fortalece...me satisfaz...porra... pra mim me fortalece...porra... é o mesmo que espinafre pro Popeye.

Intensamente.”

Ou seja, da perspectiva do agente não há a menor dúvida quanto ao lazer que desfruta. Fica evidente a busca do estado de satisfação de si tão característico da ideia de lazer. Outros elementos ainda estão presentes, como o fato de João dedicar-se a essas ocupações principalmente em seu tempo livre, depois do trabalho, na companhia de seus pares, a busca pelo fortalecimento e em alguma medida evasão da vida cotidiana etc. Ante tal conjunto probatório não é possível desprezar o lazer deste homem.

E vemos que a própria sociologia empírica de Dumazedier traz outros elementos para compreensão desse dilema.

Ele (o lazer) oferece ao homem as possibilidades da pessoa libertar-se das fadigas físicas ou nervosas que contrariam os ritmos biológicos da pessoa. Ele é poder de recuperação ou ensejo de flanação.

Ele oferece a possibilidade da pessoa libertar-se do tédio cotidiano que nasce das tarefas parcelares repetitivas, abrindo o universo real ou imaginário do divertimento, autorizado ou interdito pela sociedade.

Ele permite que cada um saia das rotinas e dos estereótipos impostos pelo funcionamento dos organismos de base; abre o caminho de uma livre superação de si mesmo e de uma liberação do poder criador, em contradição ou em harmonia com os valores dominantes da civilização. (Dumazedier, 2008, p. 96-97)

Nesse sentido, a partir dessa análise da sociologia do lazer desenvolvida por Dumazedier combinada com os conteúdos subjetivos contidos na ação e ainda a percepção do próprio agente, resta claro que estamos diante de um lazer desviante e, parece-nos ainda

que seria necessário atribuir um outro predicado a esta substância, no momento, talvez por falta de uma qualificação mais apropriada, resignamos a considerá-lo também como um lazer deteriorado, alienado.

Fazendo algumas analogias, no universo jurídico, por exemplo, tem-se um vício na origem quando um processo é impetrado por parte inapta ou diante de juízo incompetente; diz-se que uma proposição legislativa possui vício na origem quando já em seu art. 1º não especifica o seu principal assunto e o público a que se destina. Analogamente, segundo se depreende do conceito de lazer de Dumazedier como vimos, esse lazer possui um vício de origem, a ausência da liberdade de escolha. Entretanto, assim como no mundo do direito dispõe-se de remédios contra muitos dos males de origem de modo a não se perder o mérito da lide; e assim como um decreto frequentemente corrige uma lei mal feita preservando a sua eficácia normativa; por simetria de raciocínio, um lazer ainda que desviante e deteriorado segundo a moralidade vigente não deixa de constituir-se enquanto lazer.

Chamamos a atenção para esta espécie de lazer calcado na dependência, não tendo maior importância que dependência seja essa, não para realçar os desviantes puros, como João, mas por acreditar que esse lazer ativado pela dependência possa estar muito mais presente em nossas sociedades do que podemos imaginar, principalmente quando é praticado na obscuridade por desviantes secretos.

4.7 A feira livre de domingo

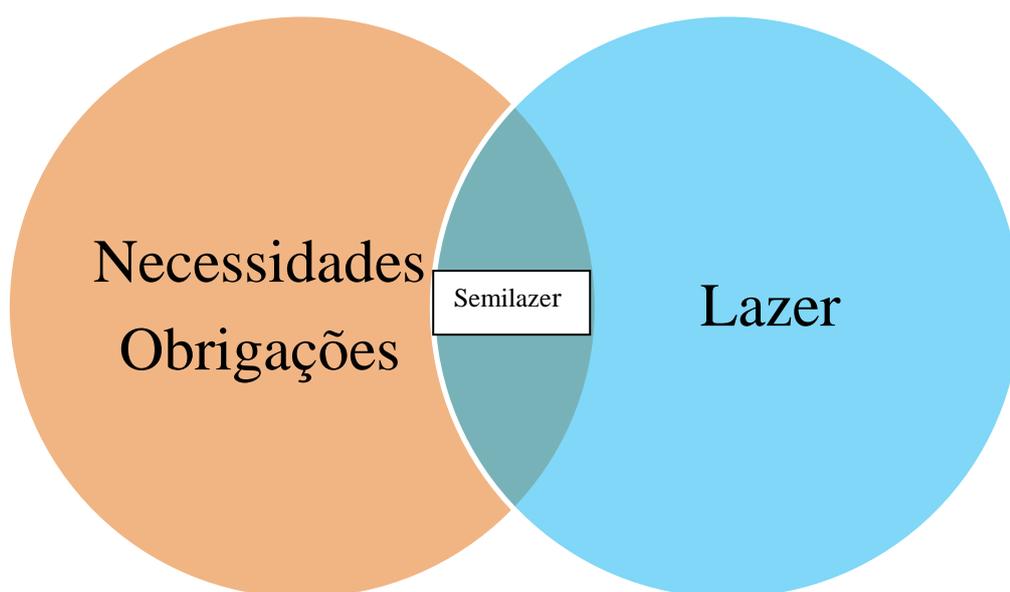
Já vimos que o conceito de lazer desenvolvido por Dumazedier é pensado em oposição às necessidades e obrigações da vida cotidiana. Dito de outro modo, o lazer pressupõe a liberação dos tempos obrigatórios e dos compromissos sociais impostos pela sociedade relacionados ao trabalho, à escola, à família, aos compromissos sócio-políticos e sócio-espirituais.

Por outro lado, entre a necessidade e a liberação existe uma zona cinzenta cujas fronteiras, muitas vezes fluidas, não são discerníveis tão facilmente. Trata-se da ideia de semilazer, uma espécie de ponto de intersecção que surge quando do cruzamento dos tempos obrigatórios e compromissos sociais com o tempo livre dedicado ao lazer.

Segue-se daí que, se o lazer obedece parcialmente a um fim lucrativo, utilitário ou engajado, sem se converter em obrigação, não é mais inteiramente lazer. Torna-se lazer parcial: chamá-lo-emos então de

semilazer. Tudo ocorre como se o círculo das obrigações primárias interferisse com o círculo das obrigações do lazer, para produzir, na intersecção, o semilazer. O semilazer é uma atividade mista em que o lazer é misturado a uma obrigação institucional. (Dumazedier, 2008, p. 95)

Traduzindo este conceito para os conhecidos diagramas de Venn temos a seguinte imagem:



Com este conceito e esta imagem de semilazer em mente, adentremos nesta feira que ocorre semanalmente nas manhãs de domingo, examinemos de perto o que ali buscam os seus visitantes, investiguemos o conteúdo de suas atividades, as circunstâncias em que são praticadas e o sentido atribuído pelos próprios agentes ao fato de irem à feira e vejamos em que medida a realidade social dele se aproxima ou afasta.

Inicialmente, é imperioso conhecermos esta feira. Qualquer um que chegue à Estrutural pela entrada principal da cidade aos domingos de manhã, inevitavelmente dar-se-á conta, mediante a excitação de todos os sentidos, da feira logo ali, no setor central, ladeada de um lado por um comércio pujante, de outro lado o posto policial e, logo à frente, a administração regional e a praça central da cidade, compondo uma paisagem urbana viva e vibrante.

A feira começa já bem cedo, a partir das 7 horas da manhã já é possível observar a movimentação intensa dos donos de barracas erguendo as suas tendas. Daí em diante, o movimento só aumenta, homens e mulheres de todas as cores, credos e preferências

sexuais – considerando-se as predominâncias específicas de cada variável -, crianças, jovens, adultos, casais, solteiros, idosos, carros, motocicletas, bicicletas combinam-se dando um colorido especial a este mosaico. O clímax da feira ocorre por volta das 10 horas da manhã, quando registram-se, certamente, uma das maiores densidades de habitantes por metro quadrado do Distrito Federal. Por volta do meio dia e 13 horas o movimento dos transeuntes já é bem rarefeito, praticamente marcando o ocaso da feira.

Percorrer as duas pistas que abrigam as inúmeras tendas dos feirantes, indo e voltando como fazem os seus visitantes, é uma experiência sinestésica. A quantidade de cores, perfis, aglomerados humanos, objetos os mais diversos possíveis, que os olhos conseguem captar é inaudita. Os sons igualmente os mais distintos: carros de som, pessoas conversando às centenas, pastores pregando às urras, música para diferentes gostos, atordoam os ouvidos. Os cheiros, também estonteantes: cheiro de gente, de comida, bebida, do ar. O gosto também é posto à prova, comidas e bebidas são fartas. O toque também é natural, as pessoas esbarram-se umas às outras e prosseguem naturalmente sem qualquer estranhamento.

A feira é um ponto estratégico de confluência dos moradores da cidade, amigos ali se encontram, conversam, trocam cumprimentos e abraços. Jovens para lá se dirigem, casais não se cansam de pechinchar entre uma barraca e outra. Não raro, conterrâneos vindos do Nordeste⁵⁴ ali se juntam e rememoram a trajetória comum.

A feira em si, “vende de tudo”, os mais diversos gêneros alimentícios, verduras, frutas, carnes de peixe, frango, porco, galinha caipira viva, produtos da culinária nordestina como feijão de corda, farinha, especiarias; roupas e calçados também ocupam espaço significativo da feira; a “pirataria” também está presente, CDs e DVDs ficam expostos aos milhares; eletrodomésticos dos mais diferentes modelos e funcionalidades; ferramentas, pneus de carro, motos, bicicletas e até motor de mobilete procurando se encontra; controles remotos de aparelhos eletrônicos, celulares, baterias de celulares; cosméticos; enfim, a lista seria inesgotável. E tudo que ali se vende atende à mais ampla freguesia, novos e usados, usados e mais que usados; barato e não tão barato (os preços praticados são módicos quando comparados ao preço de produtos similares vendidos mesmo nos próprios supermercados da Estrutural).

⁵⁴ Segundo dados da Codeplan, 69,17% da população da Estrutural tem sua naturalidade na Região Nordeste, sendo os principais contingentes naturais do Maranhão, 22,8%; Bahia, 20,56% e Piauí, 12,74.

Destaco aqui, pela sua singularidade, três barracas que capturam o olhar de qualquer um que vai à feira, uma barraca de venda de roupas usadas, uma barraca de venda de carne de porco, e uma de venda de “mil e uma utilidades”.

A venda de roupas e calçados usados é forte na feira, e o interessante é que os vendedores expõem suas mercadorias no chão mesmo, sobre um lençol colocado diretamente em cima seja da poeira típica do Distrito Federal no mês de julho, seja no chão molhado pelas águas de março. Ou seja, na verdade não existe a barraca de venda de roupas usadas, assim como não existe a barraca de calçados usados e inúmeros outros produtos. E é assim que, de modo voraz, homens e mulheres ajoelham-se literalmente ante estes amontoados de roupas e calçados na expectativa de encontrar a peça desejada e, em uma espécie de garimpo, vão catando uma e outra peça que lhes agradam a preços simbólicos de 2, 3, 5, 10 reais. Arrisco dizer que a procura por essas roupas e calçados não perde muito para a procura pelas roupas e calçados novos expostos nas barracas digamos “regulares”.

Existe uma barraca que assusta o visitante não iniciado, trata-se da barraca de venda de carne de porco e seus derivados, ali, as bandas dos porcos ficam expostas suspensas em ganchos; de um lado a cabeça do bicho também fica à venda; próxima de suas tripas, também vendáveis e comestíveis; do outro lado, as vísceras também ficam suspensas com o sangue do animal ainda gotejando no asfalto. De frente a essa barraca faz a dobradinha uma barraca de peixe que com o seu cheiro característico confere o tom do cenário.

É muito comum encontrar pelas ruas da feira mercadorias diversas expostas nas calçadas ou no chão mesmo. Indo à feira certamente o morador há de encontrar o que procura. Um senhor, por exemplo, expunha na calçada algumas de suas mercadorias que incluíam: um velho telefone fixo para um escritório que se queira inaugurar; jogos de videogame que um dia foram a alegria de um garoto e que agora espera por um novo dono menos exigente; uma garrafa de café que talvez preserve o seu calor por algumas horas; um livro de física para a filha se preparar para o vestibular; monitores, CPUs, e caixas acústicas para o jovem que sonha em ter seu primeiro computador; cabos, baterias e aparelhos celulares; um jogo de cabides para a dona de casa organizar as roupas e um secador de cabelos para cuidar de sua beleza; etc. etc.

Perambulando entre uma barraca e outra é comum ver muitas pessoas parando na barraca do Carlinhos para comer um pastel e tomar um caldo de cana; encostarem-se na barraca ao lado para jogar algumas partidas de bingo, talvez pensando mais em contemplar a beleza das moças que vendem as cartelas do que em arriscar a sorte propriamente dita; interromperem suas compras para tomarem uma “bebida quente” no Cabeça ou dirigirem-se à barraca da Baiana a poucos metros e “*tomar água de coco para hidratar o corpo*” como anuncia o carro de som. Outros preferem o estilo cassino e optam por gastar o tempo livre e alguns trocados na roleta do Pescoço; outros ainda preferem o bilhar, e é no bar da Dona Pedro ou no bar da Dona Neide que passam horas no jogo das três bolas. E ainda muitos outros apenas passeiam errantes sem um propósito definido. Entre uma coisa e outra as pessoas andam pela feira para comprarem os alimentos que serão utilizados no almoço de domingo ou no churrasquinho do fim de tarde.

Enfim, estar na feira implica colocar em movimento, por vezes simultaneamente, os cinco sentidos e, de seu estímulo, emerge uma espécie de sexto sentido vinculado à sociabilidade vivida naquele contexto, algo que constitui uma subjetividade de um tipo especial, fermentada a partir de uma solidariedade social que é marca constitutiva da feira, a qual liga indivíduos com diferentes propósitos: comércio, passeio, encontro de pessoas, compra de gêneros alimentícios, roupas, vestuário, prática de jogos, etc.

Foi então que, a partir desta observação da sociabilidade engendrada nesse contexto e interessado em capturar a perspectiva do agente, indaguei diferentes transeuntes sobre a razão que os levava à feira, se se tratava de uma necessidade relacionada a comprar algo especialmente, se iam à feira em busca de um algum lazer, ou se essas duas coisas estavam juntas, lazer e necessidade a um só tempo. Praticamente todos os moradores que entrevistei, à exceção de alguns poucos, foram unânimes em responder que as duas coisas estavam juntas. A resposta de um deles foi emblemática:

“Não as coisas...é uma relação envolve a outra, assim, vamos supor o preço de mercadorias de supermercado, frutas principalmente, aí aqui é um preço mais em conta, entendeu? E é o lazer, faz parte, acho que assim da família do nordestino, tem muito nordestino na área, faz parte da família nordestina, é o lazer, porque as vezes as pessoas vão para um canto muito reservado, tem gente que gosta de ir pra feira, comer um sarapateu, o divertimento do brasileiro...isso, acredito que 80% são nordestinos na feira...tá junto...com certeza....lazer, saí final de semana

com a esposa, tomar uma cerveja, ir pra feira, faz parte do lazer da Estrutural.”

Como vimos, de fato a quintessência que emerge das sociabilidades que se interpenetram naquele espaço social conferindo uma identidade própria às vivências que ali se conectam parece estar muita próxima da ideia de semilazer desenvolvida por Dumazedier. É fato também que muitos moradores que vão à feira o fazem com o propósito específico de comprarem algo que necessitam em seus lares, alimentos, utensílios domésticos, roupas, calçados etc. Não menos comuns são aqueles outros que vão à feira quase que exclusivamente para passear com a família, distrair-se, encontrar amigos, respirar um ar fresco, tomar uma cerveja ou um refrigerante e fazer um lanche, jogar umas partidas de bingo etc., principalmente movidos pela monotonia de ficar em casa nas manhãs de domingo e ante a carência da diversificação das opções de lazer disponíveis na cidade.

Mas, conforme ratificado pela maioria dos visitantes da feira, necessidade e diversão estão ali combinados de modo indissolúvel, marcando as manhãs de domingo de tanta gente diferente condensadas em um mesmo espaço social.

4.8 Compromisso sócio-espiritual ou lazer?

Como já mostramos, uma das propriedades constitutivas do lazer consiste em seu caráter liberatório, compreendendo a liberação do indivíduo das obrigações impostas pelas instituições primárias da sociedade como o trabalho, a família, a religião etc. Isto quer dizer que as atividades de lazer têm início quando cessam as necessidades e obrigações da vida cotidiana originárias destas instituições sociais. *“O lazer é liberação das obrigações fundamentais impostas pelos demais organismos básicos da sociedade: instituição familiar, instituições sócio-políticas, sócio-espirituais. (Dumazedier, 2008, p. 94).”*

Por outro lado, sabemos que não se tratam de delimitações conceituais rígidas com vistas a engessar a dinâmica da vida social. Antes, cuidam-se de fronteiras móveis cujos limites são definidos particularmente pelos conteúdos materiais das atividades nas quais se ocupam as pessoas, bem como pela própria percepção dos indivíduos, uma vez que o lazer se define com vistas à satisfação das necessidades da pessoa em oposição às necessidades da sociedade. *“É bastante evidente que as fronteiras destes diferentes*

conceitos se recobrem em parte e que as relações entre eles são amiúde estreitas. (Dumazedier, 2008, p. 236)”.

Nesse sentido, a ideia de semilazer há pouco exposta, por sua própria natureza ambivalente, mostra-se muitas vezes adequada para a compreensão social. É a partir destas perspectivas, problematizando os conceitos, que examinarei uma prática muito comum entre os moradores da Estrutural, a frequência aos cultos religiosos evangélicos⁵⁵, observando em que medida essas práticas se aproximam ou se afastam da ideia de lazer.

Tomando-se à risca o fato de estas pessoas irem às igrejas em atendimento estrito a uma necessidade ou compromisso social não haveria dificuldades em dizer que não se tratam de atividades de lazer. Mas exatamente o que buscam os moradores quando vão às igrejas? Apresentar uma resposta taxativa a esta questão seria não só por demais pretensioso de minha parte, como também foge ao escopo deste estudo. Limitarei-me apenas a apresentar algumas sugestões tendo as ideias de lazer e semilazer como guias teóricos referenciais de análise.

Inicialmente considero importante distinguir a presença nas igrejas dos adultos, homens e mulheres dos jovens, bem como os significados de suas práticas.

Para muitos dos adultos entrevistados o aspecto relativo ao compromisso foi bastante enfatizado, mas faziam sempre questão de dizer que se tratava de um *“compromisso com Deus”* e que não se sentiam *“obrigados”*, seja pelos *“irmãos”* ou pelos pastores a irem à igreja. Uma senhora, Dona Arlete, foi elucidativa a esse respeito. *“Quando dá a hora (do culto), largo tudo e vou”*.

Igualmente elucidativa deste compromisso social são as fachadas dos templos. Em um deles, por exemplo, lia-se:

Participe dos nossos cultos!

DOMINGO, 9h às 11h: Escola Dominical. 18h: Culto da Família;

TERÇA, 19h30: Culto de Ensino;

QUARTA, 20h: Culto nos Lares;

QUINTA, 19h30: Culto da Vitória;

SEXTA, 20h: Ensaio de Departamento;

⁵⁵ Segundo dados da Codeplan, a população residente se subdivide em: 46% evangélicos, 41,62% católicos, 8,61% sem religião, 3,77% outros.

SANTA CEIA, 19h30: 1º Sábado do Mês.

Aqui é o verdadeiro lugar da alma necessitada.

Mas também foi possível perceber nas respostas de alguns moradores o caráter lenitivo do culto em si, uma espécie de refrigério para uma alma abatida pelas agruras da vida social, como pode ser notado nas palavras de Marcos, *“Pra mim (o fato de ir e estar na igreja) é uma terapia”*.

Em uma ocasião em que acabei mediando uma acalorada discussão entre Matheus, um não evangélico, e Dona Francisca, uma evangélica, ele, ainda que solitário, vaticinou: *“Eles buscam salvação (ante as dificuldades inerentes à vida cotidiana na Estrutural).”* Ela, por sua vez, enfatizando sempre que *“Não, eu não concordo com você (com Matheus)”* ressaltou aspectos relativos ao acolhimento, à satisfação, ao bem estar pessoal, e por que não dizer ainda que hereticamente, ao prazer por estar na companhia de outras pessoas que compartilham da mesma fé.

Decidi então acompanhar por mim mesmo um destes cultos religiosos. A igreja tinha um porte médio, havia bancos dispostos à esquerda e à direita que somados deviam acomodar umas 120 pessoas. Na parte elevada à frente, espécie de altar, estavam dispostas algumas poltronas nas quais estavam sentados três homens que, aparentavam ser missionários da igreja. Também neste altar havia uma banda de jovens tocando instrumentos musicais. A igreja estava com não muitos fiéis, o que segundo a missionária era uma exceção. À medida que a banda tocava algumas pregações eram feitas.

Logo que se entra na igreja a recepção é feita por “irmãos”, os quais dão as boas vindas aos visitantes acolhendo-os, não importa quem sejam.

É verdade que em meio ao culto os “obreiros” passam para recolher as ofertas. Com um saquinho de pano, de boca aberta amarrado na ponta de uma espécie de cabo de rodo, de modo a possibilitar o alcance a pessoas sentadas mais distantes.

Mas reduzir o fenômeno religioso, que ali transcorria, à ação inescrupulosa de “falsos profetas” que abusam da boa-fé de pobres almas alienadas em busca de salvação parece-me uma simplificação excessiva que não contribui muito para a compreensão de sua dinâmica social.

Como já dito, desde o momento em que se entra na igreja apressam-se em acolhê-lo, como se acolhe um errante que busca um caminho, o que por si só já desperta no

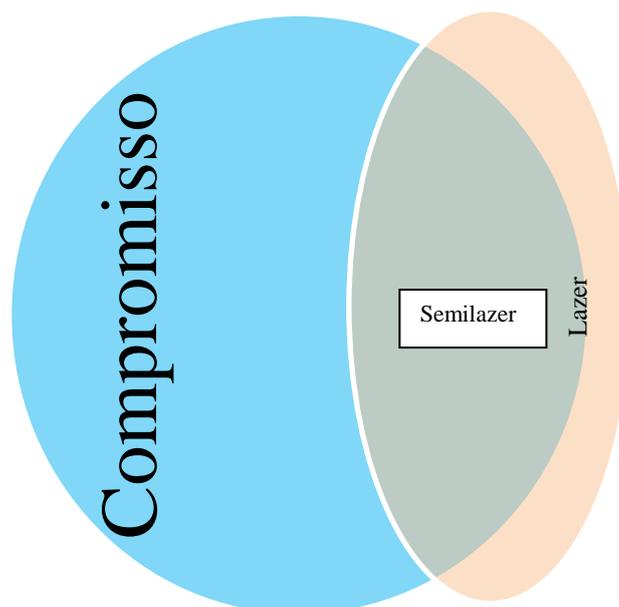
indivíduo um sentimento de aceitação e logo de pertencimento a um grupo. A música tocada e cantada por aqueles jovens toca a cada um. O estado de efervescência durkheimiano ali presente levando muitas pessoas a copiosas lágrimas também impactava. A pregação voltada para a vida mundana, terrena, cotidiana também era emblemática.

Enfim, diante daquela dura realidade social experimentada cotidianamente pelos moradores da Estrutural, a comunhão de almas ali entoando o mesmo canto desperta em cada pessoa um sentimento de comunidade, de saber que é acolhido afetivamente, que não se está só ante as tribulações da vida, conferindo a cada um uma identidade social significativa, a qual talvez não fosse possível pensássemos tão somente nos escassos espaços públicos de sociabilidades destinados a esta parcela expressiva de moradores da cidade.

Aquele espaço religioso além de conforto espiritual, bem estar, alegria, companheirismo, de evasão das obrigações diárias, de uma certa forma revigora as forças e aumenta a capacidade de resistência dos moradores para o dia a dia.

Vejo então que reduzir esta prática tão comum na vida da maioria daqueles moradores⁵⁶ a um estrito compromisso sócio-espiritual e, portanto, algo bem distante da ideia de lazer, não parece dar conta da complexidade do fenômeno. De outro lado, não se trata de um lazer no sentido mais pleno do conceito visto em Dumazedier. Desse modo, considero que a ideia de semilazer pareça mais adequada, mas um semilazer, não nos iludamos, que muito se aproxima de uma necessidade da vida cotidiana disseminada pelas centenas de templos religiosos espalhados por toda a cidade, sendo elucidativo a esse respeito o diagrama de Venn abaixo. Vejamos em seguida como os jovens vivenciam o estar na igreja.

⁵⁶ Para a Codeplan a frequência religiosa na Estrutural está assim distribuída: 49,94% praticante regular, 38,23% praticante eventual, 9,63% não frequenta e 2,2% não soube responder.



4.9 Lazer ou Compromisso sócio-espiritual?

Como as entrevistas que realizei com os jovens da Estrutural trouxeram poucos elementos para se compreender o significado de sua participação nos cultos evangélicos, julguei que seria mais fecundo proceder também a uma observação direta das interações sociais ocorridas durante um culto jovem. Decidi então ir a um destes cultos, não por acaso, em um sábado à noite, espécie de “dia D” no qual a juventude, já livre das obrigações escolares, como que se vê impelida a “sair de casa” ainda que por algumas horas apenas, libertando-se dos controles sociais exercidos pela família em busca da interação social com seus pares em um ambiente que rompe a monotonia e o tédio da vida cotidiana.

O culto teve início por volta das 8 da noite, em uma pequena igreja no andar térreo de um sobrado com capacidade para abrigar umas 70 pessoas. Nesse dia havia ali uns 50 jovens entre moças e rapazes cujas idades variavam entre 12 e 20 anos. Adultos contavam-se apenas 3 ou 4.

À medida que os jovens iam chegando eram recebidos afetuosamente na entrada por um outro jovem que deveria ter uns 16 anos. Este jovem, em uma espécie de lista de presença, registrava ali os nomes de todos que chegavam. Os jovens então se distribuíam pela igreja sentando-se em cadeiras plásticas dispostas em fileiras horizontais. À frente,

havia uma espécie de altar/palco no qual estavam de um lado uma banda musical com alguns garotos e, ao centro, uns 8 jovens entre garotos e garotas revezando-se nos vocais.

Um dos jovens que conduzia o culto, “irmão Jeremias”, deu início à cerimônia/show lendo um texto bíblico cuidadosamente escolhido para a ocasião. “*Foge também das paixões da mocidade; e segue a justiça, a fé, o amor, e a paz com os que, com um coração puro, invocam o Senhor. (2 Timóteo: 2:22)*”. Não pude deixar de notar que alguns dos jovens acompanhavam a leitura do texto em seus aparelhos celulares ao invés da bíblia tradicional.

Note-se que o texto lido pelo “irmão Jeremias” fala diretamente não aos ouvidos de qualquer jovem, mas de um jovem inserido em um contexto de vulnerabilidade social, exposto a situações de risco como as drogas, o tráfico, a violência deles decorrentes e, atento a esta realidade social, o texto conclama-os a ficarem juntos pacificamente como que para se protegerem dos “perigos” de se viver na Estrutural. Da mesma forma, não se perde de vista a condição do ser jovem relacionada fundamentalmente às “*paixões da mocidade*” típicas de um ser ainda em formação que anseia por experimentar novas e intensas emoções, daí o porquê do texto apontar os valores da justiça, fé, amor e paz como vetores para guiar a formação do caráter do jovem e, por conseguinte, prepará-lo para a vida social adulta.

Após lido o breve texto e ditas algumas poucas palavras pelo “irmão Jeremias” a banda começou a tocar. A princípio, imaginei que tocariam 1 ou 2 canções gospel⁵⁷ às quais se seguiriam pregações da “palavra” na maior parte do tempo. Mas não, a banda, em um clima festivo, ao som de teclado, bateria, baixo e guitarra, tocou durante 30 minutos diversas canções gospel alegres e dançantes que agradavam muito a todos os jovens que ali estavam.

Durante essa apresentação, quase que ininterrupta, o “irmão Jeremias” lembrava que aguardavam ansiosos os “irmãos” da igreja do Guará que iriam se apresentar/pregar para eles naquela noite. Certamente estavam atrasados devido ao mau trânsito em virtude da noite chuvosa.

Quando os garotos do Guará chegaram, percebi que se tratava de uma outra banda, igualmente incrementada com os instrumentos típicos dos “*músicos de casa*

⁵⁷ Segundo a Codeplan, a maioria, 31,54%, dos moradores da Estrutural ouvem música gospel, 13,42% sertaneja, sendo os demais estilos pouco expressivos.

noturna”. Notei também que foram muito bem recebidos por todos com perceptível brilho nos olhos das moças. Não tardou e começaram a tocar e cantar, foi quando percebi que a primeira apresentação dos músicos da casa fora apenas uma abertura à apresentação principal da noite.

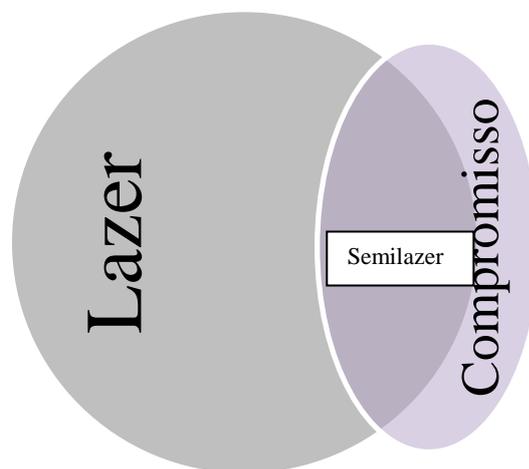
Mas desta vez, apesar de continuarem tocando música gospel uma energia diferente tomou conta do lugar. As letras diziam que Jesus pedia para pular, dançar, se abraçar e era exatamente o que faziam. À frente do altar transformado em palco, uns 15 jovens entre moças e rapazes, em um clima de pura alegria e diversão esses jovens se abraçavam formando uma corrente humana com todos eles, dançavam e pulavam com intensa satisfação.

À medida que a banda tocava, um frenesi contagiou a maior parte dos jovens que ali estavam, os quais também se levantavam e dançavam, pulavam e se abraçavam alegremente. E a música podia até ser gospel, mas tinha um forte sotaque de rock n’ roll. As batidas estridentes na batera entrecortadas pelos solos de guitarra não deixavam dúvidas quanto a isso. E foi assim que por mais uma hora e meia, praticamente sem pausas, naquele sábado à noite, a banda alegrou aqueles jovens eufóricos e maravilhados por louvarem o seu Deus. Não pude esperar o fim do culto, às 10 horas da noite saí, não sem antes de dar a esperada e indefectível “oferta” recolhida pelos obreiros entre uma música e outra, mas acredito que o essencial já havia presenciado.

Se por um lado, no culto dos adultos o compromisso social, ainda que entendido enquanto “*compromisso com Deus*”, sobressaía significativamente com relação aos aspectos relativos ao lazer também presentes no culto; no culto dos jovens a situação era diametralmente oposta, ou seja, os aspectos relativos ao lazer encobriam quase que totalmente os aspectos relativos ao compromisso social implícito na prática religiosa. Ainda que os jovens estivessem ali em obediência a um compromisso sabático religioso, a trama de seus corpos denunciava uma sede de lazer já antes identificada em muitas das entrevistas realizadas. Toda aquela pulsão juvenil expressa mediante a música, o canto, a dança, a alegria, o sorriso espontâneo e incontido, revelava como muitos dos jovens da Estrutural “curtem” o seu sábado à noite.

E com isso não se quer dizer que eles estivessem na igreja como um pretexto, um meio, para alcançar um fim distinto do almejado por sua religião; não, não era isso. Estes jovens, de forma criativa, e sem abrir mão/burlar de muitas de suas “*paixões da*

mocidade”, encontraram um caminho no interior de sua própria religião para buscarem o seu Deus de um modo tipicamente jovem, revelando traços extensíveis à juventude mais ampla da Estrutural. Em síntese, diríamos então que estava presente ali um semilazer muito próximo ao lazer propriamente dito, como deixa claro o diagrama abaixo.



4.10 O lazer e a TV

Observei ao longo da pesquisa que boa parte do tempo livre das famílias durante os dias da semana (segunda a sexta-feira) é consumido em seus próprios lares. Muitos dos moradores trabalham durante todo o dia (das 7 às 17-18 horas), sendo comum para muitos deles passarem a noite em casa com a família. Em vista disso, e sabendo que a penetração dos aparelhos de televisão na Estrutural abrange quase a totalidade dos lares (95,78%, segundo a Codeplan), decidi examinar mais detidamente este lazer tão presente no dia a dia daqueles moradores, focando particularmente os casais, marido e esposa, de modo a capturar os conteúdos e os significados do assistir à TV à noite durante a semana na Estrutural.

De início, algo notável já é revelador da importância deste lazer para os moradores da cidade. Acompanhando os dados da Codeplan vemos que, enquanto apenas 4,22% dos moradores declararam não possuir TV em casa, o número daqueles que declararam não possuir máquina de lavar roupa representou 47,11% e, mesmo os que não possuem um tanquinho elétrico representam 38,44%. O que isso significa? Ora, dentre as prioridades do orçamento familiar no que tange aos eletrodomésticos para ficar apenas com estes exemplos, a TV “ganha” com folga tanto da máquina de lavar quanto do tanquinho.

Pode-se pensar que a máquina de lavar possui um valor mais elevado que a TV, explicando-se assim o seu menor número nos lares. Mas é igualmente verdade que muitos dos modelos de TVs superam o valor de uma máquina de lavar. Com relação ao tanquinho, seu valor é compatível com um aparelho de TV “modesto” e ainda assim vemos que em mais de 38% dos lares ele não existe.

Como entender esta predominância maciça da TV sobre equipamentos domésticos de primeira necessidade em um lar, particularmente quando se pensa na dupla jornada de muitas das donas de casa da Estrutural, sem vincularmos a presença da TV no lazer destas pessoas? Impossível. Como já observara Requixa, “*É a evidente valorização da distração sobre o utilitário, do lazer sobre o trabalho, do imaginário sobre o prosaico*”. (Requixa, 1977, p. 55). Só assim é possível compreender a prevalência da necessidade da alma sobre as necessidades materiais.

Aproveitaremos o ensejo para abordarmos outras questões que relacionam a TV e o lazer, voltando mais adiante com a TV dos moradores da Estrutural.

Dumazedier levanta uma questão, de forma parcimoniosa, sobre os efeitos da TV sobre outros tipos de lazer. Ele aponta, por exemplo, dados de pesquisas os quais ele reconhece a necessidade de estudos mais acurados, que sugerem um efeito negativo sobre a prática de outros lazeres. “*O telespectador frequenta menos o cinema e o teatro, assiste a um número menor de espetáculos esportivos, lê menos jornais e livros e assim por diante*”. (Dumazedier, 1973, p. 190).

A seu turno, desenvolvendo essa questão, Requixa acompanhado por Lima Camargo, reconhecem não apenas a TV enquanto um lazer em si mesmo, como veem que ela estimula a prática de outros lazeres.

Uma outra perspectiva sobre a TV é que esta não só é instrumento de lazer como ainda importante instrumento de estímulo à prática do lazer. (Requixa, 1977, p. 55)

Trata-se, evidentemente, de um consumo de lazer e não de prática ativa de lazer, mas é falso dizer que este consumo substitui a prática. [...] Ao contrário até, uma grande apresentação de balé pela TV estimula, para alguns, sua prática, assim como a grande atenção que a TV vem dando nos últimos anos ao vôlei tem sido um dos fatores principais do aumento desta prática. (Lima Camargo, 1989, p. 29-30).

Outra importante questão posta por Dumazedier refere-se à crítica lançada por alguns autores segundo a qual a TV afastaria as pessoas da realidade da vida cotidiana, alienando suas existências em prejuízo da integração do indivíduo à vida social, ou como diria Nelson Rodrigues “*A televisão matou a janela*”. Ao que Dumazedier rebate mostrando o outro lado da questão, qual seja o fato de a TV possibilitar às pessoas o contato com o mundo.

Para a maioria dos telespectadores que não tem possibilidade de estar presentes em cruzeiros nas Ilhas Havaí, nos encontros importantes dos chefes de Estado ou nos laboratórios científicos, a televisão se apresenta como um meio sem precedentes de viver no mundo. Um camponês do Departamento de Aisne afirmou: “A televisão é o mundo sob meu teto”. Assim ela será também um meio de fazer com que a civilização seja mais visível, mais concreta e mais real aos olhos de todos os indivíduos. (Dumazedier, 1973, p. 199).

De igual importância também é a relação entre a TV e a conversa, sendo lugar comum para muitos dizer que a “a televisão prejudica a conversa”. Aqui também Dumazedier mostra que é preciso relativizar, pois se parece ser verdade que a TV suprime parte das conversas entre os que a ela assistem, não é menos verdade que a TV possibilita integração entre os membros da família, por exemplo.

De qualquer modo, a participação em conjunto numa determinada atividade como assistir à televisão poderá favorecer a comunicação entre pais e filhos, mas também vir a constituir uma oportunidade de conflito no momento da escolha dos programas e no de ligar ou desligar o receptor. (Dumazedier, 1973, p. 195)

Lima Camargo, por sua vez, mostra que a redução da vida associativa entre os membros de uma família parece pouco ou quase nada ter a ver com a TV, sendo preciso buscar em outros lugares a causa do distanciamento familiar.

Os meios de comunicação de massa não isolam os indivíduos. Ou melhor, o simples fato de pessoas da mesma família permanecerem mudas por algum tempo diante de um aparelho de TV não quer dizer que elas estão isoladas. De toda forma, esse isolamento nada teria a ver com a TV. Se o aparelho não existisse, é provável que essas pessoas continuassem mudas, mas a distância. A dinâmica do isolamento social em algumas famílias é explicável por outros fatores – o distanciamento de

gerações, a busca de pessoas iguais, e outros fatos que extrapolam o interesse deste livro. A televisão é, no máximo, um álibi para essa situação. (Lima Camargo, 1989, p. 30-31)

É inegável o poder de inserção da TV nos lares brasileiros, mostrando-se inclusive como uma das principais alternativas de lazer não só nas classes populares, mas também, em alguma medida, em classes sociais mais abastadas. Entre as classes populares a sua presença é ainda mais significativa por trazer o mundo àqueles que dificilmente teriam condições de conhecê-lo de outra forma. Nesse sentido, podemos dizer com algum cuidado que a TV é um instrumento de “inclusão social”.

Sabemos também do grande poder da TV na formação de opinião, criando gostos, forjando “necessidades”, alimentando práticas consumistas, difundindo ideologias político-religiosas, preferências estéticas, criando padrões de beleza, incentivando o culto do indivíduo, etc. etc., trabalhando na contramão do desenvolvimento de um raciocínio crítico. O que pode significar grandes perigos como no caso de nosso País, onde algumas poucas famílias detêm o monopólio da concessão pública dos canais de TV.

Ou seja, estamos diante de um excepcional meio de comunicação cuja influência é a um só tempo “*profunda*” e “*ambivalente*”. Em vista disso, impõe-se como necessidade, seguindo Dumazedier, uma política que valorize o equilíbrio dos conteúdos culturais relativos ao lazer de modo a contemplar as suas distintas funções, o que, em outros termos, significa dizer, e agora estamos com Requiça, uma preocupação constante com a qualidade da programação veiculada.

Concluindo, diríamos que os programas de televisão deveriam orientar-se pela procura do equilíbrio *optimum* entre as funções desempenhadas pelo lazer. Fazendo-se tentativas para elevar o nível cultural dos lares é que se poderá chegar a conhecer os poderes e os limites da televisão. (Dumazedier, 1973, p. 202)

No entanto, é preciso refletir sobre o sentido do lazer veiculado pela televisão. Não há dúvida que a televisão permite uma extraordinária expansão da informação, do conhecimento e do entretenimento para milhões de pessoas, numa função realmente democrática. Milhões e milhões de pessoas hoje têm acesso a elementos culturais até então privilégio de poucos. O que se pode discutir é a qualidade do que é veiculado por esse meio de comunicação de massa. (Requiça, 1977, p. 56)

Entendo que o fato de a TV constituir-se enquanto um lazer muito comum entre as famílias da Estrutural, especialmente durante os dias da semana à noite, deve-se à sua característica de conjugar aquilo que Dumazedier entende como as funções do lazer: liberação da fadiga, liberação do tédio e desenvolvimento da personalidade.

Ao chegar em casa já quase noite, após um “dia duro de trabalho”, muitos destes trabalhadores tem a TV à sua disposição no aconchego de seus lares. Tem-se então uma oportunidade para o descanso, e ao alcance do controle remoto abrem-se inúmeros portais que por algumas horas proporcionam-lhes diversão, entretenimento, busca desinteressada por informações etc.

É assim que com um controle remoto na mão – ante as limitações sociais para o usufruto de um lazer na cidade, como a carência da diversificação das opções de lazer relatada por muitos moradores e a ausência de segurança para o uso daqueles existentes, e os próprios determinismos impostos pela rede aberta – muitas famílias reúnem-se à noite na comodidade de suas modestas casas para assistirem juntas à TV.

4.11 Ruas em ebulição

Qualquer um que chegue à Cidade Estrutural por sua Zona Central e por ali pare por alguns instantes e limite-se a observar a vida que acontece ao seu redor, procederá tal como um médico que toma o braço de um paciente para sentir o seu pulso. É exatamente por ali que se começa a sentir a cidade

A Zona Central é o centro comercial da cidade. Na avenida que não possui mais de 500 metros, que aos domingos cede espaço à feira livre, intercalam-se lojas de roupas e calçados, eletrodomésticos, farmácias, supermercados, bares, padarias, igrejas e até mesmo uma espécie de praça de alimentação/diversão que reúne bares e lanchonetes especialmente.

Trata-se de um ponto de aglutinação por excelência onde milhares de pessoas circulam diariamente com os mais diferentes propósitos, ir ao supermercado para “fazer a despesa do mês”, ir à igreja para os cultos semanais, passar no bar da Dona Joana para jogar o jogo das três bolas, dar uma olhada em uma roupa exposta na vitrine de uma loja, sonhar com um novo móvel para a casa, comer um delicioso pão de queijo e tomar um café na padaria etc. etc.

Já na praça de alimentação/diversão, particularmente nos finais de semana, centenas de pessoas para lá se dirigem, sentam-se à mesa, sejam amigos, vizinhos ou

familiares, comem pastéis, “espetinhos”, porções, enquanto tomam suas bebidas, muitos a tradicional cerveja, conversam intensamente em um clima descontraído; por vezes pode-se ouvir inclusive uma música ao vivo, e por ali ficam por horas e horas.

Em sentido perpendicular à Zona Central tem-se a Avenida Luís Estevão, principal avenida da cidade. Subindo esta apertada avenida em sentido oposto ao fluxo dos veículos, tem-se um avenida eminentemente comercial, tal como ocorre na avenida da feira, inúmeras são as lojas, academias, bares, supermercados, igrejas e milhares de pedestres que a frequentam cotidianamente. É curioso observar que, nessa avenida, apesar de o sentido da circulação dos veículos ser único, descendo em direção à Zona Central, a circulação das pessoas não obedece a qualquer lógica. Pessoas descem, pessoas sobem, uns viram à direita, outros à esquerda, uns entram em uma loja de roupas, outros saem de supermercados, esbarram-se nas diminutas calçadas, apertam-se em dias de chuva nas “paradas de ônibus”, alguns seguem um passo apressado, outros não veem problema em parar de repente para conversar com um “conhecido”, muitos estão indo para o trabalho, outros se divertindo, e tudo isso em um movimento rítmico como em um grande balé de vidas humanas que se cruzam diariamente.

Afastando-se da Zona Central em direção às residências propriamente ditas, embrenhando-se nas ainda mais estreitas e intrincadas ruas labirínticas da Estrutural, onde 2 carros somente passam um pelo outro contando com muita habilidade de seus motoristas, igualmente nota-se o grande número de pedestres pelas ruas em um vai e vem ininterrupto.

É comum, particularmente nos finais de semana, mas não só, encontrar vizinhos sentados em suas cadeiras nas calçadas em frente a suas casas a conversar; jovens conversando nas esquinas, alguns deles inclusive vendendo drogas nessas “bocas itinerantes”, muitos simplesmente descansando ao final da tarde depois de um dia de trabalho. É também muito comum, ser atraído pelo cheiro de churrasco no ar e pelo aparelho de som ligado “no último volume” em inúmeras destas casas, denunciando uma forte interação social entre familiares, amigos e vizinhos. Outras vezes, nessa caminhada observante, espiando pelos portões entreabertos nota-se os almoços de domingo, o prato cheio na mão esquerda e o poderoso garfo na direita, e aguçando bem os ouvidos ouve-se várias vozes ao mesmo tempo desnudando a interação social.

A Cidade Estrutural é contígua à conhecida Cidade do Automóvel, espécie de Meca dos automotivos no Distrito Federal, contudo, a proximidade do automóvel para por

aí, ao menos para a grande maioria de seus moradores, uma vez que 62,67% não o possuem. Mas, se por um lado, o automóvel é tido como uma “necessidade” para muitos dos moradores do Distrito Federal devido às longas distâncias que separam as Cidades Satélites do Plano Piloto, local de trabalho para muitos deles, por outro lado, o fato de muitos dos moradores da Estrutural não o possuírem aliado à alta densidade demográfica do lugar, acaba por ativar uma interação social mais rica e densa no interior da própria Estrutural⁵⁸. Isto quer dizer que o simples ato de terem de andar pelas ruas e avenidas da cidade em seu dia a dia faz com que estejam em contato direto, em relações face a face imediatas, propiciando a constituição de uma sociabilidade própria, muito diferente inclusive daquela vivenciada pelos moradores do Plano Piloto, como tivemos a oportunidade de examinar.

Nota-se assim que o simples ato de andar pelas ruas e avenidas da cidade revela uma intensa interação social entre os moradores a ocorrer nos bares, nas igrejas, nas lojas, nas calçadas, nas esquinas, no interior das residências, a qual, combinada com o intenso fluxo de pessoas nestes espaços em um vai e vem constante, uma espécie de formigueiro humano, sugere distintas maneiras de usufruir o tempo livre e o lazer pelas classes populares para além de qualquer monotonia que se possa cogitar, como Magnani (2003) já tivera oportunidade de mostrar ao estudar o lazer das classes populares na periferia de São Paulo no início dos anos 1980. Ou seja, a Cidade Estrutural tem pulso.

Se se deixa de lado o questionário e passa-se a observar diretamente e por mais tempo o espaço onde se desfruta o lazer – ou seja, a casa, a vizinhança, a vila – a sensação de monotonia transmitida pelo “último item” em parte desaparece. Os fins de semana não são assim tão tediosos, e as opções de recreação e encontro, mais ricas e variadas: casamentos, aniversários, batizados, quermesses, festas religiosas, bailes, ensaios de escola de samba, excursões, torneios de futebol de várzea, parque de diversões, circo. E também – ficar em casa, dormir, assistir a programas de televisão. (Magnani, 2003, p. 117-118)

⁵⁸ Além de 62,67% não possuir automóvel, 38,43%, também a maioria, trabalha na própria Estrutural, ou seja, mais um elemento que fomenta a sociabilidade interna.

Capítulo 5 - Experimentando o reduto nativo

“Não há, portanto, dúvidas de que, latente, discreta ou manifesta, a confusão orgiaca insere-se na banalidade do cotidiano.” (Michel Maffesoli, 1985, p. 173)

5.1 A maldição dos estudiosos do ócio

De Masi (2003) ao discorrer sobre o ócio dos não-ociosos argumenta que os pensadores que de alguma forma mais se dedicaram a elogiar o ócio contraditoriamente tiveram uma vida laboriosa, e nesse rol inclui-se ele próprio, reconhecidamente um hiperativo durante boa parte da vida. Vejamos como ele classifica alguns deles:

Moreau-Cristophe: “que em 1849 publicou *Du Droit à l'oisiveté*, era um trabalhador tão despudoradamente ferrenho que ostentava o mote *Vitam impendere labori*.”

Marx: “Bato-me para que os operários conquistem a lei das oito horas mas, no que me diz respeito, sou favorável às jornadas de trabalho longas”.

Paul Lafargue (O direito à preguiça): “trabalhou duro até os 70 anos”.

Maurice Dommangé (editor de Lafargue): “confessa em uma nota que aos 80 anos trabalhava ainda como um forçado”.

Hermann Hesse (A arte do ócio): “Se, no fundo, eu não fosse um homem extremamente operoso, não sei como me teria sido possível conceber hinos e teorias a favor do ócio. Os ociosos por natureza, os ociosos geniais, não produzem nada similar.”

Bertrand Russell (Elogio do ócio): “Como muitos homens da minha geração, fui criado no preceito de que o ócio é o pai de todos os vícios. Como era um rapazinho bastante virtuoso, acreditava em tudo o que me diziam e foi assim que a minha consciência adquiriu o hábito de obrigar-me a trabalhar duro até hoje”. (De Masi, 2003, p. 298-299)

É claro que De Masi diferencia os laboriosos que apreciam “*a hiperatividade pela hiperatividade*” e desprezam “*os ociosos e toda a arte do ócio*” dos laboriosos hiperativos que “*não sabem ser outra coisa*”, mas

...que em seus corações compreendem toda a importância do ócio, levando para ele uma espécie de surda nostalgia, cultivando uma secreta admiração pelos “ociosos por natureza”, renovando

continuamente o propósito de seguir-lhes o exemplo. (De Masi, 2003, p. 299)

Ciente destas duras críticas e alerta aos neófitos do campo, ao fazer um estudo que tem como eixo estruturante o lazer, por dever de coerência senti-me na obrigação de desfrutar um pouco do lazer destas pessoas que entrevistava. E foi assim que decidi, já ao final do trabalho, experimentar mais intensamente mais alguns dos lazeres dos entrevistados, indo ao Brasa Viva na Estrutural e ao Boteco na 406 Sul de Brasília.

5.2 Uma noite no Brasa Viva

Os moradores da Estrutural com quem conversei relataram-me que um dos principais lazeres praticados no final de semana por muitos deles é ir ao Brasa Viva para se divertirem. Eu mesmo já havia notado o local na cidade.

Relatei a um de meus informantes a vontade de um dia ir à Casa, Matheus se prontificou a ir comigo para evitar qualquer tipo de estranhamento por parte dos locais ou, caso eu preferisse ir sozinho, que fosse prudente *“Os caras não te conhecem. Senta na mesa e toma sua cerveja sem engraçar com as meninas”*.

As entrevistas com os moradores do Plano mostram que não é muito comum este fluxo do Plano para as Satélites em busca de lazer. Junte-se a isso o estigma que ainda hoje pesa sobre a Estrutural de *“área perigosa”*⁵⁹, acresça-se o fato de os moradores mostrarem-se razoavelmente satisfeitos com as opções de lazer do Plano e eu teria sucumbido talvez ao show do Dudu Nobre na Asa Norte a R\$ 85 reais só a entrada.

Pesava ainda a favor de ir ao Brasa o fato de eu ter frequentado na Estrutural espaços de lazer ligados ao sagrado (lembre-se do rock n’ roll para Jesus) e, por uma obrigação moral e em homenagem à diversidade, era mister pisar um solo profano.

Saí do casulo, já eram 22 horas, e fui ao Brasa Viva sozinho contrariando meu amigo Matheus para ver a apresentação do grupo Forrozão F+ . Já à entrada da Casa, que fica próxima da Via Estrutural atrás do Posto Shell, podia-se ler na fachada: *“Cheguem cedo, homem e mulher entrada liberada até as 22:30. Caipirinha para elas até as 23h”*.

Cheguei cedo e, assim com eu, percebi que a maior parte daqueles que estavam na Casa também chegaram antes das 22:30 para beneficiarem-se da entrada franca, a qual depois disso, custava R\$ 10 reais.

⁵⁹ Segundo a Codeplan para o exercício de 2012, 96,51% dos moradores declararam que não sofreram qualquer tipo de violência; e dentre os que sofreram , 3,49%, o tipo de violência mais comum é o roubo, 61,36%, seguido do furto, 32,24, abuso sexual, 3,20%, agressão física e tentativa de homicídio, 1,60% cada.

O local trata-se de um restaurante que aos finais de semana também funciona como casa de shows, afastam-se as mesas e cadeiras para os cantos e ao centro tem-se a pista de dança em frente a um pequeno palco.

Devia haver na Casa umas 100 pessoas ou talvez um pouco mais, entre elas, homens, mulheres, jovens e adultos, casados e solteiros e ainda alguns poucos já de mais idade. Pedi uma cerveja, encostei num canto e observei, dali em diante, pelo menos nas próximas 3 horas que se seguiriam, a banda que animava a festa tocando forró nordestino e sertanejo dançante.

Nas mesas notava-se que as bebidas eram fartas, sendo as preferidas dos visitantes uma combinação de um *Whisky* nacional de nome *Black Stone* (garrafa de 1 litro) com um energético chamado *Volcano* (garrafa de 2 litros) dispostos em um balde branco com gelo. Esse combo saía a R\$ 60 reais, rateado por 4, 5 ou 6 amigos em cada mesa, suficiente para beberem enquanto dançavam ao longo da noite.

Era evidente que a principal razão para estarem ali para a maioria era a dança e ao lado dela também a azaração. Não foi preciso muito tempo para decodificar o porquê do nome Brasa Viva, aquela dança envolvente contagiava a quase todos e um calor humano intenso tomava conta do lugar, misturando o aroma dos diferentes perfumes ao suor dos corpos agarrados.

Impressionou-me deveras a habilidade de um casal que dançava, ele um garoto de não mais de 18 anos, moreno e franzino; ela um morena, também muito jovem, de corpo esguio. A leveza daquele casal, mas também o molejo de tantos outros menos hábeis, sugere a aproximação com uma conclusão de Jacques (2011) quando ela diz que a estética de cidade originária de ocupações irregulares, sua arquitetura, marcada por suas ruas labirínticas, emaranhado de vielas, tal como ocorre na Estrutural, inscreve nos corpos de seus moradores um gingado peculiar. Quem circula diariamente por aquelas estreitas ruas, algumas delas sem saída, certamente está em melhores condições para desenvolver aquele traquejo característico visto no salão de dança, uma estética da ginga produto de um urbanismo espontâneo.

A experiência de subir⁶⁰ ou de descer uma favela reveste-se de uma percepção espacial única. À medida que se vai passando pelas primeiras “quebradas”, vai se descobrindo um ritmo de caminhar

⁶⁰ Diferentemente da ideia de “favela” vinculada ao morro, como a da autora, a Cidade Estrutural situa-se em uma área plana, como de resto todo o Distrito Federal.

diferente, imposto pelo próprio percurso das vielas. É o que chamam de ginga.

...como se reproduzissem (os passistas) os movimentos do corpo ao ir subindo as ladeiras da favela. A dança do samba estaria numa relação mimética com o ritmo das quebradas.

O samba dançado seria, portanto, uma representação do percurso das favelas, a expressão da experiência espacial labiríntica que contagia os movimentos do corpo. (Jacques, 2011, p. 70-71)

De minha parte, não havia como permanecer naquele lugar e não dançar, porém, havia pelos menos duas boas razões para combater este ímpeto corporal que me assaltava. A primeira era porque eu me considerava uma verdadeira estátua de bronze, razão por si só necessária para a contenção, mas não suficiente, haja vista muitos dos que dançavam serem iniciantes nesses mistérios. A outra razão, esta suficiente, liga-se à prudência sugerida por meu amigo Matheus “*não engrajar com as meninas*”, combinada, ainda que inconscientemente, com as exortações do Êxodo “*Não cobiçaras a mulher do teu próximo*” e “*Não Adulterarás*”.

Eu já havia lido Magnani (2003) e sabia que não era do pedaço, ainda que já tivesse circulado bastante pela cidade, não pareceu-me de bom alvitre arriscar alguns passos com aquelas lindas mulheres. Contive-me.

Muito diferentemente de Geertz (2008, p. 186-187) que teve de correr com os balineses ante a perseguição pela polícia local por estarem divertindo-se com as ilegais brigas de galos ou mesmo Santos (2013, p. 107-108) que na própria Estrutural envolveu-se diretamente com os moradores participando de enfrentamentos com a polícia em luta pelo direito à terra e à moradia, resignei-me muito a contragosto a permanecer em meu canto com a minha cerveja, em um exercício de observação não tão participante quanto eu gostaria.

Quando me dei por satisfeito e fui embora já era quase 1 hora da manhã e a brasa ainda ardia, apesar de do lado de fora os termômetros não marcarem mais de 16 graus em uma noite fria no Plano Piloto.

5.3 Entre um chopp e outro...

Em uma quinta-feira como qualquer outra fiz o que fazem diariamente milhares de brasilienses, mal esperei o último toque da sineta marcando o fim de mais uma jornada de trabalho para voltar para casa, mas antes disso fazendo uma conexão direta em um bar,

afinal, entre a Esplanada e as residenciais há muitos deles distribuídos pelas comerciais. Deixei então o tempo obrigatório por volta das 19 horas e ingressei no tempo livre, o tempo do lazer, com o único propósito de aliviar a mente em meio a uma bebida e um petisco e também observar de modo desinteressado.⁶¹

Sem nenhum plano prévio, ainda com casaco e tudo entrei no Boteco, o “b” é maiúsculo porque não se trata de um copo sujo qualquer, mas um bar bem conceituado na Asa Sul, conhecido pela boa comida e boa bebida. Escolhi uma mesa de canto, por ali sentei, pedi um chopp e descansei.

Entre um chopp e outro enquanto ia “*acelerando a mente*”, não pude deixar de notar que alguns amigos do meu lado conversavam sobre o seu trabalho e, durante as duas horas que fiquei no bar, não conversaram muita coisa mais além disso. O maldito trabalho os perseguira até ali; deram a última batida diária no relógio de controle de ponto, mas ainda traziam em suas cabeças o trabalho, ou seja, encerraram sua jornada diária de trabalho e adentraram em um espaço típico de lazer, mas o trabalho, sub-repticiamente, invadia, quase que inconscientemente, o seu tempo livre.

Pode-se objetar que isso se deve ao fato de a conexão deles, assim como a minha, ter sido direta, do trabalho para o bar, sem escalas. Aliás, em uma outra mesa também próxima, percebi que um grupo de amigas da mesma forma também havia acabado de deixar os seus tempos obrigatórios, inclusive, uma delas, juntou-se ao grupo nem mesmo se dando conta de que ainda portava o crachá do órgão público em que trabalha.

Mas será que esta invasão mental do trabalho sobre o lazer, como que prolongando a jornada de trabalho, não se deve a outras causas? Pedi um outro chopp e algo para comer enquanto pensava no assunto.

Os pensamentos já turvos não me permitiram estabelecer mais conjecturas que não outras duas. Uma diz respeito ao fato de que o trabalho de natureza dita “*intelectual*” não conhece os limites rígidos do relógio de ponto, ou seja, há razões para pensar que esse tipo de trabalho não termina com a última batida diária do ponto. Deixa-se o prédio em que se trabalha, mas o trabalho continua na mente do trabalhador, por um tempo que extravaza e muito a rigidez do relógio de ponto. Nestes casos, frequentemente, o relógio de ponto mental continua ligado após desligarmos com a última batida o relógio de ponto do prédio

⁶¹ Para uma compreensão profunda sobre as sociabilidades vinculadas aos bares em Brasília vide a tese *Nos bares da cidade: lazer e sociabilidade em Brasília* de Gilberto Luiz Lima Barral (2012) constante das referências.

onde trabalhamos. Uma fadiga mental daí decorrente é natural com o tempo, talvez por isso mesmo a necessidade de evasão tenha ficado tão presente nos lazeres dos moradores de Brasília.

Há que se pensar também que pode estar agindo aí o peso da baixa interação social, já verificado por Nunes (2004), entre os moradores do Plano sendo refletido nas sociabilidades desenvolvidas no ambiente dos bares. Por óbvio que, como já demonstrou Barral (2012) em seu estudo, conversar sobre trabalho é apenas uma das sociabilidades vinculadas aos ambientes dos bares, mas essa em especial chamou-me a atenção.

Como já dito, bebe e come-se nos bares por muitos motivos: descontração, alívio, o prazer do paladar, embalar uma boa conversa, enquanto se assiste ao futebol etc., e bebe-se também sem nenhum motivo particular, a bebida pela bebida. Contudo, chamou-me a atenção também o quanto se bebe. Uma simples olhada pelas mesas denuncia o alto consumo de bebidas alcoólicas, em especial a cerveja e o *chopp*, eu mesmo já havia tomado quatro ou cinco.

Essa necessidade de evasão/fuga e os meios que para ela se utiliza também é sugerida no estudo de Silva (2012) sobre o consumo de cocaína no Distrito Federal. Neste trabalho, o autor identifica, a partir de análises químicas de amostras de esgoto (epidemiologia do esgoto), que o consumo de cocaína no DF alcançou 753 quilos em 2012, puxado sobretudo pela região compreendida como Brasília Norte (Asa Norte, Lago Norte, Varjão e Estrutural). Não por acaso, o estudo mostra que o pico deste consumo ocorre nos finais de semana, embalando muitos dos lazeres da Capital.

Outro aspecto digno de nota, neste lazer do bar, é o fato de que boa parte dele se dá da mão para a boca. É fato que a comida e a bebida são os suportes para a ativação de outras formas de sociabilidade como a conversa, mas o que destaca é o fato de ser um lazer digamos do mínimo esforço, sentar, comer e beber e conversar etc. Interrompe-se esta tríade para as inescapáveis idas ao banheiro, fumar um cigarro e coisas do tipo.

É ainda preciso acrescentar que o lazer dos bares do Plano discrimina pela renda, o que quer dizer que bebe-se e come-se à vontade, desde que se tenha *la plata*, evidenciando o tripé: dinheiro-consumo-lazer. Eu mesmo, ao dar uma constrangida olhada no cardápio ali apresentado e confrontá-lo com o meu universo de possibilidades resignei-me a tomar cinco *chopps* e pedir uma porção de batatas fritas com bacon, para minha

surpresa e desespero, a dita porção mais se assemelhava a uma porção de palitos salpicados com bacon ralado, angústia essa só aliviada pelo pequeno e apetitoso *chopp*.

E foi assim que refiz uma vez mais a trajetória cotidiana de milhares de brasilienses entre o trabalho e a casa, entre a Esplanada e as residenciais, constatando que no meio do caminho não havia um bar, mas muitos deles, operando uma importante função social de transição do tempo obrigatório para o tempo livre.

Considerações Finais

Repouso... para no instante seguinte entrar em agitação e pôr-me em movimento.

Ao delimitar o lazer como objeto de estudo desta pesquisa confesso que senti-me um tanto quanto deslocado dos temas clássicos que permeiam as ciências sociais como o trabalho, a política, a religião, a família, as desigualdades e, mais contemporaneamente, os estudos sobre a violência e os grupos minoritários. Isso me causou um certo desconforto inicial. Por que estudar um tema, a princípio de menor relevância para muitos, ante a urgência de questões mais dramáticas da vida social e que ainda hoje padecem de respostas sobretudo em sociedades ditas em desenvolvimento como a nossa?

Não demorou muito para que, já no início da pesquisa, ficasse clara a importância dos estudos sobre o lazer nas sociedades contemporâneas, não só em países desenvolvidos, mas também naqueles em desenvolvimento como o Brasil, fato este evidenciado ao longo deste trabalho. Isto quer dizer que o tema do lazer coloca-se na ordem do dia das ciências sociais. Não é secundário, mas prioritário e, nesse sentido, tão importante quanto outros tempos sociais. Talvez por isso mesmo não tenha sido exagero de Dumazedier o uso natural da expressão “*civilização do lazer*” para caracterizar estes novos tempos.

Neste estudo busquei investigar os lazeres engendrados em contextos de baixa renda, no caso da Estrutural, a partir da realidade cotidiana de seus moradores demonstrando que, não obstante este que é um dos principais condicionamentos da vida social – a renda, as sociabilidades gestadas nestes contextos encontram os seus próprios caminhos, inclusive no que tange aos usos do tempo livre e dos lazeres. Em outros termos, pude observar que no contexto da Estrutural e de seus muitos lazeres cotidianos, não que a renda não fosse importante em alguns deles, mas que estava longe de ser uma variável determinante para a compreensão dos significados dos lazeres destas pessoas na maior parte dos casos examinados.

No caso de Brasília, o extremo oposto na escala da estratificação social, chamou a atenção o impacto do projeto urbanístico, marcado pela simetria das formas, nos lazeres de seus moradores. Nesse sentido, aquele aspecto do lazer ligado à necessidade de evasão, de fuga do cotidiano, da rotina, ganhou relevo, revelando algumas das respostas encontradas pelos habitantes para satisfazerem este anseio.

Também ganhou destaque o peso da renda na ativação das sociabilidades vinculadas ao lazer, bem como da racionalidade cotidiana do brasileiro, inclusive quando colocado ante o dilema da escolha entre mais tempo livre ou mais renda.

À dinâmica natural do trabalho de campo seguiu-se a decisão de acompanhar o seu fluxo espontâneo trazido pela narrativa dos moradores e confrontado com minhas próprias observações e com a teoria sociológica, o que por vezes significou a reorientação original de alguns dos rumos do trabalho. Entretanto, não acredito que isso tenha comprometido sua natureza primitiva. Ademais, isso não significou perda de rigor metodológico, antes, tratou-se de uma decisão deliberada de ajustar o projeto originário à realidade empírica e não o contrário.

Por oportuno, destaco que neste trabalho pude apontar ainda a importância e adequação da teoria sociológica para a interpretação da realidade social, mas também indiquei alguns dos limites teóricos conceituais em especial da sociologia do lazer resultantes do confronto da teoria com as nuances da realidade empírica.

Nesse sentido, por exemplo, mostrei que as categorias sociológicas tempo obrigatório e tempo de lazer não devem ser pensadas como polos que se repelem, muitas das vezes elas se interpenetram, como no caso de Tiago, o qual se autoimpõe um tempo obrigatório (trabalho e curso de idiomas) visando um tempo de lazer no futuro. Da mesma forma, quando conversamos com Lucas, jogador de futebol profissional, percebemos que eventualmente o tempo obrigatório, a exemplo do trabalho profissional, pode ser simultaneamente tempo de lazer, a depender da atitude do agente e dos próprios conteúdos da atividade em si.

Percebemos também no caso de Lucas, que aquilo que é tempo de lazer em um instante pode deixar de sê-lo no instante seguinte, convertendo-se em tempo obrigatório, ou dito de forma mais simples, muitas das vezes é o próprio tempo de determinado lazer que impede a prática de outros lazeres, a exemplo de Valéria, a qual usufrui o seu lazer ao lado da família, mas que ressenete-se da falta de um tempo livre para a prática de um lazer individual, ou seja, no caso dela são os próprios momentos de lazer em companhia da família que reduzem-lhe o tempo de lazer pessoal.

Também é importante destacar que contra os mecanismos sócio-niveladores dos grandes centros urbanos como Brasília, o anonimato de seus moradores, a baixa interatividade social, ditados pela teoria sociológica, emergem estratégias de indivíduos

urbanos para driblarem esse achatamento da vida social, como depreendemos das conversas com José e André, cada qual a seu modo buscando saídas alternativas para o impacto da cidade grande na vida mental, o primeiro lançando mão das interações virtuais para garantir o lazer familiar; o segundo buscando na vida provinciana a reparação necessária para o desgaste mental da vida urbana.

O que estamos a dizer é que a teoria sociológica é por demais importante para a compreensão da realidade social, mas também que ela própria contém seus limites, como que pedindo para ser complementada, retificada, quando não superada. Talvez por isso mesmo seja tão importante o seu confronto com a realidade empírica, em um esforço constante de atualizá-la, diminuindo a distância entre a teoria e a vida social sempre tão volátil.

Junte-se a esse esforço de compreender uma realidade social cambiante, a perspectiva que adotamos neste trabalho, de confrontar a teoria sociológica aos conteúdos subjetivos contidos na ação dos indivíduos e ainda à minha própria percepção de observador enquanto sujeito que, dotado de valores, inscreve sentidos na realidade social que observa. Desse modo, por exemplo, vimos que era possível falar-se em lazer ativado pela dependência, como no caso de João, o qual, se por um lado não dispõe de liberdade de escolha para definir o seu lazer, por outro, atinge o estado de satisfação e prazer, essência da ideia de lazer.

De modo análogo, mostramos que a atividade religiosa, a princípio fora da esfera do lazer, situa-se, no caso da Estrutural, numa área flutuante de difícil apreensão teórica. No caso dos adultos, tem-se um semilazer muito próximo das necessidades e obrigações da vida cotidiana propriamente ditas. Já para os jovens dá-se o oposto, tem-se um semilazer muito próximo do lazer propriamente dito.

Vimos que muitas são as portas de entrada de um estudo como este, falar sobre o lazer é um empreendimento trabalhoso como lembra-nos De Masi, tenho ciência que, no escopo deste trabalho, apenas entreabri algumas destas portas para dar uma espiada ligeira nos lazeres das pessoas comuns e daquelas não tão comuns assim, o que por sua vez permitiu-me explorar algumas das possibilidades e apontar alguns dos limites teórico-conceituais da sociologia do lazer. Todavia, nesta seara, muitas são ainda as portas a serem abertas.

Referências bibliográficas

ADORNO, Theodor W. 1903-1969. Indústria cultural e sociedade / Theodor W. Adorno; seleção de textos Jorge Mattos Brito de Almeida; traduzido por Julia Elisabeth Levy...[et al.]. – São Paulo: Paz e Terra, 2002.

BAUDRILLARD, Jean. A sociedade de consume. Elo-Mafra, Edições 70, 1975.

BECKCER, Howard Saul, 1928-. Outsiders: estudos de sociologia do desvio / Howard S. Becker; tradução Maria Luiza X. de Borges; revisão técnica Karina Kuschnir. – Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BOURDIEU, Pierre. A Distinção: crítica social do julgamento / Pierre Bourdieu; tradução Daniela Kern; Guilherme J. F. Teixeira. 2ª. ed. 1 reimp. – Porto Alegre, RS: Zouk, 2013.

CASTELLÁ SARRIERA, Jorge [et. al.]. Uso do tempo livre por adolescentes de classe popular. Psicologia: Reflexão e Crítica. v.20, n.3, Porto Alegre, 2007.

DE MASI, Domenico, 1938 -. O ócio criativo / Domenico De Masi; entrevista a Maria Serena Palieri; tradução de Léa Manzi. – Rio de Janeiro: Sextante, 2000.

_____. O futuro do trabalho: fadiga e ócio na sociedade pós-industrial / Domenico De Masi; tradução de Yadyr A. Figueiredo. – 7ª ed. – Rio de Janeiro: José Olympio, 2003.

DOUGLAS, Mary. O mundo dos bens: para uma antropologia do consumo / Mary Douglas, Baron Isherwood; tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004.

DUMAZEDIER, Jofre, 1915-2002. Lazer e cultura popular. Tradução Maria de Lourdes Santos Machado. São Paulo, Perspectiva, 1973.

_____. Sociologia empírica do lazer. Tradução Silvia Mazza e J. Guinsburg. 3ª ed. – São Paulo: Perspectiva: SESC, 2008.

_____. A revolução cultural do tempo livre; tradução e revisão técnica Luiz Octávio de Lima Camargo, colaboração na tradução Marília Ansarah. – São Paulo: Studio Nobel: SESC, 1994.

DURKHEIM, Émile, 1858-1917. Da divisão do trabalho social / Émile Durkheim: tradução Eduardo Brandão. – 2ª ed. – São Paulo: Martins Fontes, 1999.

ELIAS, Norbert, 1897-1990. Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade / Norbert Elias e John L. Scotson; tradução,

Vera Ribeiro; tradução do posfácio à edição alemã, Pedro Süssekind; apresentação e revisão técnica, Federico Neiburg. – Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

GAEZLER, Lenea. Lazer: benção ou maldição? Porto Alegre, Sulina, Ed. da UFRGS, 1979.

GASKELL, George. Entrevista individuais e grupais. In: BAUER, W. Martin & GASKEL, Georg. Pesquisa qualitativa com texto imagem e som: um manual prático/Martin W. Bauer, Georg Gaskell (editores); tradução de Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008, p. 64-89.

GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. 1ª ed. 13 reimp. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GOFFMAN, Erving. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Erving Goffman; tradução de Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

HORKHEIMER, Max. 1895-1973. Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos / Max Horkheimer e Theodor W. Adorno; tradução, Guido Antônio de Almeida – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1985.

HUIZINGA, Johan. 1872-1945. Homo Ludens: o jogo como elemento da cultura. Tradução de João Paulo Monteiro. São Paulo, Perspectiva, editora da USP, 1971.

HUXLEY, Aldous. Admirável mundo novo. 5ª ed., tradução de Vidal de Oliveira e Lino Vallandro. Editora Globo, Porto Alegre, 1979.

JACQUES, Paola Berenstein, 1968-. Estética da ginga: a arquitetura das favelas através da obra de Hélio Oiticica / Paola Berenstein Jacques. – 4.ed. – Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2011.

LAFARGUE, Paul (-). O direito à preguiça. Edição eBooksBrasil.com, Fonte digital, 1999.

LIMA CAMARGO, Luiz Octávio de. O que é lazer. 2ª ed. – Editora Brasiliense, 1989.

MAFFESOLI, Michel. A sombra de Dionísio: contribuição a uma sociologia da orgia / Michel Maffesoli; tradução de Aluizio Ramos Trinta. – Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Festa no Pedaco: Cultura popular e lazer na cidade / José Guilherme Cantor Magnani. – 3ª. ed. – São Paulo: Hucitec / UNESP, 2003.

MARX, Karl. 1818-1883. O capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital / Karl Marx; [tradução de Rubens Enderle]. – São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. A Ideologia Alemã. Tradução de José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. Editora Hucitec, São Paulo, 1999.

_____. As lutas de classes em França de 1848 a 1850. Tradução Álvaro Pina e Fernando Silvestre. Editorial Avante! Edições Progresso, Lisboa –Moscou, 1982.

_____. O manifesto comunista. Edição Ridendo Castigat Mores, eBooksBrasil.com, 1999.

_____. Manuscritos econômicos e filosóficos. Boitempo, 2004.

MYERS, Greg. Análise da conversação e da fala. In: BAUER, W. Martin & GASKEL, Georg. Pesquisa qualitativa com texto imagem e som: um manual prático/Martin W. Bauer, Georg Gaskell (editores); tradução de Pedrinho A. Guareschi. – 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008, p. 271-292.

MORUS, Thomas. 1478-1535. A utopia. Editora Nova Cultural Ltda, uma divisão do Círculo do Livro Ltda. 1997.

NUNES, Brasilmar Ferreira. Brasília: a fantasia corporificada / Brasilmar Ferreira Nunes – Brasília: Paralelo 15, 2004.

PARK, Robert Ezra Park. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In O fenômeno urbano. Org. Otávio Guilherme Velho. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976, p. 26-67.

REQUIXA, Renato. O lazer no Brasil. Editora Brasiliense, 1977.

SCHWARZ, Roberto. Nacional por subtração. Aula dada no curso “Tradição/Contradição”, organizado por Adauto Novaes para a Funarte. Publicação original na Folha de São Paulo, 7/6/1986, reproduzido em *Que horas são?* São Paulo, Cia. das Letras, 1987 e *Cultura e Política* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2001.

SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. In O fenômeno urbano. Org. Otávio Guilherme Velho. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976, p. 11-25.

_____. O dinheiro na cultura moderna (1896). In Simmel e a modernidade / Jessé Souza e Berthold Öelze – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1ª reimpressão, 2ª ed., 2014, p. 23-40.

_____. A divisão do trabalho com causa da diferenciação da cultura subjetiva e objetiva (1900). In Simmel e a modernidade / Jessé Souza e Berthold Öelze – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1ª reimpressão, 2ª ed., 2014, p. 41-76.

_____. O conceito e a tragédia da cultura. In Simmel e a modernidade / Jessé Souza e Berthold Öelze – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1ª reimpressão, 2ª ed., 2014, p. 77-106.

_____. Da psicologia da moda: um estudo sociológico. In Simmel e a modernidade / Jessé Souza e Berthold Öelze – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1ª reimpressão, 2ª ed., 2014, p. 159-168.

TOURAINE, Alain. A sociedade post-industrial. Moraes Editores, Lisboa, 1970.

VEBLEN, Thorstein. 1857-1929. A teoria da classe ociosa: um estudo econômico das instituições / Thorstein Veblen; tradução de Olívia Krähenbühl. – São Paulo: Nova Cultural, 1988.

VELHO, Gilberto, 1943-. Desvio e divergência: uma crítica da patologia social / Gilberto Velho, organizador – 2.ed. – Rio de Janeiro, 1985. 4ª reimpressão da 2ª Ed.: 2012.

WEBER, Max. 1864-1920. A ética protestante e o espírito do capitalismo. Tradução de M. Irene de Q. F. Szmrecsányi, Tamás J. M. K. Szmrecsányi. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2001.

_____, A “objetividade” do conhecimento nas ciências sociais / Max Weber; tradução Gabriel Cohn – São Paulo: Ática, 2006.

WHYTE, William Foote. 1914-2001. Sociedade de esquina (Street corner society): a estrutura social de uma área urbana urbana pobre e degradada / William Foote Whyte; tradução Maria Lúcia de Oliveira; revisão técnica Karina Kuschnir; apresentação de Gilberto Velho. – Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

WIRTH, Louis. O urbanismo como modo de vida. In O fenômeno urbano. Org. Otávio Guilherme Velho. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976, p. 90-113.

TESES E DISSERTAÇÕES

LIMA BARRAL, Gilberto Luiz. Nos bares da cidade: lazer e sociabilidade em Brasília. Tese de doutorado em sociologia apresentada no Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília, 2012.

NOGUEIRA, Bruno de Oliveira Santos Paiva. Concurseiros: motivos e métodos para ingressar no serviço público. Dissertação de mestrado apresentada no Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília, 2015.

SANTOS, Caroline Soares. Área de risco ou área de rico: teorias sobre política, direito e respeito na Cidade Estrutural. Tese de doutorado apresentada no Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília, 2013.

SILVA, Rafael Feitosa da. Determinação de cocaína e benzoilecgonina em amostras de esgoto bruto do Distrito Federal como suporte à realização de estimativas de consumo. Dissertação de mestrado apresentada no Instituto de Química da Universidade de Brasília, 2012.

RELATÓRIOS

CODEPLAN. Companhia de Planejamento do Distrito Federal. Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios PDAD – 2013/2014. Estrutural e Brasília/Plano Piloto.

ANEXO I: Roteiro de Entrevista

Dia: **Hora:** **Local de moradia:**

1ª Parte:

Tempo obrigatório: Relações entre renda, instrução e trabalho

1º Bloco: Perfil geral do morador

- 1) Nome do entrevistando (Caso queira identificar-se) Sexo:
Idade: Estado Civil:

- 2) Qual seu grau de escolaridade? “Nenhum”, (), Sabe ler e escrever (), Fundamental incompleto (), Fundamental completo (), Médio incompleto, (), Médio completo (), Superior incompleto (), Superior completo (), Especialização (), Mestrado (), Doutorado ().

- 3) Qual a sua ocupação profissional?

- 4) Ambos os cônjuges trabalham⁶²?

- 5) De quem é a renda principal do domicílio?

- 6) Existem outras fontes de renda em seu domicílio?Quais?

- 7) Qual a renda domiciliar média mensal?⁶³
 - a) Menos de R\$ 880,00?
 - b) Entre R\$ 880,00 e R\$ 1760,00?
 - c) Entre R\$ 1760,00 e R\$ 4400,00?
 - d) Entre R\$ 4400,00 e R\$ 8800,00?
 - e) Entre R\$ 8800,00 e R\$ 17600,00?
 - f) Mais de R\$ 17600,00?

- 8) Quantas pessoas vivem em seu domicílio?

- 9) Quantas pessoas dependem da renda do domicílio?

2º Bloco: Tempos obrigatórios do morador

- 10) Quantas horas trabalha por dia?

- 11) Trabalha nos finais de semana? Quantas horas?

⁶² No caso de a pessoa possuir um cônjuge.

⁶³ Os valores têm como referência o valor atual do salário mínimo de R\$ 880,00.

12) Qual o tempo médio diário gasto no transporte casa-trabalho-casa?

13) Qual o tempo médio diário gasto nas obrigações doméstico-familiares, como: lavar louça, lavar e passar roupas, cozinhar, arrumar a casa, cuidar dos filhos, realizar consertos, reparos e obras no imóvel, etc.? Ou essas atividades são realizadas por empregados?

3º Bloco: Grau de satisfação com o trabalho

14) O que lhe traz mais satisfação: seu trabalho ou sua vida fora do trabalho? Por quê?

15) O que o trabalho significa para você: dinheiro, realização pessoal, obrigação, prazer etc.?

4º Bloco: Mais tempo livre ou mais dinheiro?

16) O que você preferiria:

- c) Um aumento de salário mantendo-se a sua jornada de trabalho constante/igual?
Ou
- d) Uma diminuição das horas de trabalho/jornada de trabalho mantendo-se o salário constante/igual?

Por exemplo⁶⁴: se hoje você recebe R\$ 15000,00 por mês e tem que trabalhar 140 horas mensais, qual das 2 opções você escolheria: ganhar R\$ 16500,00 e continuar tendo que trabalhar 140 horas mensais ou continuar ganhando R\$ 15000,00 mas agora tendo que trabalhar apenas 126 horas semanais?

17) O que você preferiria:

- d) Um aumento de 10% de salário com aumento proporcional da jornada de trabalho? Ou
- e) Uma diminuição da jornada de trabalho em 10% com redução proporcional no salário?
- f) Ou você prefere no momento manter o mesmo salário e a mesma jornada de trabalho?

Por exemplo: se você recebe os mesmos R\$ 15000,00 por mês e tem que trabalhar as mesmas 140 horas mensais do exemplo anterior, qual das 2 opções você escolheria: ganhar R\$ 16500,00 mas agora tendo que trabalhar 154 horas ou ganhar R\$ 13500,00 tendo a jornada de trabalho reduzida para 126 horas, ou manter o salário e a jornada de trabalho com estão?

⁶⁴ Quando da entrevista, adequar os valores das rendas às realidades dos entrevistados de modo a captar a importância do aumento da renda ou do tempo livre para o morador.

- 18) Para você o que no momento é mais importante: ter mais dinheiro ou mais tempo livre?
- 19) Se lhe fosse oferecida a oportunidade de trabalhar em um regime flexível como o teletrabalho, no caso de ser possível, mantendo-se a mesma renda, você aceitaria? Por quais razões?

2ª Parte:

Tempo Livre: Relações entre Renda e o tempo de lazer

1º Bloco: Tempo livre dos moradores

- 20) Qual o tempo livre aproximado você dispõe em cada dia, durante os dias úteis da semana, uma vez desincumbido das obrigações profissionais e doméstico-familiares?
- 21) Qual o tempo livre aproximado você dispõe nos finais de semana (sábado e domingo), uma vez desincumbido das obrigações profissionais e doméstico-familiares?
- 22) Você dispõe de férias anuais remuneradas? Quais atividade de lazer realiza durante esse período?
- 23) Se tivesse mais tempo livre como o utilizaria: mais trabalho, mais lazer, outras atividades?
- 24) Caso fosse possível, você estaria disposto a reservar parte de sua renda para comprar tempo a fim de ser utilizado em atividades de lazer ou mesmo outra destinação?

2º Bloco: As atividades de lazer e os seus conteúdos

- 25) Qual a sua atividade de lazer favorita durante a semana? E nos finais de semana?
- 26) Sobre a prática dos lazeres mais importantes/comuns em sua vida, em que oportunidade elas acontecem? Com que frequência? Em que Companhia?
- 27) Para você qual a principal motivação para dedicar-se a essas atividades de lazer?

3º Bloco: Investigando as hipóteses

- 28) O dinheiro é importante para a participação nas atividades de lazer de seu interesse?
- 29) Em uma escala de 0 a 10, na qual à medida que se avance no sentido crescente da numeração aumenta-se o grau de importância do dinheiro para a satisfação das necessidades de lazer, qual o grau de importância do dinheiro para a satisfação de suas necessidades de lazer?

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

0 = sem importância 2,5 = pouco importante 5 = importante 7,5 = muito importante 10 = essencial.

30)O modo como você usufrui seu tempo livre/lazer é igual ou mesmo parecido com o modo como outros moradores do Plano Piloto usufruem seu tempo livre/lazer? Se diferente, consegue explicar-me o porquê de suas atividades de lazer serem diferentes das atividades de lazer dos outros moradores?

4º Bloco: Questões gerais

31)O seu tempo livre favorece a prática de relações de parentesco, religiosas, políticas?

32)Quais os principais equipamentos públicos e privados destinados ao lazer existentes aqui no Plano?

33)São utilizados por vocês moradores ou são ociosos? São adequados às suas demandas?

34)Os moradores aqui do Plano normalmente frequentam outras cidades? Se sim, qual o fator de atração, trabalho, lazer, outras atividades?

35)É possível encontrar um enunciado que melhor represente como você emprega seu tempo de lazer?

36)O que você acha que mais lhe atrapalha a ter atividades de lazer? (exemplo: dinheiro, infraestrutura urbana, dificuldade de transporte, excesso de trabalho etc.)

Muito obrigado por sua gentileza em dedicar parte de seu tempo para responder a esta entrevista.

Caso deseje receber o resultado da pesquisa/dissertação tão logo seja defendida e publicada anote abaixo o seu e-mail.

ANEXO II: Caderno de Imagens

Imagem 01: Pátria Amada Brasil



Imagem 02: Lixão da Estrutural



Imagem 03: Feira livre da Estrutural - hortifruti



Imagem 04: Gangster!



Imagem 05: Feira livre da Estrutural – roupas infantis



Imagem 06: Bar da Dona Joana – Jogo das três bolas



Imagem 07: Feira livre da Estrutural – preços populares



Imagem 08: Brasa Viva



Imagem 09: Bingo!



Imagem 10: Feira livre da Estrutural – liberdade e espontaneidade



Imagem 11: Parque Urbano da Estrutural



Imagem 12: O Plano Piloto e a simetria das formas

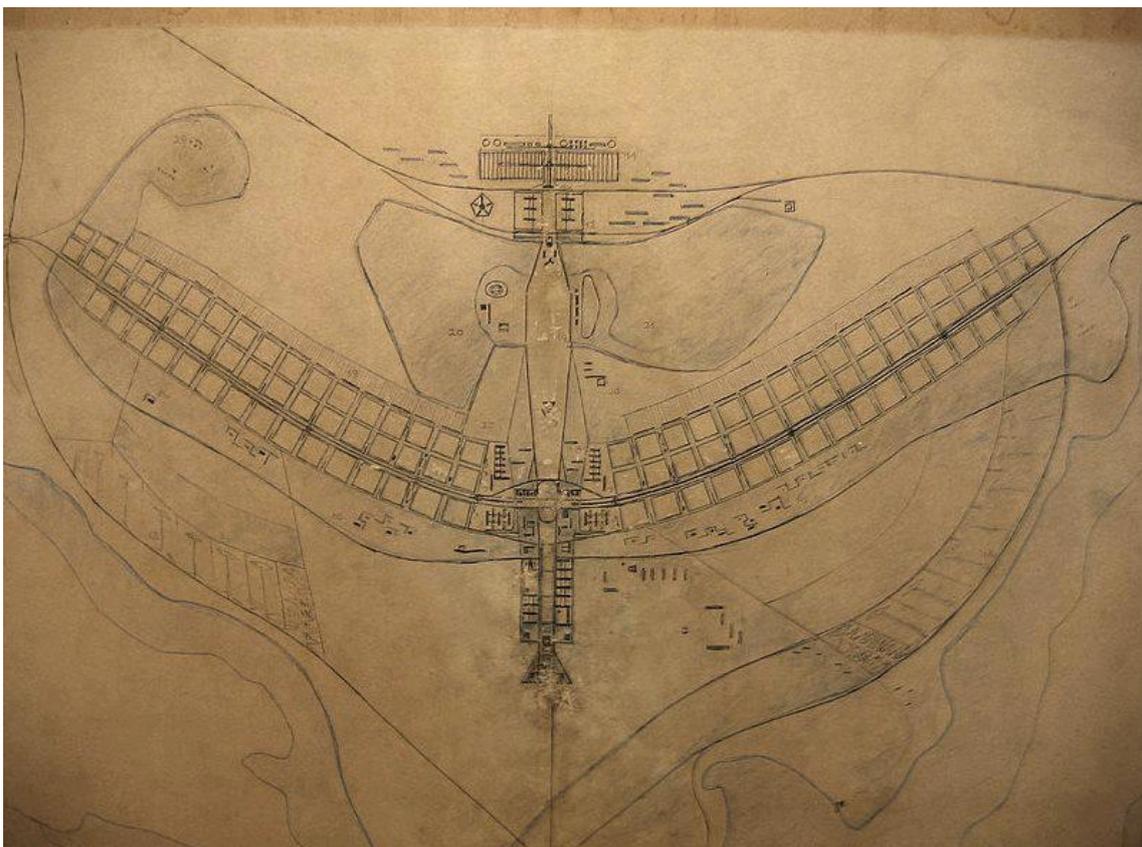


Imagem 13: Brasília cidade jardim



Imagem 14: A paisagem – um convite a uma caminhada

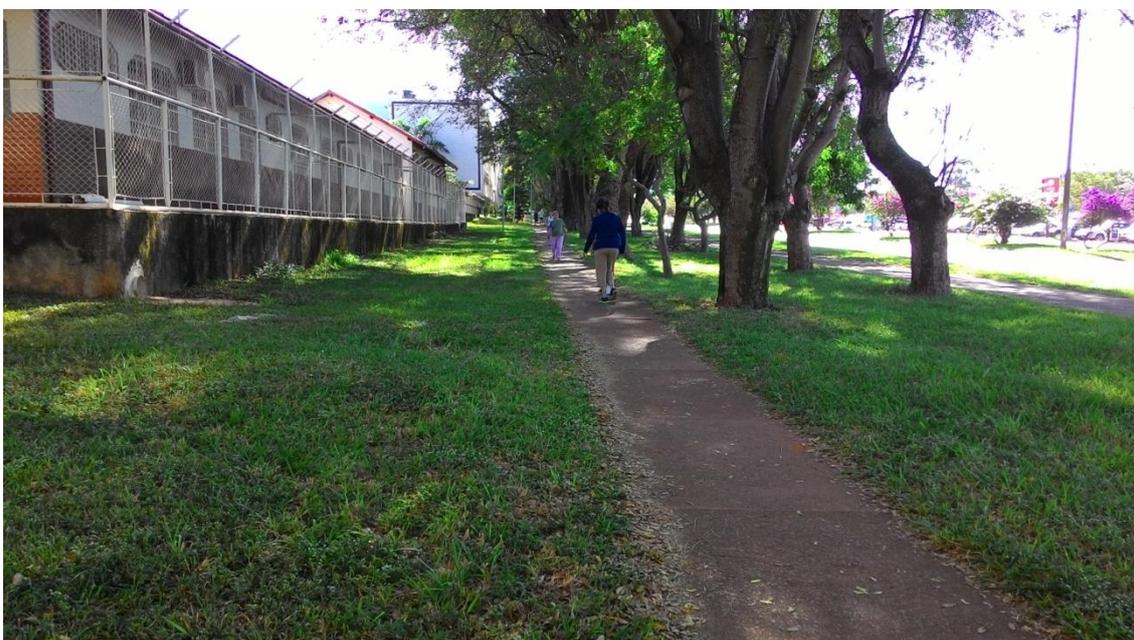


Imagem 15: Pelos bares da cidade



Imagem 16: Presença dos parques na paisagem urbanística



Imagem 17: Um refúgio contra o tédio

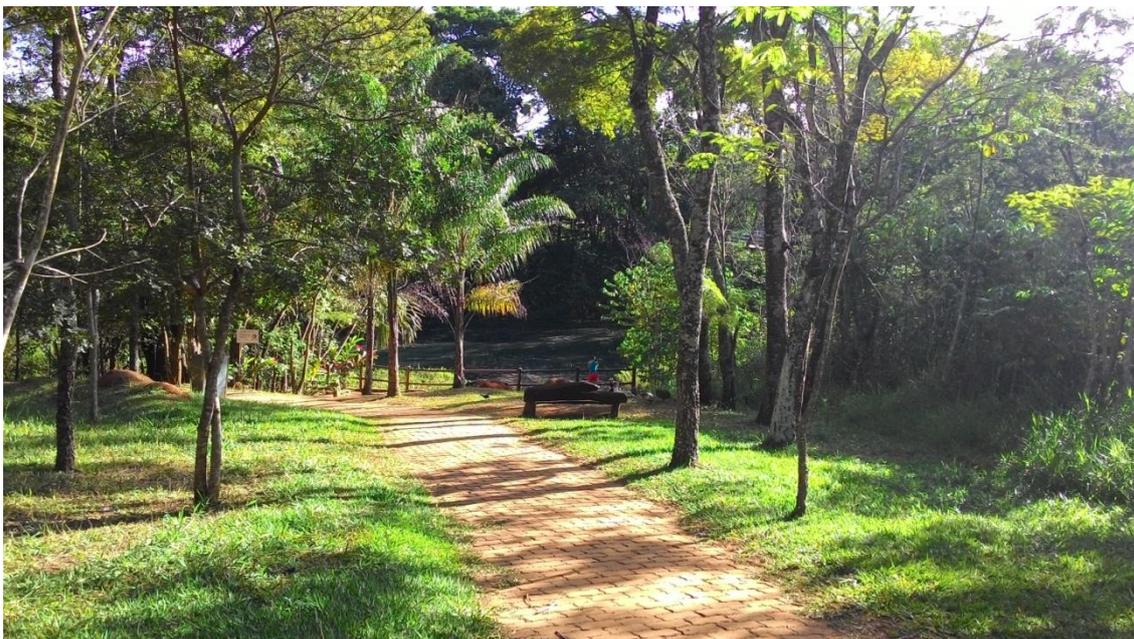


Imagem 18: Feira da Torre de TV



Imagem 19: Lazer local x Turismo nacional/internacional



Imagem 20: 206 Norte – uma quadra excêntrica



Imagem 21: Eixão do Lazer

